



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA
EM SANTA CATARINA - SFA/SC



RELATÓRIO DE GESTÃO 2008

Florianópolis, abril / 2009.

I N D I C E

	Pg.
1 – Identificação	5
2 – Apresentação	6
3 – Objetivos e Metas Institucionais e/ou Programáticos	8
3.1 – Responsabilidades Institucionais e Estratégicas de Atuação	8
3.2 – Programas da SFA/SC “Gestão de Programas e Ações”	15
3.2.1 – Programa 1442 / Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	21
3.2.1.a – Ação 4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica	22
3.2.1.b – Ação 8560 – Fomento a Inovação no Agronegócio	24
3.2.1.c – Ação 8591 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas	26
3.2.1.d – Ação 8598 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias	29
3.2.2 – Programa 6003 / Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário	30
3.2.2.a – Ação 2B17 – Fiscalização de Contratos de Repasses	32
3.2.2.b – Ação 8611 – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário	33
3.2.3 – Programa 0375 / Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	37
3.2.3.a – Ação 2019 – Fiscalização de Material Genético Animal	39
3.2.3.b – Ação 2124 – Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal	43
3.2.3.c – Ação 2140 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário	49
3.2.3.d – Ação 2141 – Fiscalização da Produção e do Comércio de Fertilizantes, Corretivos, Inoculantes e Biofertilizantes	53
3.2.3.e – Ação 2177 – Fiscalização de Serviços Agrícolas	60
3.2.3.f – Ação 2179 – Fiscalização de Sementes e Mudanças	64
3.2.3.g – Ação 2909 – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins.....	68
3.2.4 – Programa 0357 / Segurança da Sanidade na Agropecuária	76
3.2.4.a – Ação 2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos e Insumos	80

3.2.4.b – Ação 2139 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais e seus Produtos	83
3.2.4.c – Ação 2180 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos	86
3.2.4.d – Ação 2181 – Vigilância do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos	88
3.2.4.e – Ação 4842 – Erradicação da Febre Aftosa	90
3.2.4.f – Ação 8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais	93
3.2.4.g – Ação 8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais	98
3.2.5 – Programa 0356 / Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	109
3.2.5.a – Ação 4723 – Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal	110
3.2.5.b – Ação 4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Origem Vegetal	113
3.2.5.c – Ação 8938 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal	116
3.3 – Desempenho Operacional	124
3.3.1 – Evolução de Gastos Gerais	125
4 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Crédito ou Recursos	127
5 – Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	128
6 – Demonstrativo de Transferências (Recebidas e Realizadas) no Exercício	129
7 – Previdência Complementar Patrocinada	130
8 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos	131
9 – Renúncia Tributária	132
10 – Declaração sobre a Regularidade dos Beneficiários Diretos de Renúncia	133
11 – Operações de Fundos	134
12 – Despesas com Cartão de Crédito	135
13 – Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno	137
14 – Determinações e Recomendações do TCU	138
15 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão praticados no Exercício	139
16 – Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo o envio foi dispensado	140

17 – Informações sobre a Composição de Recursos Humanos	141
18 – Outras Informações Consideradas pelos Responsáveis como Relevantes para Avaliação da Conformidade e do Desempenho da Gestão	143
19 – Conteúdo específico por UJ ou Grupo de Unidades Afins.....	144

1 – IDENTIFICAÇÃO

Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DA AGRICULTURA EM SANTA CATARINA - SFA - SC	
Natureza jurídica	ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO	
Vinculação ministerial	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	LEI DELEGADA No. 9 DE 11 / OUT / 1962, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 12 / OUT / 1962, E REPUBLICADA EM 03 / JAN / 1963.	
CNPJ	00.396.895 / 0030 – 60	
Nome e código no SIAFI	130072	
Código da UJ titular do relatório		
Códigos das UJ abrangidas		
Endereço completo da sede	RUA FELIPE SCHMIDT, 755 - CENTRO ED. EMBAIXADOR, 11º. ANDAR - CAIXA POSTAL 1502 88.010-002 - FLORIANÓPOLIS / SC FONE: (48) 3261 9999	
Endereço da página institucional na Internet	www.agricultura.gov.br	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	EM FUNCIONAMENTO	
Função de governo predominante	AGRICULTURA	
Tipo de atividade	A BUSCA DA SANIDADE ANIMAL E VEGETAL, DA ORGANIZAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO AGRONEGÓCIO, DA MODERNIZAÇÃO DA POLÍTICA AGRÍCOLA, DO INCENTIVO ÀS EXPORTAÇÕES, DO USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS E DO BEM-ESTAR SOCIAL.	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código

2 – APRESENTAÇÃO

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Santa Catarina (SFA-SC), órgão de representação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento neste Estado, visa, através deste documento, prestar contas aos órgãos de controle federal e à sociedade em geral, daquilo que realizou, durante o ano de 2008, com os recursos públicos que lhe foram destinados para cumprir sua missão.

Neste ano de 2008, continuaram os aperfeiçoamentos decorrentes das transformações ocorridas com a reestruturação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da SFA-SC, com a liberação de recursos financeiros iniciando-se já no começo do ano, através de solicitações justificadas encaminhadas à Secretaria Executiva, permitindo maior agilidade administrativa a partir de fevereiro.

Neste sentido, obtivemos junto às áreas técnicas recursos para aquisição de equipamentos e veículos que contribuirão enormemente na execução das políticas públicas a cargo do MAPA, operacionalizadas pela SFA-SC, com objetivo da prestação de um serviço público com melhor qualidade e agilidade para a sociedade.

Em atendimento à diretriz do Governo Federal de perseguir a redução de custos fixos e operacionais, esta SFA-SC prosseguiu com a adoção das medidas com o objetivo de instalação de sua sede em imóvel próprio, conforme determinação do Tribunal de Contas da União, em seu acórdão 161/2002 – Primeira Câmara.

Buscamos a liberação dos recursos necessários, junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para a realização das obras necessárias à alocação de todos os setores e serviços desta SFA na Base Física de São José – SC. Devido a problemas das mais diversas ordens, apenas no final do ano foram finalizados os processos para a construção do prédio destinado à Tecnologia da

Informação – TI e instalação da rede lógica, bem como da reforma do Laboratório de alimentos e rações, obras estas em fase final de execução.

A SFA-SC está tomando as medidas necessárias à obtenção dos recursos financeiros para a execução da reforma do prédio que abrigará o Serviço de Sanidade Animal e Vegetal e a construção do centro de convivência, bem como, a reforma dos demais prédios ali existentes.

A conclusão das obras em andamento e a obtenção destes recursos possibilitarão a mudança, possivelmente ainda no exercício de 2009.

Esperamos que o presente Relatório de Gestão consiga permitir o conhecimento das ações da SFA-SC, promovendo a transparência necessária das atividades desenvolvidas, bem como possa promover a avaliação das metas alcançadas dentro dos objetivos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Francisco Alexandro Powell Van de Castele
Superintendente Federal de Agricultura em Santa Catarina

3 – OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS

3.1 – RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS E ESTRATÉGICAS DE ATUAÇÃO

Cabe à Superintendência de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Santa Catarina a implementação da Missão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, no âmbito estadual. Esta missão é definida pelo MAPA como:

“Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira”.

Sob a concepção de que o crescimento acelerado do agronegócio impõe novos desafios e novas demandas ao Ministério, aflorando novas exigências por parte do setor produtivo que exigiu novas políticas e serviços mais eficientes e eficazes, providos em tempo hábil e com agilidade, insumos importantes para o aumento da produção agrícola, que se constituiu num dos sustentáculos para a rentabilidade e a competitividade dos produtos da agricultura brasileira o MAPA, no início de 2005, alterou a sua estrutura administrativa e elaborou um planejamento estratégico, definindo a Missão e a Visão de Futuro para o decênio que se encerra em 2015.

A Visão de Futuro do MAPA, prevista para o ano de 2015, é:

“Ser reconhecido pela Qualidade e Agilidade e na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do Agronegócio” .

A consecução da Visão pretendida traz uma série de desafios para a organização, traduzidos em Objetivos Estratégicos, acompanhados por indicadores de desempenho e realizados através de Iniciativas Estratégicas.

Este conjunto constitui o Plano Estratégico do MAPA no qual a SFA-SC se insere e que busca cumprir à risca, buscando estimular o aumento da produção agropecuária e o desenvolvimento do agronegócio, com o objetivo de atender o consumo interno e formar excedentes para exportação tendo como conseqüência a geração de emprego e renda, a promoção da segurança alimentar, a inclusão social e a redução das desigualdades sociais.

Para cumprir sua missão, o MAPA formula e executa políticas para o desenvolvimento do agronegócio, integrando aspectos mercadológicos, tecnológicos, científicos, organizacionais e ambientais, para atendimento dos consumidores brasileiros e do mercado internacional. A atuação do Ministério baseia-se na busca de sanidade animal e vegetal, da organização da cadeia produtiva do agronegócio, da modernização da política agrícola, do incentivo às exportações, do uso sustentável dos recursos naturais e do bem-estar social.

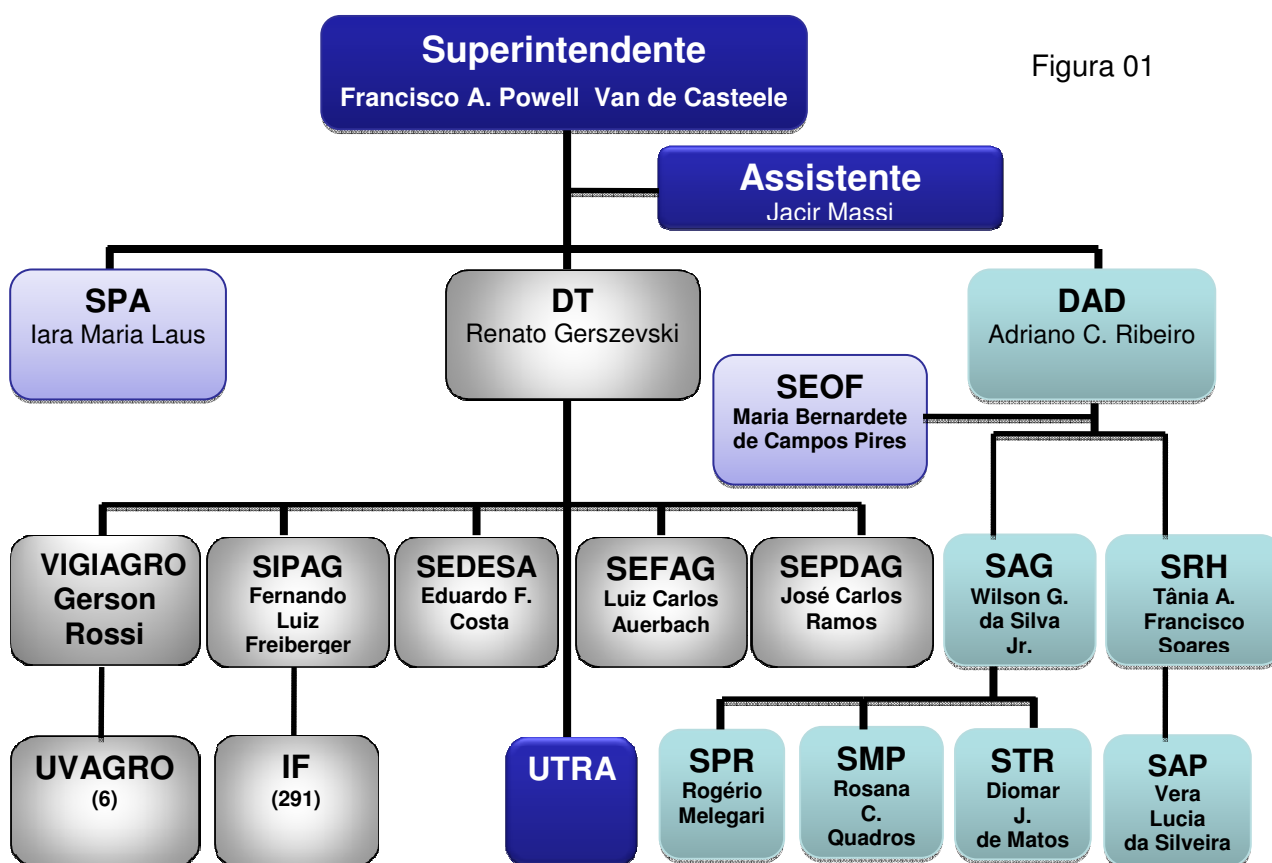
A infra-estrutura básica do MAPA é formada pelas áreas de política agrícola (produção, comercialização, abastecimento, armazenagem e indicadores de preços mínimos), produção e fomento agropecuário; mercado, comercialização e abastecimento agropecuário; informação agrícola, defesa sanitária (animal e vegetal); fiscalização dos insumos agropecuários; classificação e inspeção de produtos de origem animal e vegetal; pesquisa tecnológica, agrometeorologia, cooperativismo e associativismo rural; eletrificação rural; assistência técnica e extensão rural.

Outra inovação da atual gestão do MAPA foi a criação de câmaras setoriais das diversas cadeias produtivas do agronegócio (carne, leite, avicultura, açúcar e álcool, fruticultura, entre outras). Elas reúnem representantes do governo e do setor privado para debater e propor políticas públicas para o agronegócio brasileiro.

Neste cenário se inserem as Superintendências Federais de Agricultura e as empresas vinculadas ao MAPA – Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), a Companhia de Entrepósitos e Armazéns de São

Paulo (CEAGESP), a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (CASEMG) e a Centrais de Abastecimento de Minas Gerais (CEASA/MG) – que executam, de forma descentralizada, as políticas públicas voltados ao agronegócio.

Dentro de seu âmbito institucional de atuação, a Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina adota estrutura organizacional em conformidade com a sua capacidade, atendendo as divisões de serviços de acordo com a política institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Figura 01).



A SFA - SC responde administrativamente à Secretaria Executiva do MAPA, relacionando-se principalmente com a Coordenação-Geral de Apoio às Superintendências, entre as várias Coordenações. Existe um relacionamento entre as diversas superintendências, sendo que, no caso da catarinense, este se dá principalmente com as Superintendências do Rio Grande do Sul e do Paraná, tanto na

área administrativa (consultas, capacitação de servidores, apoio administrativo) como na técnica (operações conjuntas, fiscalização nas divisas).

Para atingir seu objetivo institucional, a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Santa Catarina estabelece parcerias institucionais com os demais órgãos e entidades do Governo Federal, Estadual e Municipais, tais como o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Receita Federal, ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos naturais, IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, SEAP/PR – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Polícia Federal, Secretaria de Estado e do Desenvolvimento Rural, através de suas empresas públicas, EPAGRI Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, e a CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina, da Vigilância Sanitária, Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Fórum Parlamentar Catarinense, Ministério Público Estadual e Prefeituras Municipais, entre outros.

A SFA-SC faz parte de várias instâncias deliberativas e consultivas, como o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural, que congrega vários órgãos e entidades cuja existência decorre de sua relação com o setor agrícola, participando da formulação e acompanhamento das ações de política agrícola para o Estado de Santa Catarina.

Há, ainda, um relacionamento intenso com diferentes entidades, como cooperativas e suas entidades representativas (OCESC – Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina e FECOAGRO – Federação das Cooperativas Agropecuárias de Santa Catarina), Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, a Federação da Agricultura no Estado de Santa Catarina – FAESC, Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAESC, Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – FETRAF-Sul, Sindicato das Indústrias da Carne e Derivados de Santa Catarina – SINDICARNE, Sindicato das Indústrias de Laticínios e Produtos Derivados de Santa Catarina – SINDILEITE, Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal – SINDIRAÇÕES, entidades de produtores de sementes e mudas, Associação Brasileira de Produtores de Maçã – ABPM, Federação dos Municípios de Santa Catarina – FECAM, Conselho Regional de Engenharia e

Arquitetura – CREA, Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV, mantendo um intercâmbio no que se refere às ações a serem implementadas e aplicação da legislação às atividades dos administrados.

A atuação da SFA-SC contribuiu para alcançar o *status* sanitário diferenciado do rebanho bovino e bubalino de Santa Catarina, com o reconhecimento de área livre de aftosa sem vacinação pela Organização Internacional Epizotias¹ – OIE (Organização Mundial de Saúde Animal), além da excelência na sanidade do plantel avícola, sendo o Estado da federação com melhor avaliação dentro do Programa Nacional de Sanidade Avícola - PNSA .

No decorrer do ano de 2008, a concretização de convênios possibilitou o repaasse de recursos da ordem aproximada de R\$ 12 milhões² a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, recursos estes que viabilizaram ações de garantia da saúde animal, sanidade vegetal e controle do trânsito de animais, vegetais, seus produtos e subprodutos.

A SFA-SC realizou a análise de aproximadamente 200 proposições de repasse de recursos de emendas parlamentares para Projetos de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário – PRODESA, permitindo a celebração de contratos entre Prefeituras Municipais e a CEF – Caixa Econômica Federal no valor total aproximado de R\$ 30.505 mil, sendo que destes, R\$ 24.330 mil se referem a recursos da União e R\$ 6.175 mil de contrapartida oferecido pelos municípios (Figura 02).

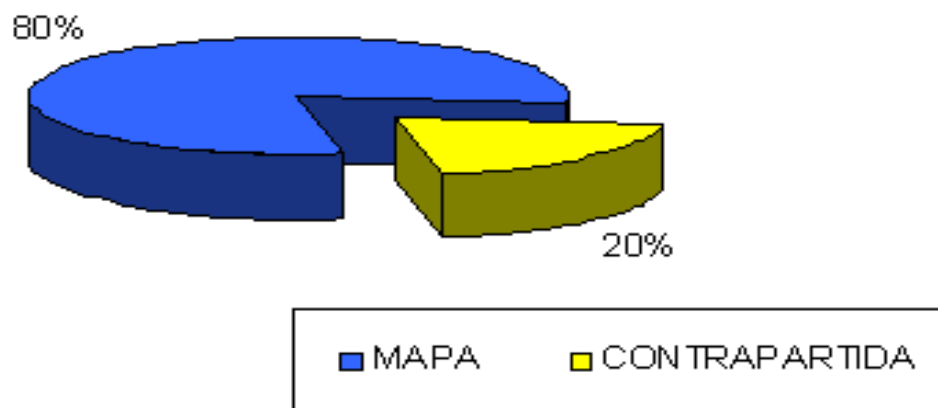
A estratégia de atuação da SFA-SC se dá externamente através da inserção das ações da Superintendência nas atividades da agricultura catarinense. Podemos afirmar que há sensível melhora por parte do setor na percepção das ações executadas.

¹ Organização intergovernamental criada por convênio internacional em 25 de janeiro de 1924, firmado por 28 países e com sede em Paris - França. As incursões da peste bovina na Europa e, particularmente a epizootia que se produziu na Bélgica em 1920, foram o motivo pelo que se criou a Oficina Internacional de Epizootias em 1924. Os principais normativos fixados pela OIE são: o código zoosanitário internacional, o manual de normas para as provas de diagnóstico e as vacinas, o código sanitário internacional para os animais aquáticos e o manual de diagnóstico para as enfermidades dos animais aquáticos.

² Os convênios firmados destinavam recursos aos Programas de Identificação Bovina, Defesa Vegetal, Laboratórios de animais aquáticos, Saúde Avícola, e de Incremento à Vigilância Sanitária.

RECURSOS DE REPASSE

Fig. 02

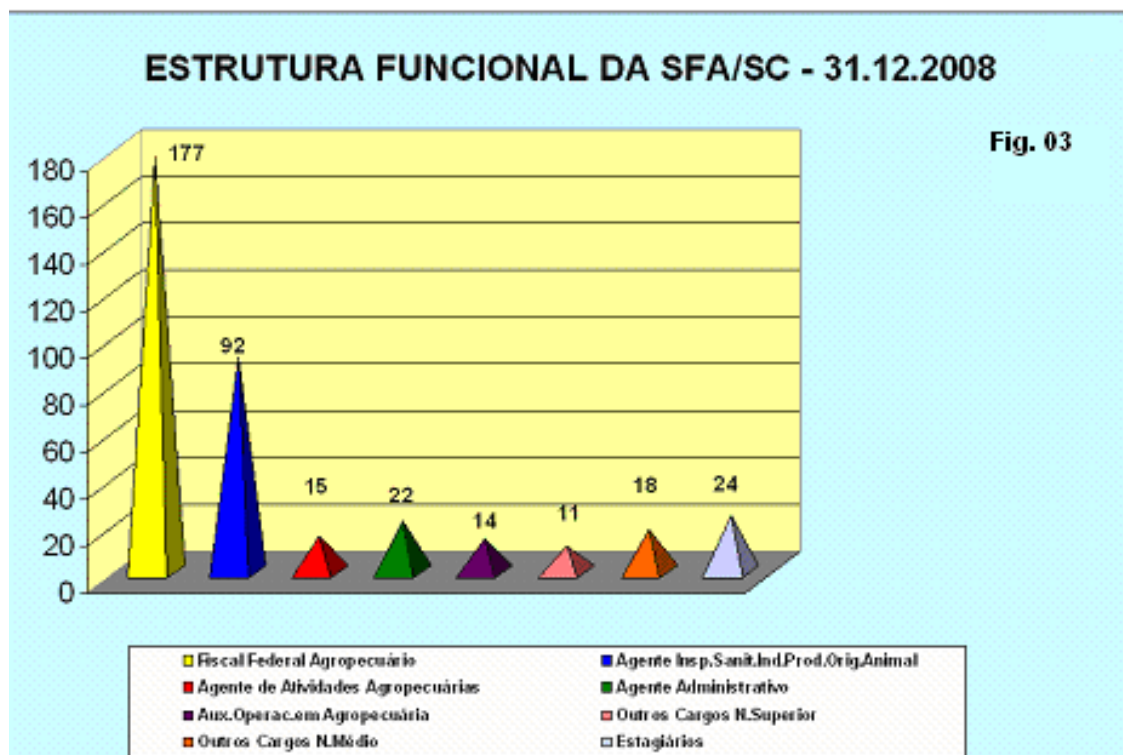


Para os servidores lotados na SFA/SC e suas unidades distribuídas pelo território catarinense, no curso do ano de 2008 priorizamos programa de capacitação na área administrativa, dando ênfase em atividades que foram detectadas deficiências no ano anterior. O processo deve ser contínuo, permanecendo a necessidade de treinamento e capacitação permanente. Outro ponto positivo a ser apontado durante o exercício de 2008 foi o Programa de Valorização e Qualidade de Vida – PROVERH, que objetiva trabalhar a integração, motivação, auto-estima e a qualidade de vida dos servidores do MAPA através de eventos regionais e estaduais que tem contado com a participação massiva dos servidores.

Como ponto negativo, mencionamos a demora do Governo Federal em solucionar a situação do plano de carreira dos servidores da área administrativa, que vem resultando em desmotivação para atender aos desafios que se apresentam, uma vez que outras categorias já foram contempladas com carreiras específicas.

Continuaram durante o ano os esforços para concretizar a mudança para a Base Física em São José, com a execução das obras contratadas em final de 2006. Foram reformadas três edificações, além de ter sido renovada toda a rede elétrica da área. Infelizmente, os recursos para instalação da rede lógica e da reforma do laboratório de rações não foram disponibilizados conforme prometido, o que levará ao adiamento de etapas previstas no plano da mudança da sede da SFA/SC.

No final do exercício de 2008, a estrutura funcional da SFA/SC apresentava um número total de 373 servidores, nas mais variadas atividades, além de 24 estagiários prestando serviços extra-curriculares em áreas técnicas e administrativas (Fig.03).



Deve-se registrar que atualmente a SFA/SC apresenta carência de recursos humanos, principalmente em sua área administrativa, deficiência esta decorrente da não realização de concursos públicos visando a sua recomposição, déficit este devido a natural redução do quadro em face de aposentadorias, afastamentos e licenças.

Vale ressaltar que no curso de 2009 deverá haver ingresso de novos profissionais na SFA/SC em função da reintegração ao serviço público de ex-funcionários do extinto Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A – BNCC, não obstante o fato de que, em alguns casos, serão lotados em outros órgão da Administração Pública Federal.

No que se refere às condições de infra-estrutura, foram adquiridos equipamentos de informática e veículos, que permitirão o melhor desempenho das funções de nossos servidores.

3.2 – PROGRAMAS DA SFA/SC

“Gestão de Programas e Ações”

COMENTÁRIOS DA DIVISÃO TÉCNICA

O Brasil é um dos poucos países do mundo com possibilidades de responder à demanda mundial por alimentos. Com um clima diversificado que vai do temperado ao tropical, chuvas regulares, energia solar abundante e quase 13% de toda água doce disponível no Planeta, o País dispõe de 388 milhões de hectares agricultáveis, dos quais 100 milhões ainda não foram explorados.

O baixo nível de investimentos em infra-estrutura e logística está interferindo de forma negativa na competitividade e no crescimento do setor. As condições precárias de transporte e a utilização inadequada dos modais de transporte dificultam o escoamento das safras, elevando os custos dos fretes e o desperdício. Portos defasados, baixa capacidade estática de armazenagem, dificultam a expansão das exportações brasileiras. A não garantia, ou a falta de garantia para o escoamento dos produtos comprometem a competitividade do agronegócio brasileiro.

Ações voltadas para o aumento da produção, redução dos custos e efetiva garantia na qualidade dos alimentos, são determinantes para a geração de renda no meio rural, melhoria do bem-estar e da saúde da nossa população.

Neste contexto a Superintendência Federal da Agricultura em Santa Catarina – SFA/SC tem atuado de forma decisiva com seus programas e ações potencializando a capacidade produtiva do Estado e garantindo através de uma fiscalização competente a qualidade dos produtos, destacando-se neste meio as exportações de aves e suínos.

No decorrer de 2008, a DT/SFA-SC teve destacada atuação na área vegetal, coibindo a comercialização de 785.900 kg de “sementes piratas” produzidas irregularmente, sem autorização dos Detentores das Patentes. Outro ponto fundamental da fiscalização, foi a atuação no combate a comercialização clandestina de fertilizantes através de grupos de criminosos organizados, agindo co subterfúgios objetivando burlar as normas legais através de desvio ou roubo de fertilizantes clandestinos e varreduras oriundos dos portos.

A Defesa Vegetal intensificou o controle sobre a madeira importada (pallets), atuando no controle das pragas da madeira das quais o País é livre, como é o caso do besouro chinês, “**Anoplophora glabripennis**”³, que se for introduzido no País poderá trazer prejuízos inimagináveis para o setor madeireiro nacional.

Muitos fatores afetam o Brasil no setor de produção de frutas, como carências estruturais, logística, armazenagem, distribuição, organização e gestão em comércio internacional, além dos fatores fitossanitários que nos impõem barreiras pela vigilância sanitária internacional.

Nesta área, os esforços da DT/SFA-SC compreenderam atividades em vários frentes, desde a facilitação para a incorporação tecnológica do produtor e armazenador, até ações sanitárias que garantem a qualidade e inocuidade da nossa produção. Associados às ações de capacitação e defesa vegetal, também a organização da base produtora foi observada como fator primordial para melhorar a competência gerencial, o padrão qualitativo das frutas ofertadas e sem dúvida a possibilidade de incrementar a competitividade do setor.

Implantou-se um programa de controle de pragas na banana, visando a garantia da qualidade e contrapondo-se as questões de barreiras sanitárias impostas por importadores, especialmente da Argentina.

³ A forma de dispersão do Besouro Chinês (*Anoplophora glabripennis*), inseto polífafo (que ataca muitas espécies), é através de madeira, contendo ovos, larvas ou pupas, usada em material de embalagem. Devido ao cultivo de várias espécies frutíferas no Brasil, tais como, *Malus* (macieira), *Pyrus* (pereiras), *Prunus* (pessegueiro), *Morus alba* (amoreira), entre outros, é um país potencial para desenvolvimento deste inseto. Proveniente da costa leste como Coréia do Sul, China e Hong Kong, o besouro já foi encontrado nos EUA. Nos Estados Unidos da América esse inseto foi constatado em 1996, no Estado de Nova Iorque onde provavelmente já se encontrava desde 1993 e na cidade de Chicago, no Estado de Illinois, em 1998.

Na área de produção de maçãs a atuação continua, visando a erradicação da **Cydia pomonella**⁴, em áreas urbanas no município de Lages/SC, com instalação de armadilhas, visando a captura e monitoramento da praga na Região.

No serviço de vigilância Aeroportuário, os trabalhos elevaram-se pelo aumento nas exportações de carnes (2.000.000 toneladas), tabaco (96.000 toneladas) e maçã (50.000 toneladas), o que determinou um intenso esforço com a melhora no desempenho das atividades, que culminaram na diminuição do tempo de permanência na área portuária e consequente redução no número de reclamações. Neste setor houve aumento da equipe de fiscalização, melhorando o controle de não conformidades e irregularidades.

As garantias para a certificação internacional de produtos de origem animal foram ampliadas com a intensificação das auditorias e supervisões nos estabelecimentos produtores, e com o aprimoramento por parte das indústrias de seus Auto-Controles, atendendo definitivamente às Circulares MAPA/DIPOA/DICAO 175 e 176/2005, mais especificamente nas diretrizes para aves (Circular 294/2006) e para suínos (Circular 130/2006).

Na Área da Inspeção do Leite, as ações visando o cumprimento da IN 51 do DIPOA/SDA/MAPA foram intensificadas, qualificando a equipe, harmonizando procedimentos fiscais, visando oferecer para a sociedade produtos com padrões internacionais de qualidade. Em relação à Área de Pescados, a prioridade da fiscalização foi coibir o excesso de água adicionado ao produto ofertado ao consumidor, na forma de gelo, causando prejuízos e burlando a legislação.

O programa SISBOV-Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos, foi dado grande ênfase em sua ampliação, permitindo o rastreamento dos animais e atuando na quebra de barreiras comerciais impostas à produção brasileira. Santa Catarina é o único estado brasileiro a identificar todo o seu rebanho bovino, graças à atuação conjunta entre o MAPA e a CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuária de Santa Catarina, órgão executor da defesa sanitária do Estado de Santa Catarina.

⁴ Com nomes populares de bicho da maçã e traça das frutas, ataca principalmente maçã, pêra, marmelo e noz europeia. As formas de penetrar no fruto pela larva são pelo cálice, pedúnculo ou pelo lado. Os frutos atacados apodrecem e caem precocemente. Seus prejuízos podem superar 80% em maçã e 40% em pêra, quando não são adotadas medidas de controle. O ciclo de vida do bicho da maçã é: ovo, lagarta, pupa e adulto (mariposa).

O PNSA – Plano Nacional de Sanidade Avícola, tem avançado no controle da IA – Influenza aviária⁵ e DNC – Doença de New Castle⁶, duas doenças avícolas cujo controle são determinantes para a manutenção das exportações nacionais. O treinamento da cadeia produtiva de aves, a intensa fiscalização nas granjas produtoras, com o plano de coleta de amostras e a verificação final nos abatedouros pelo Serviço de Inspeção Federal - SIF, tem elevado o nível de garantia sanitário do País frente aos mercados importadores.

Durante o ano de 2008 foram realizadas inúmeras fiscalizações com o fito de combater a fraude financeira e contra a clandestinidade dos produtos. Foram ainda efetivadas várias análises microbiológicas e físico-químicas nos produtos, bem como a apreensão de produtos adulterados tanto na indústria como no comércio atacadista e varejista.

Dando continuidade em ações de combate a fraude de água no frango, de adulterações no leite e de inclusão excessiva de água no pescado, contando ainda com a colaboração do Ministério Público, ação conjunta que resultou em processos de interdições, sequestros, condenações de produtos e autos de infrações. Ações deste gênero serão mantidas no processo de fiscalização e supervisões do SIPAG - Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários da SFA/SC.

A atuação no controle e monitoramento do **“White spot viral disease”**⁷ vírus causador da “mancha branca”, enfermidade dos camarões, trouxe enorme trabalho ao SEDESA - Serviço de Defesa Sanitária da SFA/SC e a CIDASC –

⁵ A influenza aviária é uma doença infecciosa que acomete aves, causada pelo vírus “influenza A” e seus diferentes subtipos. A exposição às aves infectadas e suas excreções (saliva, secreção nasal e fezes) ou solo contaminado pode resultar em infecção humana. Inicialmente a doença foi identificada na Itália há mais de 100 anos. Todas as aves são suscetíveis à infecção pelo vírus da “influenza A”, porém algumas espécies são mais resistentes que outras. Os sintomas observados de influenza aviária em humanos são semelhantes aos da gripe (influenza humana), isto é, febre, tosse, dor de garganta, mialgia e podem levar a complicações respiratórias idênticas.

⁶ Doença de Newcastle (DNC), de etiologia viral (paramixovírus tipo I), que acomete aves comerciais e outras espécies. Apresenta-se com sinais respiratórios, seguidos por manifestações neurológicas, considerada de notificação internacional. No Brasil, em 2000/2001, houve registro de surtos desta doença, sendo que atualmente encontra-se sob controle.

⁷ Agente potencialmente letal a todas as espécies comerciais. Pela primeira vez foi identificado um surto em fazendas de cultivo de *L. japonicus* em 1993. O animal pára de se alimentar e fica nadando junto à superfície da água com aspecto moribundo. Rápida e elevada mortalidade acompanhada de sinais característicos: manchas circulares ou inclusões na cutícula, por vezes acompanhada de coloração avermelhada pelo corpo. As inclusões cuticulares vão de poucas manchas a várias em forma de discos que podem coalescer em placas maiores. Os melhores tecidos para detecção do agente são: brânquias, tecido subcuticular do estômago e cefalotórax.

Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuária de Santa Catarina, órgão executor da defesa sanitária do Estado de Santa Catarina.

Coube ao Ministério da Agricultura em Santa Catarina – SFA/SC, acompanhar e verificar os diversos convênios e repasses da União ao Estado e aos Municípios, oriundos de ações de defesa sanitária e de emendas de parlamentares ao orçamento da União.

No ano de 2008 foram acompanhados 09 convênios:

- a) Convênio Nº 42001357200600085 do MAPA/SDC com a Cooperativa Regional Agropecuária Sul Catarinense - COOPERSULCA no valor de R\$ 61.791,50 (sessenta e hum mil e setecentos e noventa e hum reais e cinquenta centavos) para apoiar a capacitação e o desenvolvimento da Família Coopersulca.
- b) Convênio Nº 42001357200600113 do MAPA/SDC com a Associação de Cooperação Agrícola de Chapecó – AESCA no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para apoiar o fomento ao cooperativismo e cooperação agrícola.
- c) Convênio Nº 42001357200600118 do MAPA/SDC com a Cooperativa Mista de Produção e Consumo de Concórdia - COOPERDIA no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para apoiar a realização do 6º Tecnoeste – Show Tecnológico Rural.
- d) Convênio Nº 42001357200600120 do MAPA/SDC com a Cooperativa de Economia e Crédito Mutuo dos Servidores Públicos Municipais de Chapecó-ECOSOL, no valor de R\$ 24.060,00 (vinte e quatro mil e sessenta reais), para o fortalecimento do Sistema de cooperativas de produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar.
- e) Convênio Nº 42001357200600126 do MAPA/SDC com a Cooperativa A1 no valor de R\$ 103.804,10 (cento e três mil oitocentos e quatro reais e dez centavos) para apoiar a qualificação do quadro associativo e funcional da cooperativa.
- f) Convênio nº 42001357200600127 do MAPA/SDC com a Cooperativa Base Central Serrana no valor de R\$ 88.888,89 (oitenta e oito mil e oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos) para apoiar a promoção e capacitação em gestão cooperativa.
- g) Convênio nº 42001357200600130 do MAPA/SDC com a Cooperativa Central de Tecnologia, Desenvolvimento e Informação – COOPERTEC no valor de R\$ 97.360,00 (noventa e sete mil, trezentos e sessenta reais) para apoiar o programa de qualificação e capacitação em gestão de cooperativas de crédito.
- h) Convênio nº 42001357200600131 do MAPA/SDC com a Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL BASER no valor de R\$ 199.742,50 (cento e noventa e nove mil setecentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos) para apoiar a capacitação e gestão social de crédito em Abelardo Luz.
- i) Convênio nº 42001357200600135 do MAPA/SDC com a Cooperativa Central de Tecnologia, Desenvolvimento e Informação – COOPERTEC no

valor de R\$ 132.145,55 (cento e trinta e dois mil, cento e quarenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) para apoiar o fortalecimento e expansão do cooperativismo de crédito rural com interação solidária nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O cenário para 2009, devido a crise mundial, conseqüentemente, com a redução das receitas públicas, poderá ocasionar eventuais retrações, não obstante o fato do Governo Federal ainda manter política de incentivos a produção agrícola, o que eventualmente poderá reverter o atual panorama vislumbrado. A máxima adotada de que o “Brasil é o Celeiro Mundial”, deve-se ter sempre como norte do trabalho desenvolvido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por conseguinte, extensivos as suas Superintendências, unidades estas, de vital importância pela sua proximidade com o meio produtivo, buscando assim manter suas ações nas indústrias e garantindo a qualidade dos produtos ofertados ao mercado.

Os serviços de fiscalização, tanto animal como vegetal, revestem-se de primordial importância não só como garantia para a saúde pública pela inocuidade dos alimentos ofertados a nossa população, mas também como garantia de certificação aos Países importadores.

Um trabalho que deverá ser dado a maior ênfase no decorrer de 2009, é a questão relacionada a “Indicação Geográfica”, instrumento fundamental ao plano estratégico do Brasil no mercado internacional, visto que a exportação de produtos e a crescente exigência pela qualidade dos mesmos, demandada pelo mercado, faz com que se necessite adotar ferramentas inovadoras que modo a ampliar os horizontes do agronegócio.

Renato Gerszevski
Chefe da Divisão Técnica
DT/SFA-SC

3.2.1 – PROGRAMA 1442 / DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO

a) Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos sistemas agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias.
Gerente do programa	Marcio Antônio Portocarrero
Gerente executivo	Sávio José Barros de Mendonça
Indicadores ou parâmetros utilizados	
Público Alvo (beneficiários)	Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.

b) Objetivos

O programa visa beneficiar consumidores, produtores, exportadores e outros agentes das cadeias e redes produtivas pela elevação dos padrões de qualidade e competitividade da agropecuária brasileira ao patamar de excelência requerida pelos mercados nacional e internacional, mediante a disponibilização de material genético apropriado, treinamento e capacitação de técnicos e produtores, implantação de Sistemas Agropecuários de Produção Integrada (SAPI), desenvolvimento da agricultura orgânica, desenvolvimento do associativismo rural e do cooperativismo, adequação e melhoria de infra-estrutura e logística e na adequada utilização de práticas agropecuárias e no uso sustentável dos recursos naturais.

c) Principais ações do programa

4720	Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica
8560	Fomento à Inovação no Agronegócio
8591	Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas
8598	Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias

3.2.1.a – Ação 4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica

Tabela 1: Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir ao consumidor a identidade e a qualidade de produtos orgânicos.
Descrição	Credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos para a fiscalização e auditorias; implantação e manutenção de sistema de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos orgânicos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	COAGRE/CGDS/DEPROS/SDC/MAPA
Unidades executoras	SFA-SC
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEPDAG/SFA-SC
Coordenador nacional da ação	Rogério Pereira Dias
Coordenador estadual da ação	José Carlos Ramos

Tabela 2: Demonstração da execução orçamentária e financeira
Programa: 1442
Projeto/Atividade: 4720

Itens	Diárias	Material Consumo	Passagens	Serviços	Diárias Col. Eventual	Material Permanente	Total
Elemento despesa	3390.14	3.390.30	3390.33	3390.39	3390.36	4490.52	
Recebido	5.105,78	-	19.006,00	-	-	-	24.111,85
Executado	5.105,78	-	19.006,07	-	-	-	24.111,85
Percentual	100%	-	100%	-	-	-	100%

Comentários:

O ano de 2008 foi marcado pela publicação das normativas que regulamentam a implantação do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade de Produtos Orgânicos. A publicação do Decreto nº 6323 de 27 de dezembro de 2007 e a colocação em consulta de pública das minutas de seis propostas de Instruções Normativas sobre o tema desencadearam a necessidade de intensificar a discussão e estimular a participação das entidades interessadas. Nesse sentido a Comissão de Produção Orgânica do Estado de Santa Catarina, coordenada pela Superintendência Federal de Agricultura no Estado, realizou seis reuniões com foco nessa discussão, proporcionando a colaboradores eventuais ligados às instituições que a compõem, a oportunidade de contribuir para o aperfeiçoamento das normativas. Na fase de compilação das contribuições houve participação de um Fiscal Federal lotado na SFA/SC em reuniões fora do Estado.

Por tratar-se de legislação em atualização houve a necessidade de desenvolver a capacitação de servidores em relação às novas normas. Foram capacitados quatro Fiscais Federais Agropecuários que participaram do 1º Curso de Preparação de Fiscais para Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica realizado em Pirenópolis GO no período de 07 a 12 de dezembro de 2008. Nesse sentido também foi concedido apoio ao deslocamento de Fiscais Federais Agropecuários lotados na Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo para viabilizar a participação no referido curso. A SFA/SP solicitou apoio na aquisição de passagens aéreas por não contar, naquele momento, com empresa contratada para tal finalidade.

Embora as instruções normativas que devem complementar a regulamentação da Lei nº 10831/2003 dada pelo Dec. nº 6323/2007 não tenham sido todas publicadas, algumas ações de fiscalização foram desenvolvidas tendo sido realizadas de 3 inspeções em estabelecimentos interessados em produzir sucos e néctares orgânicos. Os estabelecimentos situavam-se em Joinville, Anita Garibaldi e Rio do Sul. Foram também concedidos registros de estabelecimento produtor de néctares orgânicos para uma empresa de Joinville e quatro registros de produtos (néctares orgânicos).

Para o ano de 2009 espera-se uma intensificação das ações em razão da publicação de novas normativas.

3.2.1.b – Ação 8560 – Fomento a Inovação no Agronegócio

Tabela 1: Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Estimular a ampliação do capital intelectual protegido no agronegócio, para facilitar o acesso do produtor rural e demais segmentos agropecuários às inovações tecnológicas, que contribuam para a melhoria da competitividade e a sustentabilidade do setor agrícola.
Descrição	Promoção da cultura da propriedade intelectual com foco no agronegócio, enfatizando seu papel estratégico no estímulo à inovação, incentivando a ampliação do capital intelectual protegido, o desenvolvimento da biotecnologia agropecuária, a disponibilidade de recursos genéticos, visando o contínuo desenvolvimento tecnológico do setor agropecuário;
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CAPTA/DEPTA/SDC/MAPA
Unidades executoras	SFA-SC
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEPDAG/SFA-SC
Coordenador nacional da ação	Marilena Holanda
Coordenador estadual da ação	José Carlos Ramos

Tabela 2: Demonstração da execução orçamentária e financeira
Programa: 1442
Projeto/Atividade: 8560

Itens	Diárias	Material Consumo	Passagens	Serviços	Diárias Col. Eventual	Material Permanente	Total
Elemento despesa	3390.14	3390.30	3390.33	3390.39	3390.36	4490.52	
Recebido	600,00	-	-	-	-	-	600,00
Executado	552,07	-	-	-	-	-	552,07
Percentual	92,01%	-	-	-	-	-	92,01%

Comentários:

As atividades relacionadas com o Fomento à Inovação no Agronegócio estão focadas em estimular e viabilizar o acesso dos usuários a novas tecnologias, induzir a geração de novas tecnologias a partir de demandas locais, apoiar processos de proteção da inovação tecnológica, aumentar o capital intelectual protegido e ampliar a articulação entre atores das cadeias produtivas do agronegócio. Trata-se de uma área de ação ainda incipiente no âmbito da SFA/SC demandando a realização de levantamento das tecnologias em uso pelo setor produtivo, a realização de diagnóstico das demandas tecnológicas, a identificação dos estoques de tecnologias disponíveis, o estímulo à incorporação das soluções tecnológicas disponíveis e o estímulo às Unidades de Pesquisa e Desenvolvimento na busca de soluções aos problemas detectados. Tais atividades foram acordadas em reunião técnica realizada em Goiânia no período de 02 a 04 de dezembro de 2008.

Em SC os trabalhos estão sendo iniciados pela integração aos Arranjos Produtivos Locais de apicultura na região de Videira e leite e derivados na região de Chapecó. Também foi iniciado levantamento de instituições dedicadas à P&D, contando o Estado com uma Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural, com cinco Centros Estaduais de Pesquisa, nove Estações Experimentais e dois Campos Experimentais, além de um Centro Nacional de Pesquisa em Suínos e Aves da EMBRAPA, um Escritório de Negócios da EMBRAPA em Canoinhas, nove cursos superiores de agronomia, seis cursos de medicina veterinária, quatro cursos de zootecnia, dois cursos de tecnologia dos alimentos, sete cursos de engenharia dos alimentos e seis cursos de engenharia mecânica.

Para o ano de 2009 se prevê ações de integração com as instituições relacionadas e o início dos diagnósticos e levantamentos acima arrolados.

3.2.1.c – Ação 8591 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas

Tabela 1: Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar a organização da base produtiva das cadeias agrícolas, por meio de projetos de Produção Integrada, de Boas Práticas Agrícolas e de Desenvolvimento do Suporte à Produção Integrada, com a promoção, divulgação, logística de pós-colheita e comercialização, bem como de material genético melhorada para as cadeias produtivas do agronegócio.
Descrição	Implantação de Sistema Agropecuário de Produção Integrada (SAPI), que é caracterizado por exploração pecuária sustentável, em conformidade com as Boas Práticas Agropecuárias, assegurando alta qualidade, inocuidade e rastreabilidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CGSPR/DEPROS/SDC/MAPA
Unidades executoras	SFA-SC
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEPDAG/SFA-SC
Coordenador nacional da ação	Luiz Carlos Bhering Nasser
Coordenador estadual da ação	José Carlos Ramos

Tabela 2: Demonstração da execução orçamentária e financeira
Programa: 1442
Projeto/Atividade: 8591

Itens	Diárias	Material Consumo	Passagens	Serviços	Diárias Col. Eventual	Material Permanente	Total
Elemento despesa	3390.14	3390.30	3390.33	3390.39	3390.36	4490.52	
Recebido	935,40	...	270,00	...	...	64.400,00	65.605,40
Executado	383,72	...	270,00	...	...	64.400,00	65.053,72
Percentual	41,0%	...	100,0%	...	...	100,0%	99,2%

Comentários:

O desenvolvimento de Sistemas Agropecuários de Produção Integrada (SAPI)⁸ em Santa Catarina foi um dos focos do Serviço e Política e Desenvolvimento Agropecuário em 2008.

Em Santa Catarina estão em andamento os sistemas de Produção Integrada para banana, tomate, maçã, carne bovina, mel, arroz e mandioca. Prospecta-se também a ampliação destes programas em diversas outras cadeias produtivas, destacadamente a do leite.

Para a capacitação e difusão de experiências os servidores da SFA-SC participaram dos seguintes eventos: III Curso de Produção Integrada de Arroz Irrigado, em Pelotas no Rio Grande do Sul; Curso de Produção Integrada de Arroz, em Agronômica e Rio do Oeste, Santa Catarina; 17º Congresso Brasileiro de Apicultura, em Belo Horizonte, Minas Gerais; e do Seminário sobre Produção Integrada de Carne dos Campos de Araucária, em Lages, região serrana catarinense.

Destacou-se neste ano a participação do SEPDA/SFA-SC no acompanhamento das atividades relativas à Produção Integrada de mel, tendo em vista convênio firmado com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI.

No intuito de ampliar as ações da Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina na área da Produção Integrada realizaram-se diversas reuniões técnicas para o desenvolvimento de atividades em conjunto com instituições parceiras, bem como buscando o estreitamento de relações com a Coordenação Geral de Sistemas de Produção Integrada.

Fruto destas ações, a SFA-SC promoveu no mês de setembro, em Florianópolis, o Primeiro Encontro sobre Produção Integrada em Santa Catarina. Evento que logrou êxito no objetivo de difundir a cultura da Produção Integrada entre agentes das cadeias produtivas agropecuárias e aos consumidores de produtos oriundos deste Sistema.

⁸ Sistema de produção baseado na sustentabilidade, aplicação de recursos naturais e regulação de mecanismos para a substituição de insumos poluentes, utilizando instrumento adequados de monitoramento dos procedimentos e a rastreabilidade de todo o processo, tornando-o economicamente viável, ambientalmente correto e socialmente justo.

Aproveitando a presença de todos os coordenadores de projetos de Produção Integrada com ações em Santa Catarina e de diversos técnicos ligados ao DEPROS/SDC, realizou-se também uma reunião técnica que visou estabelecer metodologias de desenvolvimento dos SAPI em Santa Catarina, bem como, decidiu-se pela criação de um comitê de desenvolvimento da Produção Integrada em Santa Catarina.

Notadamente houve um grande avanço no desenvolvimento dos Sistemas Agropecuários de Produção Integrada em Santa Catarina no ano de 2008, ampliando os desafios para 2009.

3.2.1.d – Ação 8598 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias

Tabela 1: Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar a organização da base produtiva das cadeias pecuárias, por meio de projetos de Produção Integrada, de Boas Práticas Agropecuárias e de Desenvolvimento Agropecuário do Suporte a Produção Integrada, com a seleção, multiplicação e preservação de material genético animal e melhoria da eficiência da produção pecuária.
Descrição	Implantação de Sistema Agropecuário de Produção Integrada (SAPI), que é caracterizado por exploração pecuária sustentável, em conformidade com as Boas Práticas Agropecuárias, assegurando alta qualidade, inocuidade e rastreabilidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CPIP/CGSPR/DEPROS/SDC/MAPA
Unidades executoras	SFA-SC
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEPDAG/SFA-SC
Coordenador nacional da ação	Luiz Carlos Bhering Nasser
Coordenador estadual da ação	José Carlos Ramos

Tabela 2: Demonstração da execução orçamentária e financeira
Programa: 1442
Projeto/Atividade: 8598

Itens	Diárias	Material Consumo	Passagens	Serviços	Diárias Col. Eventual	Material Permanente	Total
Elemento despesa	3390.14	3390.30	3390.33	3390.39	3390.36	4490.52	
Recebido	2.697,33	450,00	3.300,00	100,00	...	...	6.547,33
Executado	2.675,67	450,00	3.300,00	100,00	...	...	6.525,67
Percentual	99,2%	100,0%	100,0%	100,0%	...	...	99,7%

3.2.2 – PROGRAMA 6003 / APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO

a) Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Apoiar projetos que dêem suporte a ganhos de competitividade e melhoria do bem-estar dos envolvidos em todos os estágios da cadeia produtiva do agronegócio. Permitir atendimento de demandas direcionadas a resolver problemas emergentes de amplo efeito socioeconômico como a construção e modernização de instalações físicas para beneficiamento de produtos agrícolas, agregação de valor, infra-estrutura rural, escoamento da produção e promoção da atividade produtiva.
Gerente do programa	Silas Brasileiro
Gerente executivo	Márcio Cândido Alves
Indicadores ou parâmetros utilizados	
Público Alvo (beneficiários)	Produtores rurais

b) Objetivos

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário tem como objetivo permitir o atendimento de demandas direcionadas a resolver problemas de infra-estrutura rural como a construção e modernização de instalações físicas para beneficiamento de produtos, projetos de mecanização agrícola, construção de estradas vicinais para escoamento da produção, obras destinadas à comercialização de produtos agropecuários, centros de treinamento entre outros.

O programa é operado com recursos do Orçamento Geral da União – OGU, reservados aos municípios por meio de emendas parlamentares e de contrapartida, ou seja, de recursos próprios dos municípios em complemento aos recursos alocados pela União, em conformidade com o estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Os beneficiários selecionados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento apresentam Plano de Trabalho à Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina para análise.

c) Principais ações do programa

2B17	Fiscalização de Contratos de Repasse
8611	Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário

3.2.2.a – Ação 2B17 – Fiscalização de Contratos de Repasses

Tabela 1: Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Fiscalizar convênios e contratos de repasse
Descrição	Executar a fiscalização de convênios e contratos de repasse
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDC/MAPA
Unidades executoras	SFA-SC
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEPDAG/SFA-SC
Coordenador nacional da ação	Márcio Cândido Alves
Coordenador estadual da ação	José Carlos Ramos

Tabela 2: Demonstração da execução orçamentária e financeira
Programa: 6003
Projeto/Atividade: 2B17

Itens	Diárias	Material Consumo	Passagens	Serviços	Diárias Col. Eventual	Material Permanente	Total
Elemento despesa	3390.14	3390.30	3390.33	3390.39	3390.36	4490.52	
Recebido							
Executado							
Percentual							

3.2.2.b – Ação 8611 – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário

Tabela 1: Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Apoiar a pequena e média produção agropecuária através da agregação de valor.
Descrição	Incentivar o fomento a pequena produção agropecuária. Elaboração, implantação e acompanhamento de estudos e diagnósticos técnicos de projetos para o desenvolvimento sustentável.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDC/MAPA
Unidades executoras	SFA-SC
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEPDAG/SFA-SC
Coordenador nacional da ação	Márcio Cândido Alves
Coordenador estadual da ação	José Carlos Ramos

Tabela 2: Demonstração da execução orçamentária e financeira
Programa: 6003
Projeto/Atividade: 8611

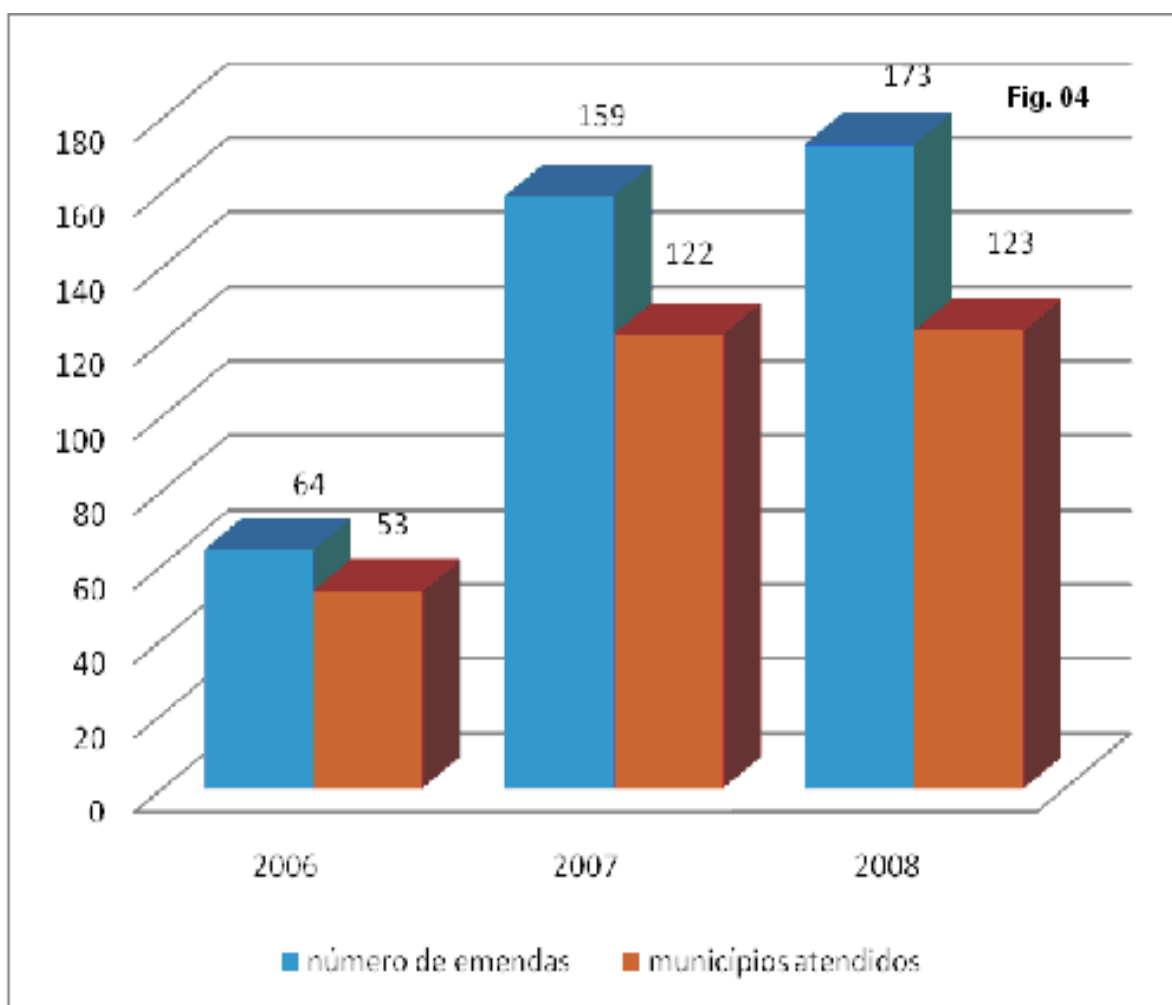
Itens	Diárias	Material Consumo	Passagens	Serviços	Diárias Col. Eventual	Material Permanente	Total
Elemento despesa	3390.14	3390.30	3390.33	3390.39	3390.36	4490.52	
Recebido							
Executado							
Percentual							

Comentários:

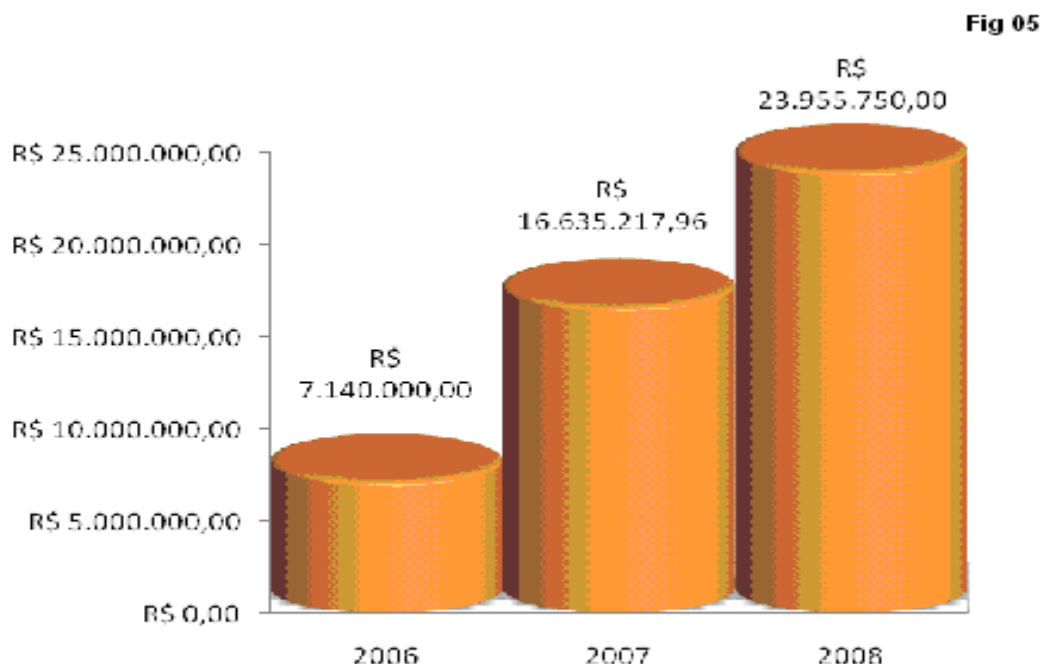
Durante o ano de 2008, 123 (cento e vinte e três) municípios catarinenses foram beneficiados com a liberação de 173 (cento e setenta e três) contratos de repasse, que totalizaram uma transferência voluntária de recursos no montante de R\$ 23.955.750,00 (vinte e três milhões novecentos e cinquenta e cinco mil e setecentos e cinquenta reais).

Dos 173 (cento e setenta e três) contratos, 40 (quarenta) foram liberados nas últimas semanas do ano e, portanto, serão remetidas para análise para o Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário em 2009.

A evolução dos números de contratos de repasse e de municípios atendidos pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário entre os anos de 2006 e 2008 em Santa Catarina tem apresentado significativo crescimento, conforme gráfico abaixo (Fig. 04)



Do mesmo modo, em se tratando de valores repassados aos municípios catarinenses dentro do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário, o crescimento vem ocorrendo de forma acentuada no ultimo triênio, conforme deparamos no gráfico abaixo (Fig. 05):



Com os recursos deste programa serão adquiridos 271 (duzentos e setenta e um) implementos agrícolas, 66 (sessenta e seis) tratores agrícolas, 22 (vinte e duas) retroescavadeiras, 12 (doze) caminhões, 7 (sete) veículos utilitários, 1 (uma) motoniveladora, 6 (seis) equipamentos agrícolas. Além disso, serão realizadas 4 (quatro) obras civis e serão recuperados 26 (vinte e seis) quilômetros de estradas vicinais.

Durante o ano foram realizadas seis fiscalizações de contratos de repasse em municípios catarinenses, não sendo encontradas irregularidades quanto ao uso dos equipamentos.

No mês de março, realizou-se uma apresentação das diretrizes e perspectivas dos contratos de repasse na Associação de Municípios da Região Serrana (AMURES), em Lages, tendo como público alvo os prefeitos, secretários de agricultura e profissionais ligados a gestão de convênios e contratos de repasse de dezoito prefeituras municipais.

Já no mês de junho, realizou-se em Florianópolis um treinamento para servidores da SFA-SC sobre análise, gestão e acompanhamento de convênios e contratos de repasse, envolvendo servidores lotados na capital e no interior do estado.

No mês de julho, o chefe do SEPDA/SFA-SC participou em Brasília de treinamento sobre a operacionalização do Sistema de Convênios – SICONV⁹. Em novembro realizou-se em Florianópolis um treinamento para gestores de convênios e contratos de repasse das prefeituras e cooperativas dos três estados da região Sul do Brasil, também com enfoque na operacionalização do SICONV. Este treinamento foi ministrado por servidores ligados a Coordenação Geral de Parcerias Institucionais.

Para o desenvolvimento das atividades ligadas a este programa a Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina conta somente com um Fiscal Federal Agropecuário lotado no Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário (SEPDA) auxiliado por dois servidores lotados em outros serviços. Com este pequeno quadro funcional e o prazo reduzido para a análise dos pleitos o trabalho torna-se árduo e por muitas vezes impede o desenvolvimento de outras atividades inerentes ao SEPDA.

Mesmo com estas adversidades o desenvolvimento das atividades relativas ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário correram a contento, cabendo a uma futura fiscalização averiguar quais foram os reais benefícios que os projetos propostos trouxeram para o desenvolvimento da agropecuária catarinense.

⁹ Sistema de Gestão de Convênios tem o objetivo a racionalização de informações referente aos convênios firmados por órgão público federal mantendo a identificação dos respectivos programas e dados referentes a execução física e financeira. O endereço eletrônico do Portal dos convênios é www.convenios.gov.br.

3.2.3 – PROGRAMA 0375 / QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS

a) Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade, qualidade, identidade ou procedência dos insumos básicos e serviços colocados à disposição dos produtores
Gerente do programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente executivo	Girabis Evangelista Ramos
Indicadores ou parâmetros utilizados	
Público-alvo (beneficiários)	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, exportadores e importadores, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários

b) Objetivos

Garantir a segurança alimentar aos consumidores, nos aspectos de inocuidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, bem como a garantia de níveis adequados de conformidade, qualidade, identidade ou procedência dos insumos básicos e serviços colocados à disposição dos usuários.

c) Principais ações do Programa

As principais ações inseridas neste Programa destacam-se pela execução das atividades de fiscalização, supervisão, auditorias, inspeção, registro, controle e acompanhamento submetido aos estabelecimentos ou pessoas que comerciam, produzem, importam, exportam, manipulam, usam e ou prestam serviço dos insumos: material genérico, alimentos para animais e ingredientes, fertilizantes e corretivos, inoculantes e biofertilizantes, sementes e mudas, produtos veterinários, agrotóxicos, aviação e mecanização agrícolas e demais insumos e serviços utilizados na agropecuária com o objetivo de garantir os padrões de qualidade, identidade ou procedência e a conformidade desses produtos e serviços.

O Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG, da Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Santa Catarina, executa as ações de competência regimental através dos Planos Internos (PI's): FISCALSEM1, FISFECOI, FISCAGRIC1, FISAGROTOX, FISCINAN, FISCGENE e FISPROVET, contando com os servidores lotados neste Serviço responsáveis pelo planejamento e execução das respectivas ações a nível local, atendendo ao que dispõe os Programas contemplados no Plano Plurianual-PPA 2008-2011 .

2019	Fiscalização de Material Genético Animal
2124	Fiscalização de Insumos destinados a Alimentação Animal
2140	Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário
2141	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes
2177	Fiscalização de Serviços Agrícolas
2179	Fiscalização de Sementes e Mudanças
2909	Fiscalização de Agrotóxicos e Afins

3.2.3.a – Ação 2019 – Fiscalização de Material Genético Animal

Tabela 01 – Dados gerais da ação

Tipo	Finalística
Finalidade	Melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores com vistas ao aumento da produtividade da pecuária nacional.
Descrição	Registro e fiscalização dos estabelecimentos produtores, comerciais e prestadores de serviços de multiplicação animal; verificação da conformidade e análise fiscal de amostras de material genético animal; inscrição e certificação de técnicos; realização ou participação em eventos técnicos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas:	DMG/DFIP/SDA/MAPA
Unidades executoras	SFA/SC
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFAG/DT/SFA/SC
Coordenador nacional da ação	Beronete Barros de Freitas Araújo
Responsável pela execução da ação no nível local	Sergio José da Silveira

Servidores envolvidos na ação

Servidor	Cargo
Sergio José da Silveira	Fiscal Federal Agropecuário
André Luis Machado Cardoso	Agente de Atividades Agropecuárias

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira
Programa: 0375
Projeto/Atividade: 2019

Itens	Diárias	Material Consumo	Passagens	Serviços	Total
Elemento Despesa	3390.14	3390.30	3390.33	3390.39	
RECEBIDO	10.421,51	7.460,00	5.360,00	1.025,00	24.266,51
EXECUTADO	10.421,51	7.460,00	5.360,00	1.025,00	24.266,51
%	100	100	100	100	100

Comentários:

Além dos gastos apresentados na tabela acima foram custeados pela Unidade Central os valores abaixo:

- a) 3390.14 - Diárias custeada pelo DFIP (R\$239,39) e pelo DEPROS (R\$239,39).
- b) 3390.33 - Passagem aérea custeada pelo DFIP (R\$1.304,24) e outra pelo DEPROS (R\$1.164,24).

No tocante aos recursos, constatamos o atendimento a contento, das solicitações de descentralização financeiras necessárias a suprir despesas com deslocamento de técnicos, entre elas, pagamento de diárias, combustível e passagens aéreas.

Entretanto, observação se faz na análise dos gastos registrados neste Plano Interno da Ação de Fiscalização de Material Genético Animal, que apresentou um gasto total executado de R\$ 24.266,51, no entanto, desse montante, parte foi direcionado para custeio da manutenção da estrutura de funcionamento utilizada por esta atividade.

Tabela 3: DESEMPENHO OPERACIONAL
Programa: 0375
Projeto/Atividade: 2019

Objetivos / Metas Operacionais	Atividades Desenvolvidas	
	2007	2008
	Executadas	Executadas
Estabelecimentos registrados	44	87
Estabelecimentos atualizados	96	90

	Atividades Desenvolvidas	
	Inscrição: 03	00
Inscrições/baixas de reprodutores bovinos	Baixa: 02	03
Importações de material genético	03	21
Auditorias realizadas	07	11
Participação em congressos	03	01
Participação em reuniões técnicas/ Cursos DMG	01	04
Fiscalizações	166	306

Comentários:

As principais metas desempenhadas na Ação de Fiscalização de Material Genérico Animal no Estado são: registro e fiscalização dos estabelecimentos produtores de material genético. O foco da atuação das ações desta atividade no exercício de 2008 foi direcionado à adequação dos estabelecimentos avícolas de reprodução e comerciais à Instrução Normativa 56/2007, que estabeleceu novos procedimentos para registro, despendendo grande parte do tempo no atendimento desta demanda.

Ressalva se faz quanto ao quadro técnico disponibilizado para execução das atividades desta Ação, contando atualmente com apenas um Médico Veterinário e um Auxiliar Técnico, revelando-se num entrave determinante para atendimento a demanda crescente e ampliação da atuação da atividade no Estado. Aliado ao reduzido quadro técnico, frequentemente o único técnico que responde pela atividade é requisitado pela Divisão de Material Genético em Brasília para participar de Auditorias em Centros de Coleta e Processamento de Sêmen e de Transferência de Embriões nas mais diversas Unidades da Federação, ocorrendo também, com menos freqüência, fiscalização de estabelecimentos avícolas e orientação aos técnicos dos outros Estados.

As tabelas resumem o desempenho da atividade no exercício de 2008, demonstrando o grau de eficiência e eficácia com que foi gerenciada esta atividade, procurando sempre otimizar os recursos financeiros e humanos com objetivo do alcance das metas desta Ação.

O Impacto Social nas comunidades onde acontecem as atividades deste setor com extrema importância para o agronegócio nacional, tendo em vista viabilizar o comércio regular e legal dos produtos produzidos (ovos para incubação, aves e ratitas para corte, animais para reposição em plantéis e granjas de suínos e sêmen congelado de bovinos para melhoria dos plantéis estaduais), insumos de valor agregado que fazem parte da cadeia produtiva de alimentos do estado catarinense e nacional.

3.2.3.b – Ação 2124 – Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal

Tabela 01 – Dados gerais da ação

Tipo	Finalística
Finalidade	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados à alimentação animal.
Descrição	A Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal consiste na execução dos processos de: 1- Registro e fiscalização de conformidade dos estabelecimentos fabricantes, importadores, fracionadores e comerciantes de ingredientes, rações, concentrados, suplementos e aditivos; 2- Registro e fiscalização da conformidade das informações de rotulagem dos produtos ofertados; 3- Fiscalização da conformidade nutricional dos produtos mediante realização de análises fiscais; 4- Fiscalização da conformidade microbiológica dos produtos mediante análises fiscais; 5- Fiscalização através de análise fiscais, dos componentes utilizados nas formulações de alimentos para ruminantes como medida preventiva à BSE; 6- Execução de processo investigativo visando identificar as causas de violações de resíduos detectadas pelo Plano Nacional de Controle de Resíduos – PNCR; 7- Fiscalização através de auditoria, da implementação das boas práticas de fabricação – BPF e APPCC nos estabelecimentos; 8- Certificação da conformidade de produtos para fins de exportação; 9- Anuência para importação de insumos utilizados na indústria de alimentação animal; 10- Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDA /DFIP/MAPA
Unidades executoras	Superintendência Federal de Santa Catarina - SFA/SC
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFAG/DT/SFA-SC
Coord. Nacional da ação	Fernanda Marcussi Tucci
Responsável pela execução da ação no nível local	João Marcos Nacif da Costa - até fevereiro de 2008 Marcelo Sêmola - a partir de março de 2008

Tabela 01-A - Servidores envolvidos na ação

Servidor	Cargo
Marcelo Sêmola	Fiscal Federal Agropecuário
Hélio Antunes de Souza	Fiscal Federal Agropecuário
Pedro A. R. de S. Borges	Fiscal Federal Agropecuário
André Machado Cardoso *	Agente de Atividades Agropecuárias
João Marcos Nacif da Costa **	Fiscal Federal Agropecuário
Nadia Quentel Melo ***	Fiscal Federal Agropecuária

* Servidor com 60% de dedicação às atividades do PI FISCINAN.

** Servidor transferido para o SIPAG/DT/SFA-SC a partir do dia 01 de março de 2008.

*** Servidora aposentada a partir do dia 13 de maio de 2008.

Tabela 02: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira
Programa: 0375
Projeto/Atividade: 2124

Itens	Diária	Material Consumo	Passagem	Serviço	Material Perm.	Estagiário	Total
Elemento Despesa	339014	339030	339033	339039	4490.52	3350.39	-
Descentralizado (R\$)	14.600,78	3.350,00	3.459,00	400,00	0,00	0,00	21.809,78
Executado (R\$)	14.600,78	3.350,00	3.459,00	400,00	0,00	0,00	21.809,78
Percentual de Execução	100 %	100 %	100 %	100 %	-	-	100 %

* Dados do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

Comentários:

A descentralização dos recursos para pagamento de diárias, combustível e passagens aéreas ocorreu em tempo hábil para sua adequada aplicação.

A disponibilidade de veículos para realização de viagens com deslocamento terrestre foi adequada à necessidade da ação.

Foram executados 100 % dos recursos financeiros disponibilizados pelo órgão central.

Cabe alertar que se o quadro funcional fosse ampliado para atender adequadamente às demandas da ação, o aporte de recursos no volume supracitado teria sido insuficiente.

Tabela 03: Desempenho Operacional
Programa: 0375
Projeto/Atividade: 2124

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Atividades Desenvolvidas		
		2007	2008	
		Executadas	Programadas	Executadas
Fiscalização realizada	Nº	59	71	97
Investigação de Aviso de Violação*	Nº	Não Disponível	Não Programável	10
Investigação de Denúncia**	Nº	Não Disponível	Não Programável	6
Estabelecimento Registrado	Nº	14	Não Programável	8
Produto Registrado	Nº	264	Não Programável	106
Anuência de Importação Concedida	Nº	1.739	Não Programável	941
Certificação de Exportação Emitida	Nº	87	Não Programável	76
Amostra Colhida para Análise Fiscal	Nº	39	243	89
Termo de Intimação Lavrado	Nº	Não Disponível	Não Programável	86
Auto de Infração Lavrado	Nº	23	Não Programável	15
Termo de Interdição Temporária Lavrado	Nº	Não Disponível	Não Programável	10
Reunião Técnica com representante de Estab.	Nº	Não Disponível	Não Programável	74
Participação em Reunião/Evento Externo***	Nº	2	Não Programável	4

Fonte: Relatório de gestão do PI FISCINAN no ano de 2007 e relatórios mensais de atividades do PI FISCINAN em 2008.

*Os estabelecimentos fiscalizados durante o processo investigatório foram contabilizados no item "Fiscalização Realizada".

**Os estabelecimentos fiscalizados na investigação à denúncia foram contabilizados no item "Fiscalização Realizada".

***Foi contabilizada apenas uma unidade por evento que tenha contado com a participação de algum servidor do PI FISCINAN, mesmo quando tenha ocorrido a participação de mais de um servidor do PI no evento.

Comentários:

A atividade passa por uma profunda modernização de suas ferramentas regulatórias (IN 65/06; IN 04/07, IN 29/07, Decreto 6.296/07, etc.) que tem exigido grande dedicação dos servidores para estudo, discussão e implantação das mudanças geradas.

De acordo com levantamento realizado, em agosto de 2008 tínhamos 208 estabelecimentos (fabricantes e/ou importadores) registrados em Santa Catarina como atuantes na área de alimentação animal.

O atual o número de servidores disponíveis (tabela 1-A) para execução das atividades relativas à ação é considerado insuficiente para otimizar o desempenho da ação.

A ausência de servidores administrativos agrava ainda mais a carência de servidores da área técnica que acabam tendo que acumular a execução de atividades de cunho administrativo.

Frente a esse cenário de escassez de pessoal, abertura de outras frentes de trabalho e novos desafios, estamos investindo esforços na adoção de tecnologias de processo a partir da padronização/otimização dos procedimentos internos, objetivando uma melhor distribuição das tarefas e conseqüente ganho de produtividade.

O treinamento dos servidores em temas do direito administrativo juntamente com capacitações na área técnica (exemplo: BPF - Boas Práticas de Fabricação) deve ser perseguido como forma de harmonizar conceitos e obtenção da conseqüente melhoria na qualidade dos trabalhos.

Outra medida que precisou ser adotada devido ao reduzido número de servidores foi à priorização de algumas atividades (investigação de denúncia, investigação de Aviso de Violação, anuência à importação, certificação de exportação, colheita de amostras para o programa de prevenção à BSE¹⁰) em detrimento de outras.

¹⁰ A BSE – Encefalopatia Espongiforme Bovina é um tipo de Encefalopatia Espongiforme Transmissível (TSE) que ataca o gado e é chamada, popularmente, como a doença da Vaca Louca. Os primeiros casos de BSE foram

No entanto, vale alertar que do grande volume dos requerimentos de importação apresentados e dentro das conformidades foram anuidas 941 requerimentos de importação (tabela 03). Do mesmo modo, todos os certificados de exportação requeridos e dados como conformes, com emissão de certificado em exportação, em número de 76 (tabela 03).

A colheita de amostras para análise fiscal foi também prejudicada pelo número reduzido de servidores atuantes no PI. No entanto, das 65 (sessenta e cinco) amostras analisadas, apenas 7,69% (5 amostras) tiveram resultado não conforme.

Apesar dos problemas quanto à colheita de amostras para análise fiscal, como reflexo da atualização do aparato legal constatamos uma intensificação do foco da atividade de fiscalização na avaliação através de auditoria, da conformidade do processo produtivo dos estabelecimentos como um todo.

A meta de fiscalizações estabelecida para 2008 de forma proporcional ao número de servidores disponíveis (tabela 04) foi superada em 36,62%. Vale alertar que devido à grande variação de tempo demandado por cada tipo de fiscalização (exemplo: uma auditoria requer por volta de 3 dias inteiros num estabelecimento, enquanto uma fiscalização para colheita de amostras pode ser realizada em apenas uma manhã), este índice acaba não sendo plenamente esclarecedor do volume de trabalho realizado a campo.

Outro fator a ser considerado ao analisarmos o número de fiscalizações realizadas é o desgaste físico e o grande tempo despendido com deslocamento terrestre da sede da SFA-SC até a região oeste de Santa Catarina (onde temos a maior concentração dos estabelecimentos registrados). Normalmente é dedicado um dia inteiro para percorrer os aproximados 500 Km de distância para ida, e mais um dia inteiro para a volta, o que acaba reduzindo a produtividade de uma semana em apenas 3 dias de efetivo trabalho de fiscalização. Para o ano de 2009 será analisado mais profundamente o custo X benefício do deslocamento via transporte aéreo para as fiscalizações realizadas na região oeste do estado como forma de otimizar os escassos recursos humanos disponíveis.

detectados em 1986, embora haja evidência de casos anteriores a 1985. O período de incubação da BSE é longo e deve ter havido um acúmulo de infecção em vacas antes de 1986. A BSE foi transmitida a várias outras espécies. Por volta de 1992, estas incluíam gatos domésticos, pumas, guepardos, avestruzes e antílopes. Estes animais contraíram a infecção originalmente da alimentação. A idade mais frequente de morte de um animal por BSE é de 4 anos.

Para concluir, alertamos para a grande importância nacional da pecuária catarinense, em especial sua avicultura e suinocultura. Segundo a Associação Catarinense de Criadores de Suínos – ACCS a suinocultura do estado responde por 25% da produção nacional, além de ser o maior negócio de Santa Catarina, representando 21% do PIB estadual. Já a União Brasileira de Avicultura – UBA em seu relatório anual 2007/2008 informa que Santa Catarina foi o segundo maior estado no número de matrizes de corte alojadas (18,99% do total nacional) e o maior estado exportador de carne de frango, com participação de 28,39% do total nacional no ano de 2007. É sempre válido lembrar que a alimentação animal é responsável por 60 a 70 % do custo de produção da indústria animal.

Mediante o exposto, torna-se clara a magnitude da Ação de Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal, merecendo assim uma maior atenção pelo Órgão central proporcional à sua importância permitindo a melhor estruturação desta atividade, principalmente de seu quadro técnico, para que essa deficiência não comprometa o desempenho dessa ação contribuindo de maneira eficaz para a oferta de produtos com qualidade e conformidade garantida.

3.2.3.c – Ação 2140 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário

Tabela 01 – Dados gerais da ação

Tipo	Finalística
Finalidade	Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.
Descrição	A Fiscalização de produtos de uso veterinários FISPROVET consiste na execução dos processos de: 1) Registro inicial e renovações de licença de funcionamento dos estabelecimentos fabricantes, importadores e comerciais de produtos de uso veterinário de natureza farmacêutica, biológica e farmoquímica. 2) Fiscalização e inspeção estabelecimentos fabricantes, importadores visando a aplicação das Boas Práticas de Fabricação e comerciais de produtos de uso veterinário visando coibir comércio de produtos impróprios para o uso veterinário. 3) Controle e autorização da importação de produtos de uso veterinário. 4) Renovações de licença de produtos de uso veterinário. 5) Cadastro de produtos de uso veterinários isentos de registro de acordo com IN 37 e produtos homeopáticos veterinários. 6) Autorizar e supervisionar a fabricação de partidas-pilotos de produtos farmacêuticos veterinários. 7) Atendimento a denúncias de comercialização e fabricação de produtos clandestinos, visando a proteção da saúde pública.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDA /DFIP/MAPA
Unidades executoras	Superintendência Federal de Santa Catarina - SFA/SC
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFAG/DT/SFA-SC
Coord. Nacional da ação	Marcus Vinicius Leandro de Santana Júnior
Responsável pela execução da ação no nível local	Heriberto Schlögel Querne - até julho de 2008 Danilo Ferraz Silva - a partir de julho de 2008

Tabela 01A – Servidores envolvidos na ação

Servidor	Cargo
Heriberto Schlogel Querne *	Fiscal Federal Agropecuário
Marcio Antonio Schambeck	Fiscal Federal Agropecuário
Danilo Ferraz Silva	Fiscal Federal Agropecuário

*Servidor aposentado em julho de 2008

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira
Programa: 0375
Projeto/Atividade: 2140

Itens	Diárias	Material Consumo	Passagens	Serviços	Total
Elemento Despesa	3390.14	3390.30	3390.33	3390.39	
RECEBIDO	8.579,00	2.741,47	3.230,00	0	13.888,00
EXECUTADO	8.204,57	2.450,00	2.950,00	0	12.265,47
%	95,64%	89,36%	84,61%	100%	88,31%

Comentários:

No tocante aos recursos, constatamos o atendimento a contendo da programação orçamentária para o exercício, com a regularidade nas descentralizações necessárias a suprir despesas com deslocamento de técnicos, entre eles, para pagamento de diárias, combustível e passagens aéreas.

A execução financeira foi quase integralmente atingida, porem vale destacar que essas metas foram alcançadas devido a concentração das fiscalizações durante o primeiro semestre de 2008, quando ainda se contava com três Fiscais Agropecuários envolvidos na Fiscalização de Produtos Veterinários no Estado.

Tabela 3: DESEMPENHO OPERACIONAL
Programa: 0375
Projeto/Atividade: 2140

<i>Objetivos / Metas Operacionais</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Universe de Atuação</i>	<i>Atividades Desenvolvidas</i>		
			<i>2007</i>	<i>2008</i>	
			<i>Executadas</i>	<i>Programadas</i>	<i>Executadas</i>
Fiscalização em estabelecimentos fabricantes/importadores.	Fiscalização	SEFAG/SC	60	40	41
Fiscalização de estabelecimentos comerciais.	Fiscalização	SEFAG/SC	66	66	62

Licenciamento de novos estabelecimentos fabricantes/importadores.	Nº de inscrição	SEFAG/SC	5	Não programado	3
Renovação de licença de funcionamento de estabelecimento fabricantes/importadores.	Nº de inscrição	SEFAG/SC	17	Não programado	18
Licenciamento de novos estabelecimentos comerciais.	Nº Exportação	SEFAG/SC	60	Não programado	17
Renovação de Licenciamento de estabelecimentos comerciais	Nº	SEFAG/SC	161	Não programado	233
Autorização Importação de produtos de uso veterinário.	Nº Importação	SEFAG/SC	261	Não programado	290
Reunião Técnica com R.T de estabelecimentos.	Nº reunião	SEFAG/SC	19	Não programado	21
Cadastro de produtos isentos de registro e homeopáticos.	Nº Cadastros	SEFAG/SC	60	Não programado	40
Renovação de licença de produtos de uso veterinário.	Nº renovações	SEFAG/SC	26	Não programado	6
Investigação de denúncias	N} de denúncias	SEFAG/SC	0	Não Programado	3
Autorização de fabricação de partida piloto	N} de autorizações	SEFAG/SC	0	Não programado	1
Auto de Infração	Nº	SEFAG/SC	46	Não programado	23

Comentários:

Diante do universo de ação acima apresentado, programou-se inicialmente para o ano de 2008 o número de 157 fiscalizações.

Contudo, em função dos problemas operacionais, houve necessidade de reprogramação das metas para 106 fiscalizações. Destas, conseguiu-se efetivamente realizar 103, representando 97,1% do reprogramado.

Embora o produto dessa ação admitido no SIPLAN seja apenas número de fiscalizações realizadas, existem outros produtos de grande importância para consecução dos objetivos da ação. Notoriamente, cabe destacar análise de processos de registro (estabelecimentos fabricantes, comerciantes e produtos isentos de registro), autorizações de importação, análise e relatoria dos processos administrativos oriundos dos Autos de Infração emitidos que despense de grande parte do tempo disponível da equipe da área de atuação.

As metas físicas foram quase que totalmente atingidas, porem vale destacar que as mesmas foram atingidas devido a concentração das fiscalizações

durante o primeiro semestre de 2008, quando ainda contávamos com três Fiscais Federais Agropecuários envolvidos na Ação de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário.

Importante observar a tendência de crescimento do setor de fabricantes de produtos veterinários no estado de Santa Catarina, principalmente devido ao incremento do setor de avicultura e suinocultura, com o incremento de três novos estabelecimentos registrados como fabricantes e/ou importador de produtos de uso veterinário nesta Unidade.

Tendo em vista este crescimento e a diminuição do quadro de Fiscais Federais Agropecuários na área de atuação, em decorrência da aposentadoria no primeiro semestre de 2008 de um Fiscal Federal Agropecuário, reduzindo em mais de 30% do quadro técnico, havendo a necessidade do incremento de pelo menos mais dois Fiscais Federais Agropecuários e um servidor administrativo para evitar o comprometimento da eficiência e da eficácia da atividade de fiscalização de produtos de uso veterinário.

3.2.3.d – Ação 2141 – Fiscalização da Produção e do Comércio de Fertilizantes, Corretivos, Inoculantes e Biofertilizantes

Tabela 01 – Dados gerais da ação

Tipo	Finalística
Finalidade	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.
Descrição	Registro e certificação de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes e biofertilizantes; inspeção e fiscalização sobre a produção e a comercialização dos insumos básicos; realização de reuniões técnicas, cursos, estágios e treinamentos em serviço para capacitação de fiscais; elaboração e revisão de normas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; realização de auditorias técnicas e operacionais nas unidades descentralizadas, para avaliação da atividade de fiscalização.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CFIC/DFIA/SDA/MAPA
Unidade executora	SFA-SC
Área responsável por gerenciamento ou execução	SEFAG/DT/SFA-SC
Coordenador nacional da ação	José Guilherme Tollstadius Leal
Responsável pela execução da ação no nível local	Paulo Sérgio Cidral

Tabela 01A – Servidores envolvidos na ação

Servidor	Cargo
André Luiz Rabello Vallim	Fiscal Federal Agropecuário
Clodoaldo Aparecido Andriolli*	Fiscal Federal Agropecuário
Paulo Sérgio Cidral	Fiscal Federal Agropecuário
Sebastião Hélio Dias	Fiscal Federal Agropecuário
Elizeu Antunes Maciel	Agente de Atividade Agropecuárias

* 80% de dedicação para esta ação.

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira
Programa: 0375
Projeto/Atividade: 2141

Itens	Diárias	Material Consumo	Passagens	Serviços	Estagiários	Material Permanente	Total
Elemento Despesa	3390.14	3390.30	3390.33	3390.39	3350.39	4490.52	
RECEBIDO	18.160,96	5.344,00	5.753,02	29.719,72	1.450,00	7.500,00	67.927,70
EXECUTADO	18.160,96	5.344,00	5.753,02	29.719,72	1.450,00	7.500,00	67.927,70
%	100	100	100	100	100	100	100

Fonte dos dados brutos: SIOR 2008; SIAFI 2008.

Comentários:

Para execução de todos os produtos da ação, mais os recursos de compartilhamento, foram programados no SIOR o montante demonstrado na tabela abaixo.

Com relação aos recursos financeiros, diárias (3390-14), suprimento de fundos (3390-30 + 3390-39), passagens (3390-33) e material permanente (4490-52), cabe mencionar que foram todos liberados em tempo hábil para realização das despesas.

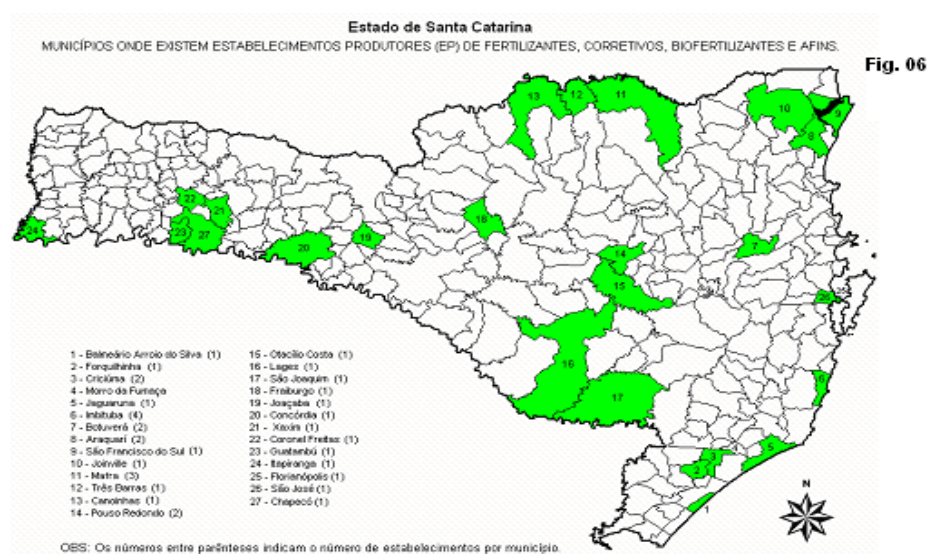
Tabela 3: Desempenho Operacional
Programa: 0375
Projeto/Atividade: 2141

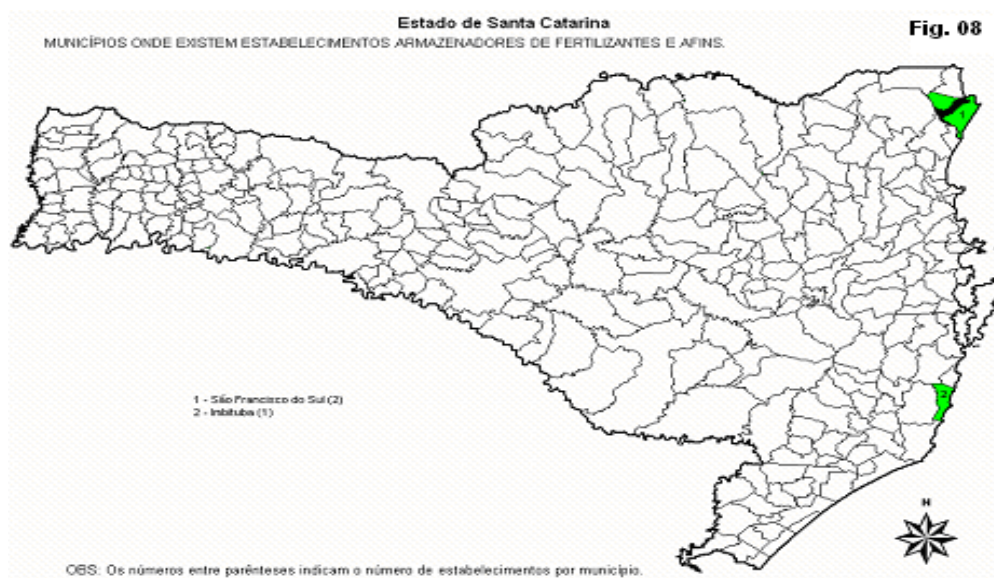
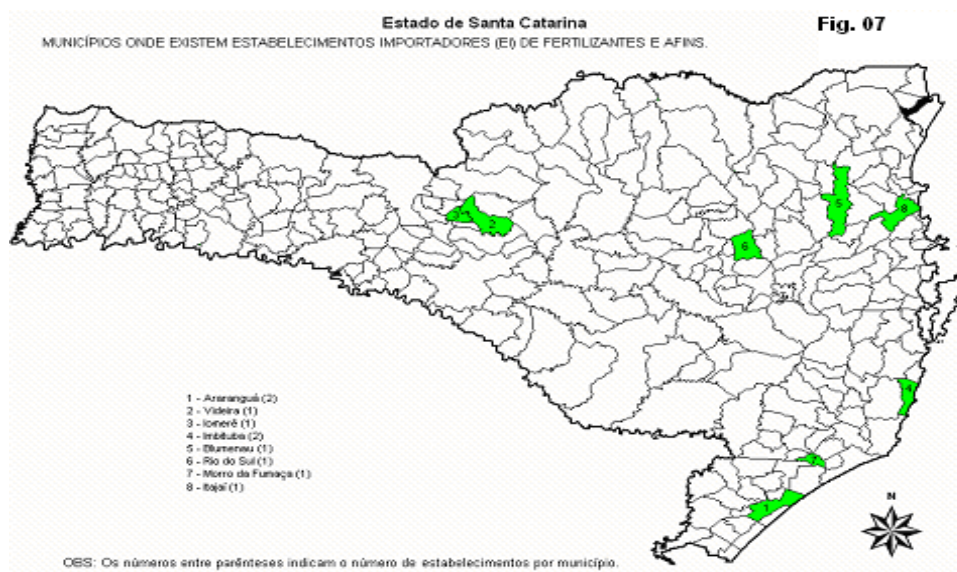
Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Atividades Desenvolvidas		
		2007	2008	
		Executadas	Programadas	Executadas
<i>Fiscalização realizada</i>	N.º	94	266	227
Coleta de Amostra	N.º	10	200	94
Autos de Infração Lavrados	N.º	7	Não programado	28
Análise de Processos	N.º	174	Não programado	110
Autorização Importação	N.º	142	Não programado	115
Participação em Capacitação	N.º	2	2	2
Participação em Reunião/Evento Nacional	N.º	5	5	5

Fonte: Relatórios Mensais de Atividades do PI FISFECOI, anos 2007 e 2008; POA FISFECOI 2008.

Comentários:

Consta dos registros no Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos – SIPE, que em Santa Catarina existem atualmente 188 estabelecimentos atuantes na área de fertilizantes, corretivos, inoculantes e afins (Fig. 06). Porém, o número real deve ser bem maior do que este, visto que constam pelo menos 147 estabelecimentos com registro vencido, sem contar outros não registrados, e que freqüentemente são encontrados atuando na informalidade, principalmente Estabelecimentos Comerciais (EC). Do ponto de vista legal, todos se constituem em objeto das ações de fiscalização do MAPA, porém, em função do limitado número de servidores atuando nessa ação, são priorizados os Estabelecimentos Produtores (EP), em número de 35; Estabelecimentos Importadores (EI), em número de 10 (Fig. 07); um único estabelecimento exportador e três armazenadores, distribuídos pelos municípios catarinenses (Fig. 08). Na medida do possível, também tem sido realizadas fiscalizações nos estabelecimentos comerciais com volume de comercialização mais expressivo. Com relação à fiscalização dos EC, a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola do Estado de Santa Catarina – CIDASC já formalizou seu compromisso em realizá-la, estando em discussão entre a SFA-SC e aquele órgão, questões relacionadas à operacionalização desta fiscalização por parte do Estado, na forma do disposto no Art. 4.º do Anexo ao Decreto 4.954 de 14/01/2004, necessitando prioritariamente a criação de uma legislação estadual sobre o comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes, bem como a capacitação dos fiscais estaduais para essa atividade.





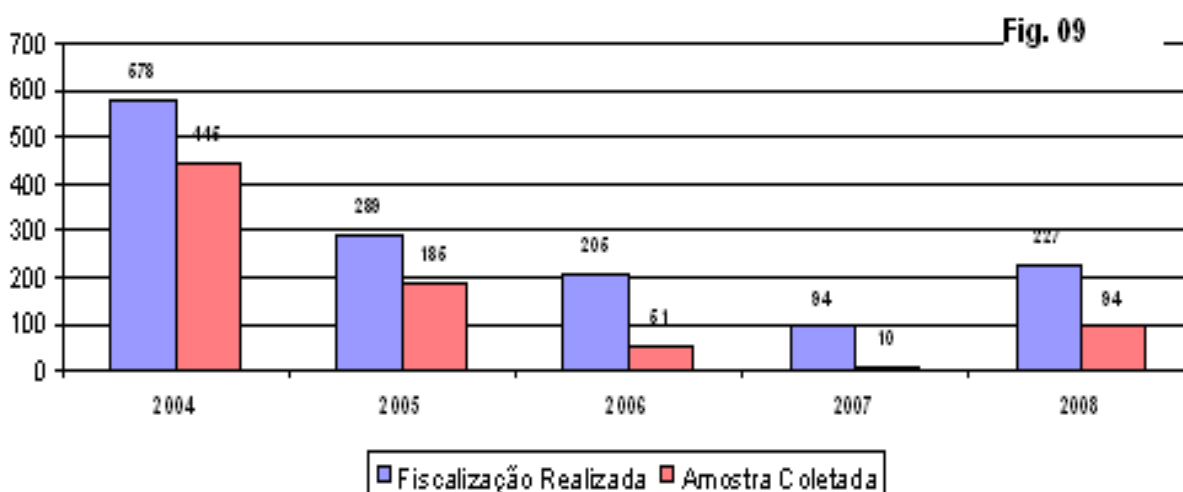
No ano de 2008 buscou-se priorizar o passivo de processos ainda pendentes de anos anteriores (principalmente registros de estabelecimentos e produtos), sendo coordenada com as atividades de fiscalização a campo, que havia sido relegada a segundo plano no exercício anterior, gerando novas demandas para a equipe de fiscais de fertilizantes, mas que puderam ser conduzidas concomitantemente à outras atividades. De um total de 266 fiscalizações programadas para 2008, foram realizadas 227, representando 85,34% do programado.

Em termos de coletas de amostras, conseguiu-se, efetivamente, realizar 94 de um total programado de 200, representando 47% da meta.

De todos os produtos executáveis por esta atividade, os que mais consumiram tempo da equipe executora foi análise de processos de registro de produtos e de estabelecimentos, seguido de análise de processos de autos de infração. No primeiro caso foram analisados durante o ano de 2008 um total de 110 processos, resultando no deferimento de 70 novos registros e cancelamento de outros 40; no segundo caso, foram analisados um total de 25 processos, resultando a aplicação de R\$ 65.170,00 em multas, os esforços já iniciados em 2007, buscando até o final do ano a sua solução total. Entretanto, mudou-se um pouco a estratégia de ação.

O surgimento de novos estabelecimentos produtores, bem como, seus correspondentes novos produtos, exigiu um aumento no tempo gasto com a análise dos processos, em detrimento do tempo gasto com fiscalizações e coleta de amostras, justificando a não consecução das metas programadas para fiscalizações e coletas de amostras em 2008. Contudo, analisando-se o desempenho físico da ação no exercício 2008, observa-se uma considerável recuperação em relação ao ano anterior, conforme se demonstrado abaixo (Fig. 09).

***Fiscalizações e coletas de amostras de fertilizantes.
Santa Catarina de 2004 a
2008.***



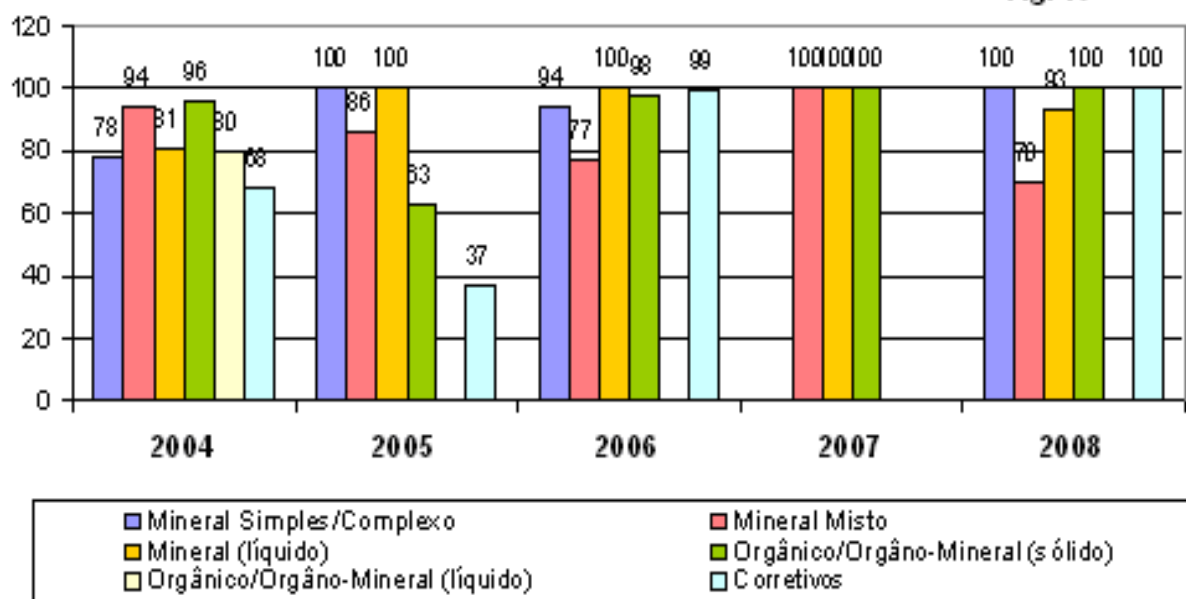
Fonte: Relatórios Mensais de Atividades do PI FISFECOI, anos 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008.

Tal acréscimo de desempenho quantitativo decorre principalmente da adição de mais um Fiscal Federal Agropecuário à equipe atuante na execução da Fiscalização da Produção e do Comércio de Fertilizantes, Corretivos, Inoculantes e Biofertilizantes e à mudança de estratégia de ação, a qual passou a buscar a solução do passivo de processos pendentes, concomitante à solução de novas demandas, decorrentes das fiscalizações programadas para 2008.

Observa-se uma significativa queda do índice de conformidade de fertilizantes minerais mistos (Fig. 10), em relação aos anos anteriores, indicando a necessidade de direcionamento das ações de fiscalização para essa categoria de fertilizantes.

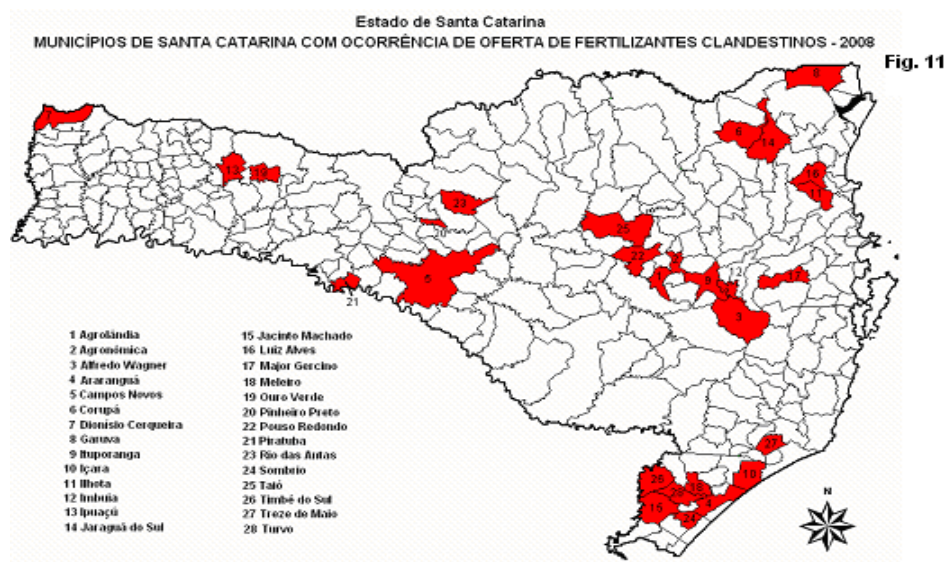
**Índice de conformidade (%) de fertilizantes e corretivos.
Santa Catarina nos anos 2004 à 2008.**

Fig. 10



Fonte: Relatórios Mensais de Atividades do PI FISFECOI, anos 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008.

O ano de 2008 foi também marcado pela ocorrência significativa de comercialização clandestina de fertilizantes (Fig. 11) sobretudo varreduras, conforme denúncias recebidas neste Serviço. As apurações preliminares dessas ocorrências levam a crer na atuação de grupos criminosos agindo com subterfúgios objetivando burlar as normas legais através do desvio/roubo de fertilizantes clandestinos e varreduras de fertilizantes nos Portos e sua comercialização em Santa Catarina, conforme o mapa a seguir:



Foi consenso na equipe de fiscalização de fertilizantes, que a continuidade dessas apurações implicaria em riscos para os Fiscais Federais Agropecuários, em vista de tratar-se de crime organizado, além de exigir treinamento e aparato especializado para a continuidade das investigações. Assim sendo, a ação MAPA sobre os fertilizantes clandestinos em SC foi suspensa, tendo-se comunicado os fatos à CFIC/DFIA/DAS/MAPA em Brasília, à Polícia Federal e Ministério Público Estadual, para coibição dessa prática.

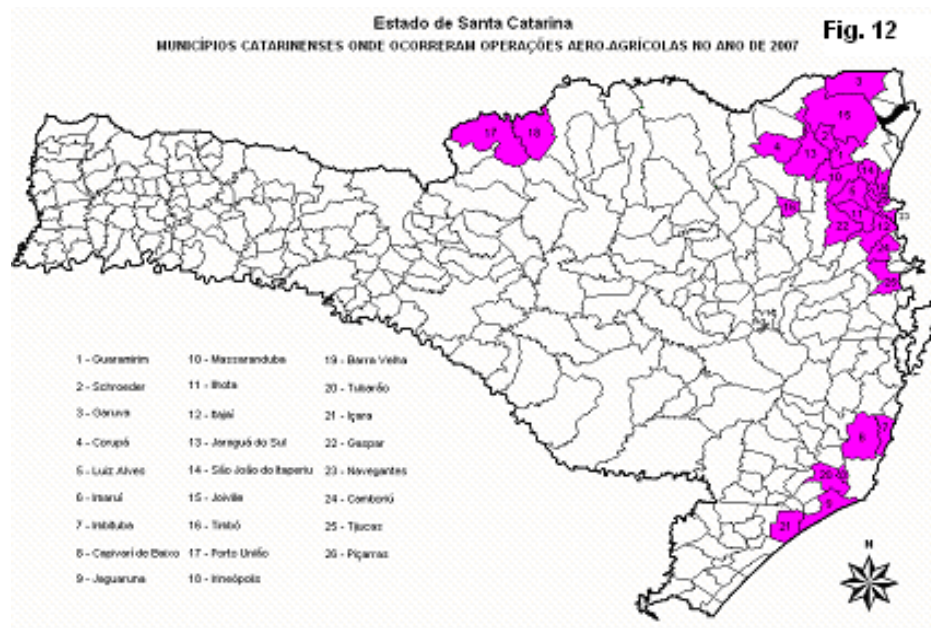
3.2.3.e – Ação 2177 – Fiscalização de Serviços Agrícolas

Tabela 01 – Dados gerais da ação

Tipo	<i>Finalística</i>
Finalidade	Assegurar a adequada qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola, visando a compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental.
Descrição	Fiscalização das empresas prestadoras de serviços agrícolas e de produção e comercialização de máquinas e implementos, e juntos aos proprietários de aviões agrícolas; registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas e de produção e comercialização de máquinas e implementos; homologação e publicação da relação de produtos químicos em condições de serem aplicados pela Aviação Agrícola.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	<i>CAA/DIEL/SDC/MAPA</i>
Unidades executoras	<i>SFA-SC</i>
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	<i>SEFAG/DT/SFA-SC</i>
Coordenador nacional da ação	André Guilherme Mardegan
Responsável pela execução da ação no nível local	<i>Paulo Sérgio Cidral</i>

Em Santa Catarina existem atualmente três empresas registradas para operar a atividade de prestador de serviços em aviação agrícola. Adicionalmente, existem duas outras empresas, uma registrada no Paraná e outra em São Paulo, que têm autorização para operarem em Santa Catarina.

Vários são os municípios onde ocorreram operações aero-agrícolas no decorrer do exercício de 2008 (Fig. 12)



Esta atividade é pouco expressiva no âmbito desta Superintendência, todavia, sua importância e relevância ao setor produtivo de Santa Catarina não pode ser negada, considerando seus benefícios e suas implicações ao emprego de insumos agrícolas (principalmente agrotóxicos) sobre o meio ambiente, a segurança alimentar e a saúde das populações.

Em 2008 a atividade foi conduzida por dois Fiscais Federais Agropecuários com 20% de dedicação para execução dessa ação, pois os mesmos atuam prioritariamente no setor de fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes.

Tabela 01A – Servidores envolvidos na ação

Servidor	Cargo
Paulo Sérgio Cidral	Fiscal Federal Agropecuário
André Luiz Rabello Vallim	Fiscal Federal Agropecuário

***Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira
Programa: 0375
Projeto/Atividade: 2177***

Itens	Diárias	Material Consumo	Passagens		Total
Elemento Despesa	3390.14	3390.30	3390.33	3390.39	
RECEBIDO	R\$ 2.366,43	R\$ 1.000,00	R\$ 5.799,00	R\$ 300,00	R\$ 9.465,43
EXECUTADO	R\$ 2.366,43	R\$ 1.000,00	R\$ 5.799,00	R\$ 300,00	R\$ 9.465,43
%	100	100	100	100	100

Fonte dos dados brutos: POA 2008; SIOR 2008; SIAFI2008.

Com relação à recursos financeiros, cabe mencionar que foram liberados em tempo hábil e no montante necessário para realização das despesas com deslocamento.

Tabela 3: Desempenho Operacional
Programa: 0375
Projeto/Atividade: 2177

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Atividades Desenvolvidas		
		2007	2008	
		Executadas	Programadas	Executadas
Fiscalização realizada	N.º	zero	25	11
Autos de Infração lavrados	N.º	zero	-	02
Análise de relatórios de atividades aero-agrícolas	N.º	60	60	50
Participação em Capacitação	N.º	2	2	0
Participação em Reunião/Evento Nacional	N.º	2	2	2

Fonte: Relatórios Mensais de Atividades Aeroagrícolas 2007 e 2008; POA FISCAGRICI 2008.

Diante do universo de ação acima apresentado, programou-se inicialmente para o ano de 2008 o número de vinte e cinco fiscalizações, sendo uma em cada sede das empresas no primeiro semestre e uma repetição no segundo semestre, acompanhadas também de fiscalizações nas pistas de pouso/decolagem e pátios de descontaminação de aeronaves.

Em vista da implementação da Instrução Normativa MAPA n.º 02, de 03 de janeiro de 2008, à partir de 09/01/2008, realizou-se fiscalizações às empresas de aviação agrícola, bem como suas pistas de pouso e decolagem e seus pátios de descontaminação de aeronaves, a fim de verificar a situação de cada um deles e apontar as medidas corretivas, segundo o que preconiza a referida IN, chamando atenção para cumprimento dos prazos. Dessas fiscalizações realizadas, resultaram

dois autos de infração, ambos por descumprimento das normas vigentes, relativas aos pátios de descontaminação de aeronaves e destino de seus resíduos tóxicos. A partir de meados de novembro de 2008, ocorreu intensificação das chuvas em nosso estado, impossibilitando o acesso dos fiscais às áreas onde as empresas aeroagrícolas atuam, sobretudo nos municípios de Ilhota, Luis Alves e Guaramirim, que foram castigadas com a ocorrência fortes enchentes e deslizamentos de terra.

3.2.3.f – Ação 2179 – Fiscalização de Sementes e Mudanças

Tabela 01 – Dados gerais da ação

Tipo	Finalística
Finalidade	Garantir a identidade e a qualidade do material de multiplicação e de reprodução vegetal produzido, comercializado e utilizado em todo território nacional. Melhora contínua dos níveis de conformidade e qualidade desses materiais disponibilizados para a agricultura nacional. Certificar a produção de sementes e mudas, com vistas a garantir a identidade, qualidade, procedência e controle de geração para os produtores rurais nas etapas de produção, comercialização e utilização desses insumos, mantendo os padrões mínimos nacionais de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética, com vistas a assegurar a produtividade das culturas e, por consequência, contribuir para aumento da competitividade e sustentabilidade do agronegócio.
Descrição	A Fiscalização de Sementes e Mudanças consiste da execução dos processos de: 1) Inscrição de produtor, beneficiador, embalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas e credenciamento de entidade certificadora, certificador da produção própria, laboratório, amostrador, coletor e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudanças-RENASSEM; 2) Inscrição de campos de produção de sementes, inscrição de viveiros de produção de mudas; 3) Inscrição de plantas fornecedoras de material de propagação; 4) Inscrição no RENAM – Registro Nacional de Áreas e Matrizes das áreas de coleta de sementes, áreas de produção de sementes, das matrizes e pomares de sementes que fornecem os materiais de propagação no caso de espécies florestais, nativas ou exóticas e de interesse medicinal ou ambiental; 5) Fiscalizar, supervisionar e auditar o processo de certificação dos materiais de propagação e reprodução vegetal, bem como a utilização de sementes e mudas; 6) Constituir e autorizar os processos de importação e exportação de materiais de propagação e reprodução vegetal que estejam em conformidade; 7) Monitorar e avaliar as ações de fiscalização dos inscritos e credenciados no RENASSEM e RENAM.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CSM/DFIA/SDA/MAPA
Unidade executora	SFA/SC

Área responsável pelo gerenciamento ou execução	SEFAG/DT/SFA-SC
Coord. Nacional da ação	José Neumar Francelino
Resp. pela execução da ação no nível local	Jorge Jacinto Calixto

Tabela 01A – Servidores envolvidos na ação

Servidor	Cargo
Adi Mario Zanuzzo	Fiscal Federal Agropecuário
Adriana Maria Wolf	Fiscal Federal Agropecuário
Clodoaldo Aparecido Andriolli *	<i>Fiscal Federal Agropecuário</i>
Jorge Jacinto Calixto	Fiscal Federal Agropecuário
Rodrigo da Costa Machado	Fiscal Federal Agropecuário

* Dedicção de apenas 10% do tempo nas atividades de sementes e mudas

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira
Programa: 0375
Projeto/Atividade: 2179

Itens	Diárias	Material Consumo	Passagens	Serviços	Colaborador Eventual	Material Permanente	Total
Elemento Despesa	3390.14	3390.30	3390.33	3390.39	3390.36	4490.52	
RECEBIDO	29.783,44	43.349,27	22.459,14	26.162,33	5.383,02	50.000,00	177.137,20
EXECUTADO	29.783,44	43.349,27	22.459,14	26.162,33	5.383,02	50.000,00	177.137,20
%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Comentários:

Quanto ao aspecto dos recursos, identificamos que houve regularidade na descentralização dos mesmos não sendo entrave para consecução das metas.

Sobretudo, quanto os recursos para investimentos para estruturação do Serviço, foi descentralizado R\$ 50.000,00, que foi utilizado na aquisição de 01 (um) veículo para utilização na atividade de fiscalização.

Tabela 3: Desempenho Operacional
Programa: 0375
Projeto/Atividade: 2179

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Atividades Desenvolvidas		
		2007	2008	
		Executadas	Programadas	Executadas
Fiscalização realizada	Fiscalização	72	1.073	945
Inscrição RENASEM	Nº de inscrição	91	Não programado	169
Credenciamento RENASEM	Nº Credenciamento	54	Não programado	58
Autorização Exportação	Nº Exportação	325	Não programado	197
Autorização Importação	Nº Importação	23	Não programado	10
Reunião Técnica com produtores	Nº reunião	11	Não programado	8
Participação Reunião/evento Nacional	Nº Participação	12	Não programado	13
Coleta de Amostra para Certificação	Nº amostra	55	Não programado	137
Coleta de Amostras Fiscais	Nº amostras	0,0	Não programado	50
Auto de Infração	Nº	29	Não programado	23
Sementes Apreendidas	Kg de Sementes	3.781.790	Não programado	785.900

Comentários:

Quanto à meta de Fiscalização Realizada, observamos que a mesma não foi cumprida na sua integridade obtendo um desempenho de 88,07% do programado. Decorre o não alcance da meta programada, fatores determinantes que contribuíram para este resultado, como destacamos:

O comprometimento do quadro técnico na análise e emissão de autorizações dos processos de exportação e importação de sementes e mudas, que apesar da redução dos requerimentos, comparando-se com o exercício anterior, bem como o aumento da demanda de processos Administrativos, o que demandou um maior contingente de Servidores para atendimento a estas atividades, que foram estabelecidas como prioritárias em detrimento às outras, destacando a eficiência e eficácia com que o Serviço conduziu essa demanda atingindo seu objetivo de atendimento de 100% das solicitações de importação e exportação de Sementes e Mudas apresentadas no SEFAG-DT/SFA - SC, em tempo hábil.

Observamos que houve um acréscimo no item Inscrição e Credenciamento no RENASEM¹¹ que demandam tempo para análise documental e inclusão neste Sistema. Essa constatação não reflete uma baixa eficiência dessa ação e sim o caráter não programável da mesma, consequentemente, a eficácia com que atividade foi trabalhada nos exercícios anteriores, atingindo o objetivo de enquadrar a maioria dos envolvidos na atividade no Sistema Nacional de Sementes e Mudanças.

O resultado do indicador Fiscalização realizada, se comparada com o exercício anterior, observa-se que apresenta uma desproporcionalidade, contudo esse índice é resultante da alteração dos critérios para computação dessa meta, por determinação da Coordenação Nacional, registrando a execução 945 fiscalizações, não possibilitando deste modo fazer qualquer inferência com relação a eficiência e eficácia sobre o desempenho dessa meta. Entretanto o alcance desse índice se deve principalmente da realização de uma Força Tarefa, realizada com Fiscais Federais deste Serviço com apoio de Fiscais de outras Unidades da Federação, com objetivo de coibir a comercialização de sementes e mudas ilegais “Pirata” e conscientização dos comerciantes, produtores e usuários de sementes que estavam fora do Sistema Nacional de Sementes em descumprindo a legislação vigente, cujo resultado foi a apreensão de 785.900,00 Kg de sementes irregulares.

Outro fator preponderante que contribuiu para o não alcance das metas foi o reduzido quadro técnico disponibilizado para execução das atividades inseridas nesta ação, embora a Tabela 1 mostre uma equipe com 5 Fiscais, é bom salientar que um fiscal dessa equipe, aposentou-se em 14/07/2008 e até a presente data não foi recomposta a equipe, também, um Fiscal desse grupo, dedica apenas 10% do seu tempo disponível na Fiscalização de Sementes e Mudanças, pois desenvolve outras atividades na Unidade Regional de Videira - SC, que compromete o desempenho dessa atividade.

¹¹ O Registro Nacional de Sementes e Mudanças – RENASEM, foi criado em atendimento ao que estabelece o art. 3º da Lei nº 10.711/2003 e regulamentação dada pelo Decreto nº 5.153/2004, e obriga a todas as pessoas físicas e jurídicas, que exerçam atividades de produção, beneficiamento, embalagem, armazenamento, análise, comércio, importação e exportação de sementes e mudas (de qualquer tipo) sejam inscrita no Renasem.

3.2.3.g – Ação 2909 – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins

Tabela 01 – Dados gerais da ação

Tipo	Finalística.
Finalidade	Assegurar a oferta e a aplicação de agrotóxicos e afins efetivos no controle de pragas e doenças das plantas, que apresentem baixo impacto ambiental, baixos níveis de resíduos nos alimentos, nenhum prejuízo às saúdes humana e animal, mantendo-os adequados ao consumo humano.
Descrição	Credenciamento e certificação de estabelecimentos produtores de agrotóxicos e afins e de aplicadores de agrotóxicos como tratamentos fitossanitários com fins quarentenários de vegetais e suas partes e de embalagens de madeira de produtos destinados à exportação; fiscalização e inspeção da produção, comercialização, importação, exportação e aplicação de agrotóxicos e afins como tratamentos fitossanitários com fins quarentenários de vegetais e suas partes e de embalagens de madeira de produtos destinados à exportação; coleta de amostras para controle de qualidade e verificação de eficácia e praticabilidade agronômica dos produtos; realização de reuniões técnicas, cursos, estágios e treinamentos em serviço para capacitação de técnicos; elaboração e revisão de normas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; realização de auditorias técnicas e operacionais nas unidades descentralizadas, para avaliação da atividade de fiscalização.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CGA/DFIA/SDA/MAPA
Unidades executoras	SFA-SC
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFAG/DT/SFA-SC
Coordenador nacional da ação	Luís Eduardo Pacifici Rangel
Responsável pela execução da ação no nível local	Renato Moreira de Faria

Tabela 01A – Servidores envolvidos na ação

Servidor	Cargo
Francisco Rzatki *	Fiscal Federal Agropecuário
Renato Moreira de Faria **	Engenheiro Florestal

* Servidor iniciou exercício neste SEFAG/DT-SC em maio de 2007

** Servidor iniciou exercício neste SEFAG/DT-SC em junho de 2007 e tem 10% de dedicação na atividade do FUNCEMA.

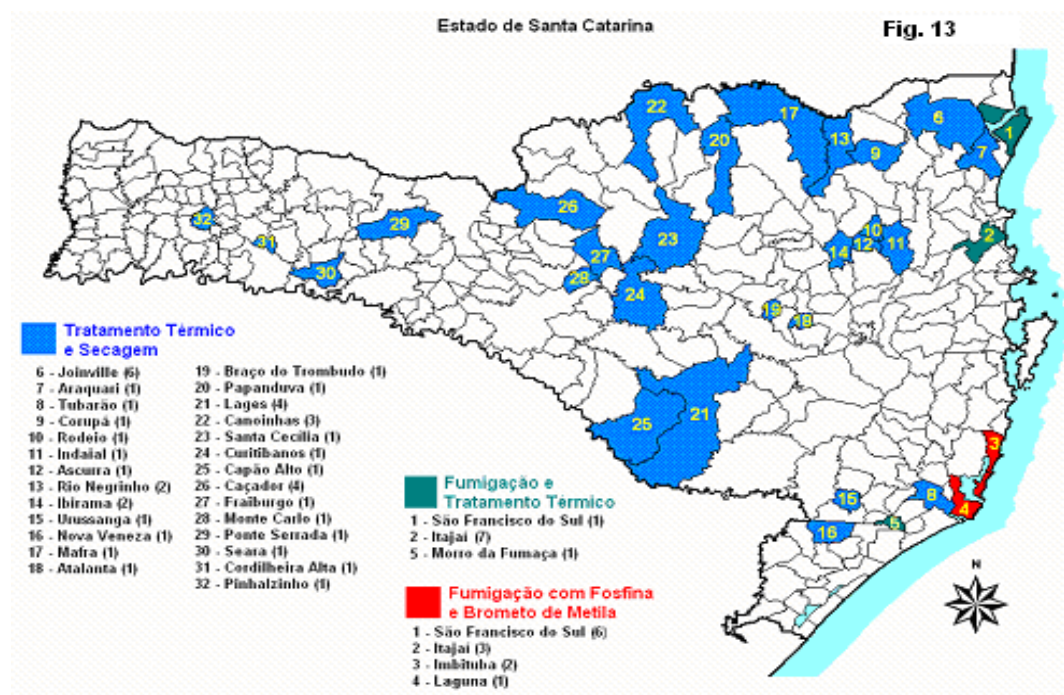
Comentários:

O objetivo principal desta ação é o registro, fiscalização e certificação de estabelecimentos produtores de agrotóxicos e afins; inspeção e fiscalização sobre a produção e a aplicação de agrotóxicos e afins como tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeira de produtos destinados à exportação.

Em Santa Catarina ocorrem somente as atividades relacionadas ao credenciamento de empresas para executam tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeira de produtos destinados à exportação, já que no estado não existem indústrias de produção de agrotóxicos. A fiscalização do comércio é exercida pelo órgão fiscalizador da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e Agricultura.

Constam nos registros no Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos – SIPE, que em Santa Catarina existem atualmente sessenta e quatro (64) estabelecimentos que realizam tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeira (Fig. 13). Todos constituem-se em objeto das ações de fiscalização do Serviço de Fiscalização Agropecuária, porém, em função do limitado número de servidores atuando nessa ação, são priorizados os estabelecimentos que realizam tratamentos nas modalidades de fumigação com os produtos agrotóxicos Brometo de Metila e Fosfina, em número de vinte (20), tendo em vista esses produtos serem potenciais causadores de danos à saúde humana e animal e ao meio ambiente. Com relação à fiscalização do comércio de Agrotóxicos, a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola do Estado de Santa Catarina – CIDASC é a responsável

legal por executá-la no Estado, na forma do disposto no Art. 10 da Lei nº 7.802 de 11/07/1989, e na legislação estadual sobre o comércio de agrotóxicos, qual seja: o Decreto Estadual nº 3657 de 25/10/2005, que regulamenta a Lei Estadual nº 11.069 de 29/12/1998 e Lei Estadual nº 13.238 de 27/12/2004.



Para execução de todos os produtos da ação, mais os recursos para manutenção da estrutura de funcionamento, foram programados no SIOR o montante demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira
Programa: 0375
Projeto/Atividade: 2909

Itens	Diárias	Material Consumo	Passagens	Serviços	Material Permanente	Total
Elemento Despesa	3390.14	3390.30	3390.33	3390.39	4490.52	
RECEBIDO	11.073,17	11.969,78	17.200,00	5.275,08	7.000,00	52.518,03
EXECUTADO	11.073,17	11.969,78	12.531,48	** 5.275,08	** 7.000,00	52.518,03
%	100,00	100,00	72,85	100,00	100,00	100,00

Comentários:

Com relação aos recursos gastos em diárias (3390-14), suprimento de fundos (3390-30 + 3390-39), passagens (3390-33) e material permanente (4490-52), cabe mencionar que foram todos liberados à tempo para realização das despesas envolvidas nas atividades e deslocamentos para fiscalização. Entretanto houve dificuldade no cumprimento da programação da Atividade em tempo hábil devido ao reduzido quadro de técnicos envolvidos para atender a demanda requerida pela atividade . Ou seja, não foi realizado maior número de fiscalização por falta de recursos humanos, também, pelo tempo despendido nos deslocamentos até as empresas para execução da ação fiscal que na sua maioria encontram-se distantes da sede. Outro fator determinante que contribuiu para o baixo desempenho da atividade foi o tempo gastos pelos Fiscais com os trabalhos burocráticos decorrentes das ações de fiscalização que demandam tempo e a atividade não dispõe de apoio de auxiliares na organização e controle da documentação, pois todos os trâmites administrativos são conduzidos pelos Técnicos da área comprometendo o desempenho da ação finalística.

A atividade utilizou parte dos recursos recebidos diretamente nas ações de fiscalização e parte dos recursos foram aplicados na manutenção e funcionamento da estrutura do Serviço, na aquisição de bens, materiais e serviços.

As atividades desta Ação foram realizadas com recursos descentralizados à Unidade executora -SFA-SC, através do Plano Interno(PI) FISAGROTOX para custeio de diárias, combustível, manutenção de veículos, passagens aéreas, equipamentos de proteção individual – EPI e materiais de consumo. As descentralizações de recursos financeiros atenderam a programação para o exercício, no entanto, o fator determinante para um maior alcance desta Ação foi o reduzido quadro técnico disponível que conta somente com 01(um) Fiscal Federal Agropecuário e 01(um) Engenheiro Florestal para atendimento de um universo de 64 empresas no Estado, limitando a atuação desta atividade junto às empresas registradas. Esta Ação contempla, ainda, a auditoria em centros de pesquisa de aplicabilidade agronômica de agrotóxicos e em estabelecimentos que pretendem

prestar os serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários de vegetais e suas partes e de embalagens de madeira de produtos destinados à exportação, para a verificação das condições técnicas para operação dentro das normas vigentes, e, a fiscalização em portos, aeroportos internacionais e em estabelecimentos de outros estados, sempre que solicitado e sob a supervisão da CGA/DFIA/SDA/MAPA.

Os Técnicos que atuam na área vêm desenvolvendo ações no sentido de divulgação e orientação sobre a legislação e as boas práticas de uso de agrotóxicos junto aos exportadores, importadores, despachantes aduaneiros, administrações portuárias, estabelecimentos prestadores de serviços, entre outros interessados na área. Essa atuação resultou num expressivo número de estabelecimentos credenciados para executarem tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeira de produtos destinados à exportação. Atualmente Santa Catarina apresenta-se como um dos estados de maior importância em número de estabelecimentos credenciados como prestadores de serviços, principalmente quanto àquelas que realizam tratamento térmico e secagem, que não utilizam aplicação de agrotóxicos nos seus processos.

No exercício de 2008 foram executadas pela equipe, 65 (sessenta e cinco) Inspeções/Fiscalizações e orientações técnicas em estabelecimentos credenciados bem como naquelas em fase de análise para concessão de credenciamento, sendo emitidos cinquenta e seis (56) Termos de Inspeção e Fiscalização, doze (12) Notificações de Exigência, dois (2) Termos de Apreensão, nove (9) Termos de Intimação, dois (2) Termos de Interdição, e vinte e seis (26) Autos de Infração em fiscalizações em portos e em estabelecimentos de outros estados, por solicitação e sob a supervisão da CGAA/DFIA/SDA/MAPA. Em comparação ao ano de 2007 nota-se que houve melhor desempenho da equipe, observado no quadro abaixo, atingindo o objetivo da coibição da utilização irregular de agrotóxicos e afins, assegurando menor impacto ambiental e prejuízos à saúde humana e animal, em cumprimento a missão institucional.

Tabela 3: Desempenho Operacional
Programa: 0375
Projeto/Atividade: 2909

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Atividades Desenvolvidas		
		2007	2008	
		Executadas	Programadas	Executadas
Fiscalização realizada	Fiscalização	55	55	65
Credenciamento	Número	11	Não programado	7
Recredenciamento	Número	36	Não programado	11
Participação Reunião/evento Nacional	Número	3	5	9
Participação em Curso / Congresso / Simpósio	Número	3	Não programado	4
Ministrar treinamento em serviço	Número	0	Não programado	2
Auto de Infração	Número	1	Não programado	26
Estabelecimento interditado	Número	0	Não programado	1

Comentários:

Os cursos realizados esclarecem dúvidas e interrogações encontradas nas inspeções e auditorias e elucidam pontos obscuros da Instrução Normativa que ainda ressamte de revisão e aprimoramento conforme novas situações vão se apresentando no desempenho da atividade, que é relativamente recente.

Cabe destacar a importante função do Engenheiro Florestal que dá apoio nesta atividade, que embora não exerça o Cargo de Fiscal Federal Agropecuário desempenha com muita competência o trabalho de difusão das normas através de palestras e Capacitação em Serviço aos Técnicos que atuam na atividade de fiscalização de agrotóxicos e afins, nas diversas Unidades da Federação especialmente nas particularidades dos tratamentos térmicos (HT) e de secagem (KD) de embalagens de madeira destinadas ao comércio internacional, assim como no processo de informatização do sistema de credenciamento dos estabelecimentos prestadores de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeira de produtos destinados à exportação, através da proposição e colaboração na implantação de testes e na disseminação no âmbito deste Ministério no Sistema

Integrado de Produtos e Estabelecimentos de módulo específico para Certificação Fitossanitária, bem como na revisão de seu manual de operação.

Na programação das metas físicas foi priorizada a fiscalização de 100% dos estabelecimentos prestadores de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeira de produtos destinados à exportação e credenciados junto à SFA/SC, garantindo a qualidade dos tratamentos fitossanitários com fins quarentenários realizados no estado de Santa Catarina, em consonância ao que dispõe a legislação de agrotóxicos e em atendimento as normas de proteção ambiental e da saúde dos trabalhadores.

A atividade de fiscalização de estabelecimentos produtores de agrotóxicos não se aplica, tendo em vista que não existe instalada nenhuma indústria neste Estado. A inspeção e fiscalização de estabelecimentos prestadores de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeira de produtos destinados à exportação teve desempenho acima do programado no exercício de 2008, superando as metas programadas para a inspeção/fiscalização dos tratamentos fitossanitários com fins quarentenários, o que demonstra o bom desempenho da equipe, mesmo diante de entraves verificados no decorrer do exercício, conforme a seguir relacionamos:

- a) reduzida equipe de atuação na Atividade com um Engenheiro Florestal e um Fiscal;
- b) atendimento de produtos sob demanda (não programados) que consumiram parte dos recursos financeiros destinados ao atendimento do produto programado “Fiscalização”; e
- c) diminuição de rendimento na execução da ação em função de situações imprevisíveis encontradas com maior complexidade que o normal, o que demandou maior tempo que o previsto para atendimento à clientela.

Em vista da implementação da informatização dos relatórios mensais e trimestrais que os estabelecimentos prestadores de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus

produtos, subprodutos e embalagens de madeira de produtos destinados à exportação passarão a enviar a partir de 2009, vislumbra-se uma aumento na eficiência das fiscalizações às empresas ao permitir verificar a situação de cada uma delas e apontar as medidas corretivas, segundo o que preconiza legislação de Agrotóxicos e Afins. Obstante as calamidades climáticas ocorridas no Estado, ocorridas com a intensificação das chuvas em novembro que provocaram fortes enchentes e deslizamentos de terra, que dificultaram o acesso dos fiscais à área portuária de Itajaí, porto de maior movimento no Estado, as metas foram suplantadas em 2008, destacando-se uma intensificação da fiscalização no mês de dezembro.

3.2.4 – PROGRAMA 0357 / SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA

a) Dados gerais do programa

Tipo de programa	Programa Finalístico
Objetivo Geral	Garantir a segurança alimentar aos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, a qualidade dos insumos agropecuários e promover a sanidade animal e vegetal por meio da avaliação de risco, vigilância, controle e fiscalização fitozoossanitária. Busca assim minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões dos mercados internos e externos.
Gerente do Programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente Executivo	José Geraldo Baldini Ribeiro e Jamil Gomes de Souza
Indicadores ou Indicativos utilizados	Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras
Público-alvo (beneficiários)	Produtores, consumidores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores, exportadores e demais envolvidos no trânsito e no comércio internacional de produtos e insumos agropecuários e que integram a cadeia produtiva agropecuária.

b) Principais Ações do Programa

Código	Nome
2134	VIGIFITO1 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos
2139	VIGIZOO2 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos
2181	FISCANIMAL - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos
2180	FISCPLANTA - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos
4842	FEBREAFTOS – Erradicação da Febre Aftosa
8572	PCEVEGETAL – Prevenção, Controle e Erradicação de pragas dos Vegetais
8658	PCEANIMAL – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais

Comentários:

A eficiência da defesa agropecuária é assegurada pelo cumprimento de normas fitozoossanitárias estabelecidas em decorrência de acordos comerciais celebrados entre agentes econômicos do país e do exterior. Eventuais falhas na aplicação dessas normas podem resultar em sérios prejuízos diretos à população brasileira, aos agentes econômicos e à economia, ao comprometer a sanidade vegetal, a saúde dos rebanhos e a credibilidade dos produtos brasileiros.

Para que a defesa agropecuária torne-se eficiente é necessário desenvolver um esforço de articulação institucional entre as instâncias do governo federal, estadual e municipal, para promover a integração das ações, atualização técnico-científica dos serviços, base técnico-científica e a capacitação dos servidores do Ministério da Agricultura e dos serviços estaduais e municipais que atuam na área. Isto porque a extensão do País, os desafios da vigilância nas fronteiras e a diversidade de atividades agropecuárias exigem grande cobertura e efetividade das ações em todo o território brasileiro.

Os impactos econômicos e sociais adversos decorrentes da defesa agropecuária operar abaixo das necessidades do agronegócio refletem-se no comprometimento da produção e da produtividade agropecuária, com conseqüências na redução das exportações, em função da diminuição dos acessos e manutenção de mercado, no desemprego, na redução da renda no campo e na migração do campo para a periferia dos grandes centros urbanos, com impactos negativos para o País e comprometimento da segurança alimentar, da saúde humana e do meio ambiente.

A Ação, desenvolvida pela Vigilância Agropecuária Internacional – VIGIAGRO, se dá por meio da atuação da Fiscalização Federal Agropecuária nos Aeroportos, Portos, Postos de Fronteira e Aduanas Especiais, que fiscalizam o trânsito internacional de produtos e insumos agropecuários. Mercadorias importadas, bagagens de passageiros e correios são inspecionados com vistas à autorização de ingresso no país, quando são verificadas as condições de inocuidade e sanidade dos produtos. Os produtos destinados à exportação são igualmente inspecionados para emissão de Certificação Fitossanitária e Zoossanitária, instrumento que garante o acesso dos produtos brasileiros ao mercado internacional.

A estrutura do VIGIAGRO em Santa Catarina é composta por um aeroporto internacional: UVAGRO/AEROPORTO Hercílio Luz, um porto seco na fronteira com a Argentina: UVAGRO/Dionísio Cerqueira e quatro portos marítimos: UVAGRO/Imbituba, UVAGRO/Itajaí, UVAGRO/Navegantes e UVAGRO/São Francisco do Sul. O porto de Itajaí possui a maior estrutura de armazenamento de carne congelada do país, com aproximadamente 130.000 ton de capacidade instalada e ainda é considerado o maior exportador de carne congelada e maçãs. O porto de Imbituba recebeu investimentos na ordem de R\$ 300 mi, o que significa que em breve aumentará a demanda em relação a recursos humanos.

É importante ressaltar que as demandas quantitativas e a importância dos serviços de fiscalização no trânsito internacional de produtos e insumos agropecuários têm-se incrementado significativamente, requerendo maior esforço para correção da deficiência da infra-estrutura e de pessoal, não só de Fiscais Federais Agropecuários e técnicos de nível médio, mas principalmente de técnicos administrativos nas Unidades do VIGIAGRO, pois esta função está sendo resolvida paliativamente através da cedência de funcionários pelas administrações dos portos.

As atividades do VIGIAGRO são demandadas por importadores, exportadores e passageiros em trânsito internacional, sendo que fatores como taxa de câmbio e outros, fora de nosso controle, é que determinam a intensidade das demandas. Considerando os índices de execução da meta física, avaliamos que as atividades atingiram os resultados, mas seriam maiores não fosse a recessão econômica e as enchentes que atingiram o estado no final de novembro e que causaram prejuízos e a paralisação do porto de Itajaí. Aproximadamente 300 containeres com carne congelada foram atingidos pelas águas da chuva e aqueles que não foram contaminados tiveram que ser direcionados a outros portos, inclusive de outros estados.

Em relação a tecnologia, destacamos que a inexistência de um sistema informatizado prejudica o controle das ações da vigilância agropecuária internacional, impossibilitando o gerenciamento das informações relativas ao trânsito internacional de produtos e insumos agropecuários. Salienta-se que está sendo desenvolvido o SIGVIG – Sistema de Informações Gerenciais do VIGIAGRO, que permitirá maior agilidade aos processos de fiscalização.

Temos que considerar que os recursos disponibilizados foram suficientes e liberados a tempo para que as ações de vigilância e fiscalização do trânsito internacional de produtos e insumos agropecuários fossem prejudicadas.

3.2.4.a – Ação 2134 – Vigilância e Fiscalização do Transito Interestadual de Vegetais e seus Produtos e Insumos

Tabela 01 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; representação do País nos fóruns internacionais que tratam da fitossanidade; capacitação técnica; análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CFTV/DSV/SDA/MAPA
Unidades executoras	SFA/SC/MAPA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEDESA/DT/SFA-SC
Coordenador nacional da ação	José Geraldo Baldini Ribeiro
Coordenador de ação Estadual	Osmarino Ghizoni e Eduardo Luiz Oliveira Dutra

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira
Programa: 0357
Projeto/Atividade: 2134

Itens	Diárias	Material Consumo	Passagens	Serviços	Diárias Col. Eventual	Material Permanente	Estagiários	Total
Elemento Despesa	3390.14	3390.30	3390.33	3390.39	3390.36	4490.52	3350.39	
RECEBIDO	29.980,15	7.645,45	12.018,18	12.995,45	-	-	-	62.639,23
EXECUTADO	28.783,54	7.645,45	6.134,30	12.995,45	-	-	-	55.558,74
%	96	100	51,04	100	-	-	-	88,70

Comentários:

O aporte de recursos foi, na sua maioria, para atender as despesas com viagens de serviço para fiscalização e supervisão das atividades do órgão executor, através da implementação do acompanhamento “in loco” da execução das atividades previstas nos convênios vigentes, e na execução das inspeções fitossanitárias na origem para partidas de maçã e plantas ornamentais destinadas à exportação.

Tabela 3: Desempenho Operacional
Programa: 0357
Projeto/Atividade: 2134

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Universo de Atuação	Atividades Desenvolvidas			Indicadores	
			2007	2008		2008 / 2007	Eficácia
			Executadas	Programadas	Executadas	% executada / Period Ant.	% executada / Meta Progr.
Supervisionar as ações do Órgão Executor da Defesa Sanitária Vegetal no Estado, a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola do Estado de S. Catarina - CIDASC, referentes ao controle do transito de vegetais através da fiscalização nas barreiras interestaduais.	supervisão	70 barreiras interestaduais	4	10	13	325	130
Parecer fitossanitário em processo de importação e exportação de produtos de origem vegetal	parecer	SC	1037	NP	622	59,98	
Participação de FFAs em reuniões técnicas e treinamentos	evento	SC	3	NP	-	-	-
Participação de FFAs em eventos (Encontros, Seminários, etc..)	evento	SC	4	NP	-	-	-
Supervisão e acompanhamento de convênio- FUNCEMA	supervisão	SC	1	NP	-	-	-
Análise de amostras para diagnose fitossanitária com emissão de laudo	Amostra	SC	63	NP	-	-	-
Cursos para habilitação de profissionais para emissão de CFO	curso	SC	03	NP	02	66,66	-

Comentários:

Dentre as atividades desenvolvidas dentro da ação destacam-se o monitoramento da ocorrência de pragas A2 (quarentenárias presentes) no Estado, a supervisão das barreiras sanitárias fixas e móveis e fiscalização da emissão de CFO/CFOC e PTV.

Destacamos ainda, a realização dos cursos de Certificação Fitossanitária de Origem - CFO/CFOC para *Cydia pomonella* e Ferrugem da Soja, com a habilitação de 48 profissionais, realizado no município de Caçador.

Observa-se a inexistência de análises para diagnóstico fitossanitário, fato justificado pelas reformas no respectivo Laboratório, incluído nas obras da Base Física de São José.

3.2.4.b – Ação 2139 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais e seus Produtos

Tabela 01 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos rebanhos nacionais, protegendo áreas reconhecidas como livres de agentes causadores de doenças.
Descrição	Integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle zoossanitário do trânsito de animais no território catarinense; representação do País nos fóruns internacionais que tratam da zoossanidade; capacitação de recursos humanos na área de vigilância zoossanitária; análise de risco e quarentena animal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CTQA/DSA/SDA/MAPA
Unidades executoras	SFA/SC/MAPA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEDESA/DT/SFA-SC
Coordenador nacional da ação	Gabriel Torres
Coordenador de ação Estadual	Maria Luiza Toschi Maciel

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira
Programa: 0357
Projeto/Atividade: 2139

Itens	Diárias	Material Consumo	Passagens	Serviços	Diárias Col. Event.	Material Permanente	Total
Elemento Despesa	3390.14	3390.30	3390.33	3390.39	3390.36	333041	
RECEBIDO	4.175,14	3.000,00	6.850,79	3.000,00	1.578,45	0,00	18.604,38
EXECUTADO	1.837,84	3.000,00	6.850,79	2.855,00	1.578,45	0,00	16.122,38
%	44,02%	100%	100%	95,17%	100%	0	87%

Comentários:

Os recursos recebidos, na sua maioria, foram destinados ao atendimento das despesas com viagens de serviço para fiscalização e supervisão das atividades do órgão executor, participação em eventos e treinamentos e não foram gastos na sua totalidade, devido ao excesso de demandas burocráticas de trabalho dos fiscais federais agropecuários envolvidos com a atividade e pela falta de pessoal de apoio.

Tabela 3: Desempenho Operacional
Programa: 0357
Projeto/Atividade: 2139

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Universo de Atuação	Atividades Desenvolvidas			Indicadores	
			2007	2008		2007 / 2008	Eficácia
			Executadas	Programadas	Executadas	% executada / Period. Ant.	% executada / Meta Progr.
Portarias de habilitação-GTA emitidas	portaria emitida	SC	452	Demanda	209	46,2	-
Portarias de credenciamento canceladas	portaria emitida	SC	6	Demanda	86	1433,3	-
Autorizações para ingresso de animais	autorização emitida	SC	855	Demanda	1111	129,9	-
Quarentenas			0		3	300,0	-
Acompanhamento de quarentena	quarentena	SC	4	Demanda	5	125,0	-
Supervisão ao órgão executor das ações delegadas de defesa sanitária	supervisão	SC	35	-	-	-	-
Parecer zoosanitários	parecer emitido	SC	1128	Demanda	2448	217,0	-
Certificado zoosanitário	certif. Emitido	SC	18	Demanda	63	350,0	-
Autorizações importação	autorização emitida	SC	80	Demanda	48	60,0	-
Autorização de importação de animais vivos e material de multiplicação animal	autorização emitida	SC	1	Demanda	33	3300,0	-
Declaração adicional ao cert. sanitário	autorização emitida	SC	28	Demanda	52	185,7	-

Comentários:

O SEDESA/SC realiza diferentes ações que visam salvaguardar e manter em estado hígido o rebanho nacional, mormente no que se refere à proteção sanitária do Estado, que conquistou no ano de 2007, a condição de reconhecimento internacional de zona livre onde não se pratica a vacinação contra a febre aftosa.

As ações de vigilância e fiscalização no trânsito contempla o acompanhamento dos procedimentos de quarentena realizados pelo órgão estadual executor dos serviços de defesa sanitária.

Da mesma forma, são realizadas supervisões nas unidades de fiscalização e de controle nos pontos de ingresso representados por postos fixos e móveis de divisa interestadual.

Com a finalidade de manutenção da higidez do rebanho são desenvolvidas ações que compreendem a análise documental dos requerimentos de importação de animais, seus produtos e subprodutos, bem como são emitidos autorizações de importação e vistos zoosanitários.

No que tange as solicitações de exportação de animais, produtos e subprodutos de origem animal, além da análise documental e avaliação das condições sanitárias do objeto para exportação, são emitidos certificado sanitário internacional, declaração adicional e certificado de venda livre em razão da condição sanitária.

3.2.4.c – Ação 2180 – Vigilância e Fiscalização do Transito Internacional de Vegetais e seus Produtos

Tabela 1: Dados Gerais da Ação

Tipo	Finalístico
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação de pragas de vegetais, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos e insumos agrícolas. Certificar a qualidade e a fitossanidade dos produtos agrícolas nacionais na exportação.
Descrição	Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira e aduanas especiais, nas importações e exportações de produtos agrícolas e na análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional – VIGIAGRO
Unidade Executoras	Serviços e Unidades da Vigilância Agropecuária Internacional, localizadas nos portos, aeroportos, postos de fronteiras e aduanas especiais.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	VIGIAGRO/SFA/SC
Coordenador nacional de ação	Coordenador Geral do VIGIAGRO
Responsável pela execução da ação no nível local	Coordenador Estadual da Ação

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira
Programa: 0357
Projeto/Atividade: 2180

Ítems	Diárias	Material Consumo	Passagens	Serviços	Material Permanente	Total
E. Despesa	33.90.14	33.90.30	33.90.33	33.90.39	44.90.52	
Recebido	14.800,00	14.900,00	9.700,00	9.961,15	49.000,00	98.361,15
Executado	14.800,00	14.556,32	9.700,00	9.961,15	49.000,00	98.017,47
%	100	97,69	100	100	100	99,65

Comentários:

Como já comentado na Ação 2181, as despesas foram significativas em diárias e material de consumo em face da necessidade de deslocamentos de servidores para suprir a carência de pessoal junto as unidades do VIGIAGRO espalhadas pelo território catarinense, deficiência esta caracterizada em função de férias, cursos e outros eventos de interesse do serviço. Quanto ao material permanente, em função de sua depreciação, o ônus do mesmo será diferido ao longo da vida útil do bem.

Tabela 3: Desempenho Operacional
Programa: 0357
Projeto/Atividade: 2180

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Universo de Atuação	Atividades Desenvolvidas			Indicadores	
			2007	2008		2007 / 2008	Eficácia
			Executadas	Programadas	Executadas	% executada / Period. Ant.	% executada / Meta Progr.
Partidas Inspeccionadas	Partidas	VIGIAGRO/SC	50.926	35.050(SIPLAN)	73.793	144,9%	210,53%
Recursos	Reais	VIGIAGRO/SC	128.030,00	98.361,15	98.017,47	76,55%	99,65%
Custo Unitário	Reais	VIGIAGRO/SC	2,51	2,80	1,33	...	

Comentários:

As partidas inspeccionadas da área vegetal cresceram muito devido às vistorias de embalagens de madeira, que tiveram início no ano de 2007, fazendo com que seus custos acrescessem de forma expressiva.

3.2.4.d – Ação 2181 – Vigilância do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos

Tabela 1: Dados Gerais da Ação

Tipo	Finalístico
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação de agentes causadores de doenças de animais, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos e insumos pecuários. Certificar a qualidade e a zoossanidade dos produtos agropecuários nacionais na exportação.
Descrição	Vigilância e controle zoossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais nas importações e exportações de produtos pecuários e na análise de risco e quarentena animal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional – VIGIAGRO.
Unidade Executoras	Serviços e Unidades da Vigilância Agropecuária Internacional, localizadas nos portos, aeroportos, postos de fronteiras e aduanas especiais.
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	VIGIAGRO/SFA/SC
Coordenador nacional de ação	Coordenador Geral do VIGIAGRO
Responsável pela execução da ação no nível local	Coordenador Estadual da Ação

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira
Programa: 0357
Projeto/Atividade: 2181

Ítems	Diárias	Material Consumo	Passagens	Serviços	Material Permanente	Total
E. Despesa	33.90.14	33.90.30	33.90.33	33.90.39	44.90.52	
Planejado	18.664,76	18.000,00	19.000,00	18.104,15	80.000,00	153.768,91
Executado	18.664,76	18.000,00	19.000,00	18.104,15	80.000,00	153.768,91
%	100	100	100	100	100	100

Comentários:

Dos recursos disponibilizados no decorrer do ano, verifica-se na tabela acima que as maiores despesas foram efetuadas com diárias e material de consumo. A maior parte destes sendo necessária para o deslocamento de servidores que supriram a deficiência de pessoal nas unidades do VIGIAGRO, em situação de férias, cursos ou outros eventos em que o servidor é deslocado de sua sede. O recurso gasto em material permanente foi devido à compra de dois veículos, que terão seu custo diluído no decorrer dos próximos anos de vida útil destes.

Tabela 3: Desempenho Operacional
Programa: 0357
Projeto/Atividade: 2181

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Universo de Atuação	Atividades Desenvolvidas			Indicadores	
			2007	2008		2007 / 2008	Eficácia
			Executadas	Programadas	Executadas	% executada / Períod. Ant.	% executada / Meta Progr.
Partidas Inspeccionadas	Partidas	VIGIAGRO/SC	33.441	33.431 (SIPLAN)	46.887	140,20%	140,25%
Recursos	Reais	VIGIAGRO/SC	115.663,27	153.768,91	153.768,91	132,95%	100%
Custo Unitário	Reais	VIGIAGRO/SC	3,46	4,60	3,28	. . .	

Comentários:

A oscilação de 40,2% verificada entre o volume de atendimentos programados e os executados decorreu de um aumento natural em face do incremento de viagens nacionais e internacionais.

3.2.4.e – Ação 4842 – Erradicação da Febre Aftosa

Tabela 01 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter a condição sanitária de zona livre de febre aftosa sem vacinação para o Estado de Santa Catarina, objetivando o acesso do produto catarinense ao mercado.
Descrição	Realização de reuniões para divulgação e afirmação das prioridades e estratégias; colaboração na elaboração de normas sanitárias; educação sanitária; atendimento a notificações de suspeitas e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; rastreamento, realização de diagnóstico e monitoramento soropidemiológico; fiscalização sanitária e epidemiológica; e contribuições para o aperfeiçoamento do sistema de informação e análise epidemiológica; Verificação e acompanhamento, com respectivas orientações, junto às estruturas dos postos de fiscalização de trânsito interestadual e internacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CGDC/DSA/SDA/MAPA
Unidades executoras	SFA/SC/MAPA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEDESA/DT/SFA-SC
Coordenador nacional da ação	Nilton Moraes
Coordenador de ação Estadual	Carlos Alberto de Melo

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira
Programa: 0357
Projeto/Atividade: 4842

Itens	Diárias	Material Consumo	Passagens	Serviços	Diárias Col. Event.	* Convênio	* Convênio	Total
Elemento Despesa	3390.14	3390.30	3390.33	3390.39	3390.36	443042	449052	
RECEBIDO	10.000,00	8.000,00	1.322,24	10.000,00	0,00	2.016.000,00	595.944,84	29.322,24
EXECUTADO	9.549,70	7.990,64	1.322,24	10.000,00	0,00	2.016.000,00	595.944,84	28.862,58
%	95,50%	99,88%	100%	100%	100%	100%	100%	98%

(*) – Recursos descentralizados via convênio de repasse ao órgão executor de defesa sanitária estadual (CIDASC).

Comentários:

Os recursos recebidos, na sua maioria, foram destinados ao atendimento das despesas com viagens de serviço para fiscalização e supervisão das atividades do órgão executor, participação em reuniões e treinamentos e acompanhamento de missões internacionais. Os recursos repassados por convênios, conforme demonstração na tabela acima, foram destinados ao órgão executor de defesa sanitária estadual (CIDASC), sendo que os serviços foram fiscalizados por FFAs (Fiscais Federais Agropecuários) do SEDESA, esses recursos não foram considerados na totalização descrita na tabela acima, no intuito de deixar evidente os gastos específicos do SEDESA. Foram adquiridos 19 veículos num total de 591.879,00 reais incorporados ao pool da SFA.

Tabela 3: Desempenho Operacional
Programa: 0357
Projeto/Atividade: 4842

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Universo de Atuação	Atividades Desenvolvidas			Indicadores	
			2007	2008		2007/2008	Eficácia
			Executadas	Programadas	Executadas	% executada / Períod. Ant.	% executada / Meta Progr.
Verificação e acompanhamento do cumprimento, pelo Órgão Executor das ações de saúde animal no Estado de Santa Catarina, das normas vigentes relativas ao programa, com respectivas orientações	Nº. de supervisões	SC	39	22	34	87,18%	154,55%
Participação em reuniões de âmbito estadual	Nº. reuniões	SC	8	10	12	150%	120%
Verificação e acompanhamento, com respectivas orientações, junto às estruturas dos postos de fiscalização de trânsito interestadual	Nº. Supervisão	SC	8	10	9	112,50%	90%
Verificação e acompanhamento, com respectivas orientações, junto às estruturas dos postos de fiscalização de trânsito internacional	Nº. de supervisões	SC	4	4	3	75%	75%
Programar roteiros e acompanhar missões técnicas internacionais	Nº. de programações e acompanhamentos	SC	2	2	4	200%	200%
Análise de proposta de convênio e emissão de parecer técnico	Nº. de análises	SC	2	2	2	100,0%	100,0%

Comentários:

O planejamento fixado foi cumprido conforme o esperado, considerando não ter havido deficiente disponibilidade de recursos financeiros nem a ocorrências de outras situações que gerassem impedimentos a realização das metas.

No entanto, o não atingimento de algumas metas operacionais, conforme o programado, como também, o extrapolamento de algumas metas operacionais programadas, ocorreram dentro de um diferencial plenamente justificável e aceitável.

A ação teve sua execução em nível absolutamente admissível no decorrer do exercício de 2008, conforme se depreende não só pelos números realizados, como também, pela excepcional condição sanitária de que é dotado o Estado de Santa Catarina, classificada como zona livre de febre aftosa sem vacinação, condição conquistada no ano de 2007.

Avaliamos que as referidas execuções ocorreram à contento, considerando os reflexos positivos advindos sobre os aspectos econômicos desta Unidade da Federação, no que se refere ao comércio de produtos, tanto nacional, quanto internacional, aqueles de origem animal.

3.2.4.f – Ação 8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais

Tabela 01 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas da horticultura, de plantas medicinais e condimentares, de flores e plantas ornamentais, da cacauicultura, da cana-de-açúcar, da fruticultura e da citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, de plantas fibrosas, de cereais, da silvicultura, de raízes e outras espécies vegetais, para torná-los produtivos, competitivos e atender as exigências do mercado nacional e internacional.
Descrição	Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamentos fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingências e de emergências para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais; sistemas de informação fitossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias), acordos internacionais, estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CGPP/DSV/SDA/MAPA
Unidades executoras	SFA/SC/MAPA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEDESA/DT/SFA-SC
Coordenador nacional da ação	José Geraldo Baldini Ribeiro
Coordenador de ação Estadual	Osmarino Ghizoni e Eduardo Luiz Oliveira Dutra

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira
Programa: 0357
Ação/Projeto/Atividade: 8572

Itens	Diárias	Material Consumo	Passagens	Serviços	Diárias Col. Eventual	Material Permanente	Estagiários	Total
Elemento Despesa	3390.14	3390.30	3390.33	3390.39	3390.36	4490.52	3350.39	
RECEBIDO	9.841,83	4.000,00	3.395,00	2.400,00	154,62		-	19.791,45
EXECUTADO	6.461,74	3.931,00	3.395,00	2.400,00	154,62		-	16.342,36
%	65,65	98,27	100	100	100		-	82,57

Comentários:

O aporte de recursos foi, na sua maioria, para atender as despesas com viagens de serviço para fiscalização e supervisão das atividades do órgão executor, através da implementação do acompanhamento “in loco” da execução das atividades previstas nos convênios vigentes, e na execução das inspeções fitossanitárias na origem para partidas de maçã e plantas ornamentais destinadas à exportação.

Tabela 3: Desempenho Operacional
Programa: 0357
Ação/Projeto/Atividade: 8572

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Universo de Atuação	Atividades Desenvolvidas			Indicadores	
			2007	2008		2008 / 2007	Eficácia
			Executadas	Programadas	Executadas	% executada / Period Ant.	% executada / Meta Progr.
Supervisionar as ações do Órgão Executor da Defesa Sanitária Vegetal no Estado, a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola do Estado de S. Catarina - CIDASC, visando minimizar o risco de disseminação do Cancro Cítrico nas regiões citrícolas do Estado, através do acompanhamento do monitoramento e da erradicação de focos da doença.	supervisão	13000 ha	04	10	11	275	110

Supervisionar as ações do Órgão Executor da Defesa Sanitária Vegetal no Estado, a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola do Estado de S. Catarina - CIDASC, referentes a erradicação de plantas hospedeiras na região urbana de Lages e monitoramento das capturas de adultos de <i>Cydia pomonella</i> através de armadilhas sexuais.	supervisão	17000 ha	05	10	11	220	110
Supervisionar as ações do Órgão Executor da Defesa Sanitária Vegetal no Estado, a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola do Estado de S. Catarina - CIDASC, visando minimizar o risco de disseminação da Sigatoka Negra na cultura da banana, através do acompanhamento do monitoramento e da erradicação de focos da doença.	Supervisão	15000 ha	5	10	7	140	70
Inspeção fitossanitária na origem para exportação de partidas de maçãs	fiscalização	SC	-	-	437	-	-
Inspeção fitossanitária na origem para exportação de partidas de plantas ornamentais	fiscalização	SC	-	-	12	-	-
Participação de FFAs em reuniões técnicas e treinamentos	evento	SC	-	-	11	-	-
Participação de FFAs em eventos (Encontros, Seminários, etc..)	evento	SC	-	-	4	-	-
Participação de FFAs como instrutores em cursos e treinamentos	evento	SC	-	-	2	-	-
Supervisão e acompanhamento de convênios - CIDASC e EPAGRI	supervisão	SC	07	-	16	228,5	-

Comentários:

No intuito de atingir ao máximo os objetivos propostos, foram empreendidas várias atividades que a seguir mencionamos, ao mesmo tempo, tecemos algumas considerações sobre o seu desenvolvimento.

Foram feitos acompanhamentos do cadastramento das Unidades de Produção – UPs, dentro do estabelecido pela Instrução Normativa nº 55/2007 e realizado o monitoramento do Cancro Cítrico na região de Rio do Sul, principal pólo de produção de mudas do Estado.

Sobre esta questão registramos que os citricultores catarinenses, em função da característica de desenvolverem uma atividade restrita ao mercado interno, adicionado ao fato de serem pequenas propriedades, não praticam a erradicação de plantas contaminadas como método de controle do Cancro Cítrico.

Outra situação foi monitoramente realizado sobre as ocorrências da Sigatoka Negra¹², com ênfase à implantação do Sistema de Mitigação de Risco – SMR, onde encontram-se cadastradas no órgão executor 1.737 unidades de produção-UP e 971 casas de embalagem.

Foi realizado também levantamento de ocorrência de *Bradinothrips musae*, praga com exigência quarentenária para Argentina, estando estabelecido um programa de coleta de amostras semanais para análise e emissão de laudo das partidas de bananas exportada.

Quanto a prevenção e controle de *Opogona Sacchari*¹³, com início dos estudos da biologia e do controle da praga, principal motivo dos rechaços de cargas de banana nos postos de fronteira, destacamos que a minuta de Instrução Normativa para a normatização das casas de embalagens já está pronta e entregue ao DSV, aguardando apenas os trâmites para publicação.

Além disto foi feito acompanhamento da erradicação de plantas hospedeiras e da instalação e monitoramento de armadilhas sexuais para a praga *Cydia pomonella* na região urbana do município de Lages/SC. Com este trabalho, acredita-se que em 2 ou 3 anos esta praga esteja erradicada em Santa Catarina;

¹² A praga é causada pelo fungo *Mycosphaerella fijiensis*. Entrou na Amazônia em 1998 e já se encontra nos estados do Acre, Amapá, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Roraima, São Paulo, Paraná e Minas Gerais. O ataque começa pelas folhas mais novas. Provoca estrias que parecem linhas marrom claro bem finas que, com o decorrer do tempo, tornam-se um pouco mais largas e de tom marrom escuro. Com o avanço da praga as folhas têm morte prematura. A praga pode causar prejuízos de até 100%. Depois de instalada, provoca aumento significativo nos custos de produção, pois serão necessárias mais de trinta aplicações de produto químico por ano, além de aumentar drasticamente a poluição do meio ambiente.

¹³ A *Opogona Sacchari* é uma praga polífaga, nativa de zonas úmidas tropicais e subtropicais da África. Oficialmente foi constatada no Brasil em setembro de 1974, quando diversas partidas de banana produzidas no Estado de São Paulo foram embargadas na fronteira por fitossanitaristas argentinos, em virtude de estarem infestadas pela praga. O inseto adulto é uma mariposa castanho clara, quase palha, medindo 10 mm de comprimento por 25 mm de envergadura. Os machos são geralmente um pouco menores que as fêmeas e ocorre dimorfismo sexual. Em seguida a eclosão, as lagartas medem cerca de 2 mm de comprimento, apresentando cerdas esbranquiçadas e translúcidas, cápsulas cefálicas ocre e mandíbula marrom alaranjada. As lagartas danificam os frutos de banana na região estilar porém, em altas infestações, os frutos também são atingidos lateralmente.

Foram feitas inspeções fitossanitárias na origem atendendo demanda de representantes dos setores ligados à exportação de partidas de maçãs e plantas ornamentais, como consequência das dificuldades operacionais impostas por este tipo de mercadoria às estruturas existentes nos pontos de egresso em Santa Catarina, particularmente nos Portos de Itajaí e São Francisco do Sul.

O incremento nos percentuais de execução observado na maioria das atividades, em relação ao ano anterior, explica-se pelo movimento grevista dos fiscais federais agropecuários que interrompeu as atividades por um longo período em 2007, e pela efetiva implementação do acompanhamento “in loco” da execução das atividades previstas nos convênios vigentes.

3.2.4.g – Ação 8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais

Tabela 01 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança zoonosológica nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais.
Descrição	Estabelecimento de diretrizes zoonosológicas para o País, com o estabelecimento de barreiras sanitárias e estações de quarentena; elaboração de planos de contingência e de emergência; caracterização de áreas do País, zonas ou propriedades livres de enfermidades; campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle local; consolidação de sistema de informação zoonosológica; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias) e acordos internacionais
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CGCD/DSV/SDA/MAPA
Unidades executoras	SFA/SC/MAPA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEDESA/DT/SFA-SC
Coordenador nacional da ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Coordenador de ação Estadual	Osmarino Ghizoni e Eduardo Fernandes Costa

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira
Programa: 0357
Projeto/Atividade: 8658

Itens	Diárias	Material Consumo	Passagens	Serviços	Diárias Col. Event.	*Convênio	*Convênio	*Convênio	Total
Elemento Despesa	3390.14	3390.30	3390.33	3390.39	3390.36	333041	443042	449052	
RECEBIDO	24.390,09	13.120,00	27.600,00	8.500,00	1.291,94	57.220,00	1.202.780,00	440.000,00	74.902,03
EXECUTADO	23.623,86	13.120,00	27.600,00	8.500,00	1.291,94	57.220,00	1.202.780,00	440.000,00	74.136,00
%	96,86%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	99%

(*) – Recursos descentralizados via convênio de repasse ao órgão executor de defesa sanitária estadual (CIDASC).

Comentários:

Os recursos recebidos, na sua maioria, foram destinados ao atendimento das despesas com viagens de serviço para fiscalização e supervisão das atividades do órgão executor, participação em reuniões e treinamentos. Foram adquiridos oito veículos totalizando 280.766,74 reais incorporados ao pool da SFA. Os recursos descentralizados para convênio foram repassados para o órgão executor de defesa sanitária estadual (CIDASC), sendo que a fiscalização foi efetivada por FFAs (Fiscais Federais Agropecuários) do SEDESA, sendo que esses recursos, na tabela acima, não estão adicionados ao total ali informado, com o intuito de deixar evidente os gastos específicos do SEDESA.

Desempenho Operacional
Programa: 0357
Ação/Projeto/Atividade: 8658
Tabela 03 – Serviço de Sanidade Avícola

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Universo de Atuação	Atividades Desenvolvidas			Indicadores	
			2007	2008		2007 / 2008	Eficácia
			Executadas	Programada	Executadas	% executada / Período Ant.	% executada / Meta Progr.
ATENDIMENTO A NOTIFICAÇÕES DE MORTALIDADE DE AVES (VIGILÂNCIA PASSIVA) A CAMPO	Nº de atendimento	SC	0	demand a	0	---	---
*ACOMPANHAMENTO DAS NOTIFICAÇÕES DE MORTALIDADE DE AVES EM IF's (>10%) RESULTADOS E PROCEDIMENTOS DO ÓRGÃO EXECUTOR	Nº de notificações	IF's SC (24 p/aves)	352	demand a	*222	63%	---
PARTICIPAÇÃO EM REUNIÃO EM NÍVEL ESTADUAL	Nº reunião	IND	9	10	4	44%	90%
PARTICIPAÇÃO EM REUNIÃO EM NÍVEL NACIONAL	Nº reunião	IND	6	2	3	50,0%	150%
CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO SEDESA ENVOLVIDOS NO PNSA	Treinamento	SEDESA/SC	4	3	2	50%	67%
CERTIFICAÇÃO DE GRANJAS LIVRES E/OU CONTROLADOS PARA SALMONELAS E MICOPLASMAS	certificação	SC	88	100	226	256%	226%
INSPEÇÃO DE ESTABELECIMENTOS AVÍCOLAS PARA FINS DE REGISTRO	inspeção	SC	44	50	222	505%	444%
FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS AVÍCOLAS PARA FINS DIVERSOS	fiscalização	SC	NA	10	29	---	290%
ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS MENSIS	relatório	SEDESA/SC	12	12	12	100,0%	100,0%

APRESENTAÇÃO DE PALESTRAS/CURSOS/ TREINAMENTOS COM TEMAS DO PNSA	palestra/treino/curso	BR	2	5	1	50%	20%
EXPEDIÇÃO PARA COLHEITA DE MATERIAL P/ PESQUISA DE INFLUENZA AVIÁRIA EM SÍTIOS DE AVES MIGRATÓRIAS	amostra	Litoral/SC	NP	NP	0	---	---
SUPERVISÃO DO ÓRGÃO EXECUTOR ESTADUAL	supervisão	SC	6	4	5	83%	125%
**AUDITORIAS EM OUTROS ESTADOS PARA AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE DEFESA SANITÁRIA DA S AVES	auditoria	BR	5	4	7	140%	175%

* HOUVE REDUÇÃO NO NÚMERO DE COLHEITAS E NOTIFICAÇÕES DE MORTALIDADE PELO SIF, COMPARADO A 2007, DEVIDO AO AUMENTO DE ATENDIMENTO PRÉVIO AOS LOTES PELO ÓRGÃO EXECUTOR. EM 2008 OCORRERAM 47 COLHETAS A CAMPO PARA DIAGNÓSTICO DE IA E DNC;

** AUDITORIAS FEITAS PARA AVALIAÇÃO DOS ESTADOS COM VISTAS A IN 17/06 SOBRE A COORDENAÇÃO DA CSA/DSA/SDA/MAPA.

Comentários:

O PNSA – Plano Nacional de Sanidade Avícola tem avançado no controle da DNC – Doença de Newcastle e na prevenção da IA – Influenza aviária, duas doenças avícolas cujo controle são determinantes para a manutenção das exportações nacionais. O estreitamento de relação do serviço público com a cadeia produtiva de aves, a intensa fiscalização nas granjas produtoras, com o plano de coleta de amostras e a verificação final nos abatedouros pelo Serviço de Inspeção Federal - SIF, têm elevado o nível de garantia sanitária do País frente ao mercado internacional.

O ano de 2008 foi um ano de consolidação para o Programa Nacional de Sanidade Avícola, com a elaboração da Instrução Normativa SDA 17/06 e a IN 56/07 e os estados estimulados a desenvolverem seus sistemas de defesa na área da sanidade avícola, para se diferenciarem em nível de eficiência e status sanitário. Iniciados em 2007, os ciclos de auditorias da Coordenação Nacional de Sanidade Avícola/DSA, servindo-se de técnicos das SFAs, possibilitou, a exemplo do que ocorre com a aftosa, a criação de regiões distintas e maiores restrições ao trânsito e, por conseguinte, diminuir o risco de disseminação de enfermidades avícolas.

O MAPA, através de seu corpo técnico realizou auditorias nas 27 UFs e Santa Catarina foi classificado com “B” em 2007, melhor classificação entre as unidades avaliadas. As classificações em relação às auditorias de 2008 ainda não foram divulgadas.

Tabela 04 – Serviço de Controle da Raiva dos Herbívoros

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Universo de Atuação	Atividades Desenvolvidas			Indicadores	
			2007	2008		2007/2008	Eficácia
			Executadas	Programadas	Executadas	% executada / Períod. Ant.	% executada / Meta Progr.
Controle e acompanhamento de animais importados de países com casos autóctones de EEB	Nº. de animais	SC	02	02	02	100%	100%
Sacrifício/óbito de animais importados de países com casos autóctones de BSE	Nº. de sacrifícios	SC	3	02	01(*)	33,33%	50,0%
Coleta de material encefálico de animais importados de países com casos autóctones de BSE sacrificados/óbitos, e envio para laboratório,	Nº. de coletas	SC	--	02	0	--	0%
Elaborar relatórios mensais relativos ao programa de controle da raiva	No. de relatórios	SC	12	12	12	100,0%	100,0%
Participar de reuniões técnicas ao nível Nacional	Nº. de reuniões	BR	--	1	1	...	100,0%
Participar em reuniões técnicas no nível estadual relativas ao PNCRH	Nº. de reuniões	SC	10	2	0	0%	0%
Proceder orientações relativas a trânsito de caninos para União Européia.	Nº. de orientações	SC	08	10	15	187,50%	150%
Proceder estudos visando a solicitação de vacina anti-rábica ao DSA para utilização mensal durante o exercício de 2008.	Nº. de solicitações	SC	1	1	1	100,0%	100,0%
Número de diagnósticos para raiva efetivados	Nº. de diagnóstico	SC	--	500	759	--	151,0%
Número de diagnósticos positivos para raiva	Nº. de diagnóstico	SC	--	20	25	--	125%
Número de diagnósticos para raiva efetivados em materiais de herbívoros	Nº. de diagnóstico	SC	--	50	67	--	134%
Número de diagnósticos positivos para raiva em materiais coletados de herbívoros	Nº. de diagnóstico	SC	--	20	25	--	125%

(*) animal que foi a óbito sem a coleta de material para laboratório devido o material ter sido considerado em adiantado estado de putrefação.

Comentários:

O planejado foi cumprido conforme o esperado, considerando não ter havido deficiente disponibilidade de recursos financeiros nem ocorrências outras que impediram a realização do previsto.

A ação teve uma execução absolutamente à contento durante o exercício de 2008 conforme se depreende não só pelos números relatados, como

também, pela excepcional condição sanitária de que é dotado o Estado de Santa Catarina.

Avaliamos que referenciadas execuções ocorreram à contento considerando o reflexo absolutamente positivo que referidas detêm sobre aspectos econômicos desta Unidade da Federação no que respeita ao comércio de produtos, tanto nacional, quanto internacional, de produtos de origem animal.

Tabela 05 – Serviço de Controle e Erradicação Brucelose e da Tuberculose

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Universo de Atuação	Atividades Desenvolvidas			Indicadores	
			2007	2008		2007 / 2008	Eficácia
			Executadas	Programadas	Executadas	% executada / Períod. Ant.	% executada / Meta Progr.
Habilitação de médicos veterinários para execução das ações do programa	Habilitação	SC	77	Demanda	40	52	-
Treinamento para habilitação de médicos veterinários	Treinamento	SC	3	Demanda	3	100	-
Reunião com criadores de gado de leite	reuniões	SC	8	Demanda	12	150	-
Palestra para técnicos oficiais e privados	palestras	SC	3	Demanda	3	100	-
Propriedades certificadas	propriedades	SC	3	Demanda	11	367	-
Propriedades em processo de certificação	Propriedades	SC	30	Demanda	35	117	-
Fiscalização e acompanhamento em propriedades em processo de certificação e saneamento	Fiscalização	SC	7	Demanda	11	157	-
Participação em reunião nacional sobre o programa	Reunião	SC	1	Demanda	0	0	-

Comentários:

O credenciamento de novas instituições pelo MAPA, para ministrarem cursos para habilitação de Médicos veterinários, propiciou o incremento das ações com vistas a implantação do programa, com a conseqüente aumento da adesão de novos profissionais da área privada requerendo a Habilitação junto ao MAPA.

Boa receptividade por parte dos criadores, tendo em vista que o governo catarinense criou um fundo para indenização dos animais positivos sacrificados, apesar da morosidade gerada pelo processo burocrático até o efetivo pagamento.

Foi excelente o entrosamento entre a SFA, o Órgão executor (CIDASC) e ACCB

Entraves: Centralização na CIDASC da comercialização e distribuição de antígenos e tuberculinas.

Apesar da CIDASC dispor de 19 unidades regionais de defesa sanitária Animal e contar com aproximadamente 193 médicos veterinários em seu quadro de funcionários, dentre os quais 80 receberam treinamento para desencadearem ações relativas ao PNCEBT no Estado, constatamos que devido ao estabelecimento de um Plano de demissão incentivada por parte do órgão Estadual de defesa sanitária animal as ações relativas ao programa não alcançaram os objetivos almejados e poderão ser prejudicados se não houver a contratação de novos técnicos, caso contrário as ações do órgão estadual de defesa referentes ao programa limitar-se-á ao encaminhamento de documentos para Habilitação, emissão de laudos de vistorias e a comercialização de antígenos e tuberculinas.

O acompanhamento e fiscalização das atividades desenvolvidas pelos Médicos Veterinários Habilitados até o momento não obteve a atenção merecida pelo Órgão Estadual de Defesa como atividade de fundamental importância para garantir a credibilidade do PNCEBT junto aos criadores, agroindústria e a população do nosso Estado, apesar de tratar-se do controle e erradicação de duas zoonoses. Outro entrave é falta de divulgação oficial do programa para as classes envolvidas (Marketing institucional).

Tabela 06 – Serviço de Sanidade Suídea

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Universo de Atuação	Atividades Desenvolvidas			Indicadores	
			2007	2008		2007/2008	Eficácia
			Executadas	Programadas	Executadas	% executada / Períod. Ant.	% executada / Meta Progr.
emissão de certificações para granjas de reprodutores suínos certificadas	Nº de certificações	SC	260	350	360	72,22%	102,86%
análises técnicas dirigidas às novas certificações de granjas de reprodutores suínos	Nº de análises	SC	20	20	20	100%	100%
análises técnicas para definição de propriedades que possam servir de entreposto para reprodutores suínos oriundos de outras unidades da Federação	Nº de análises	SC	--	01	02	--	150%
participações em reuniões técnicas no nível estadual	Nº participações	SC	5	5	8	62,5%	160%
programar roteiros e acompanhar missões técnicas internacionais	Nº de programações	SC	2	2	4	100%	200%
elaborar relatórios mensais que estampam a movimentação interestadual de suínos	Nº relatórios	SC	12	12	12	100%	100%
verificar e acompanhar o cumprimento, por parte do Órgão executor, das ações de contidas no PNSS em Santa Catarina	Nº de verificações e acompanhamentos	SC	40	30	23	57,5%	76,67%
proceder orientações técnicas ao Órgão executor das ações de saúde animal relativas à exportação de reprodutores suínos	Nº de orientações	SC	3	3	1	33,33%	33,34%
acompanhamento das ações relativas à exportação de reprodutores suínos	Nº de acompanhamentos	SC	3	3	1	33,34%	33,34%
avaliações técnicas para autorização de funcionamento de quarentenários de suínos para exportação	Nº de avaliações	SC	1	1	1	100%	100%

Comentários:

O Planejamento feito foi cumprido conforme o esperado, fato este que se deve principalemtno por não ter havido deficiente na disponibilidade de recursos financeiros e, nem ocorrências de situações adversas que impediram a realização integral das metas previstas.

O não atingimento de algumas metas operacionais, conforme o programado, como também, o extrapolar de algumas metas operacionais programadas, ocorreram dentro de um aceitável diferencial, plenamente justificável e admissível.

A ação teve uma execução absolutamente à contento durante o exercício de 2008 conforme se depreende não só pelos números relatados, como também, pela excepcional condição sanitária de que é dotado o Estado de Santa Catarina no que respeita tanto a febre aftosa, quanto pelas patologias que incidem sobre a espécie suína.

Avaliamos que referenciadas execuções ocorreram à contento considerando o reflexo absolutamente positivo que referidas detêm sobre aspectos econômicos desta Unidade da Federação no que respeita ao comércio de produtos, tanto nacional, quanto internacional, de produtos de origem animal.

Tabela 07 – Serviço de Sanidade Eqüidea

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Universo de Atuação	Atividades Desenvolvidas			Indicadores	
			2007	2008		2007 / 2008	Eficácia
			Executadas	Programadas	Executadas	% executada / Períod. Ant.	% executada / Meta Progr.
Autorizações de sacrifício de positivos para AIE	Autorização	SC	7	demanda	15	214,0	
Fiscalizar laboratórios credenciados para AIE	Fiscalização	SC	0		1	100,00	
Supervisionar de escritórios locais	supervisão	SC	0		0		
Participação em evento técnico	Evento	IND	0		0		

Comentários:

As ações do programa de equideocultura ficaram prejudicadas devido ao acúmulo de atividades junto ao SEDESA/SC. Todavia, mais uma vez salientamos que carecemos de treinamento, minutamente no que diz respeito as ações para a fiscalização e auditorias nos laboratórios credenciados. O responsável pelo programa jamais recebeu treinamento nestes quesitos.

Tabela 08 – Serviço de Caprinos e Ovinos

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Universo de Atuação	Atividades Desenvolvidas			Indicadores	
			2007	2008		2007 / 2008	Eficácia
			Executadas	Programadas	Executadas	% executada / Períod. Ant.	% executada / Meta Progr.
Reunir profissionais de diferentes instituições afins com o setor da caprinocultura no Estado de SC.	Reunião	Ind.	2	2	2	100	100
Auditar 20% dos estabelecimentos de comércio de caprinos e ovinos registrados em associações de registro genealogia no Estado de SC.	Auditoria	Estab. registrado	0	10	0	0	0
Fiscalizar 20% dos estabelecimentos de reprodução de caprinos e ovinos, no Estado de SC.	Fiscalização	Esta. Reprodução	5	5	0	0	0
Supervisionar o controle de trânsito e a entrada de caprinos e ovinos em 10% dos eventos agropecuários no Estado de SC	Supervisão	SC	0	5	0	0	0
Atender 60% das demandas de participação nos eventos	Demanda	ind	0	2	0	0	0

Comentários:

Esta ação ficou bastante prejudicada devido ao acúmulo de atividades administrativas junto ao SEDESA/SC. Não obstante, verificamos a necessidade de acompanhamento mais ativo e permanente no que diz respeito aos cuidados sanitários e zootécnicos em estabelecimentos de reprodução de caprinos e ovinos. Todavia, carecemos de treinamento e diretrizes específicas do programa para o atendimento das peculiaridades das espécies em questão.

Tabela 09 – Serviço de Animais Aquáticos

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Universo de Atuação	Atividades Desenvolvidas			Indicadores	
			2007	2008		2007 / 2008	Eficácia
			Executadas	Programadas	Executadas	% executada / Períod. Ant.	% executada / Meta Progr.
Reunir profissionais de diferentes instituições afins com o setor da carcinicultura no Estado de SC.	Reunião	Ind.	2	2	22	1100	1100

Constituição do Grupo Especial Multidisciplinar para sanidade na malacocultura	Grupo	SC	0	1	1	100	100
Treinamento de Médicos Veterinários credenciados e responsáveis técnicos	Treinamento	Ind.	5	3	8	160	267
Treinamento de outros profissionais e produtores em sanidade de animais aquáticos	Treinamento	Ind.	7	2	13	186	650
Supervisionar ações de controle de trânsito de animais e produtos de origem em animais aquáticos	Supervisão	Sc	10	12	16	133	160
Implantar de procedimentos de biossegurança e controle sanitário em estabelecimentos de reprodução e recria de invertebrados aquáticos	Estabelecimento	SC	4	2	8	200	400
Participar de reuniões e eventos técnicos para tratar de assuntos relacionados com aqüicultura	Reunião/evento	Ind.	3	5	7	233	140

Comentários:

Entre as ações de maior relevância para o programa de sanidade de animais aquáticos, podemos destacar as seguintes:

- a) participar e contribuir na elaboração do Programa Nacional de Sanidade de Animais Aquáticos e na revisão da Instrução Normativa 53/2003;
- b) participar e contribuir para a elaboração do Regulamento Técnico do PNSAA; participar e contribuir para a elaboração das normas para movimentação e guarda de animais aquáticos com fins ornamentais;
- c) participar e contribuir na elaboração do regulamento para certificação de estabelecimentos de reprodução e recria de invertebrados marinhos;
- d) participar na identificação de logística para a realização do treinamento dos fiscais federais, médicos veterinários, com atuação no PNSAA, ocorrido na estação quarentenária de Cananeia.

Outras atividades constaram da elaboração de vários pareceres técnicos, reuniões, esclarecimentos, orientações, depoimentos, audiências e convocações, naquilo que diz respeito as ações de defesa sanitária animal frente a ocorrência da enfermidade das manchas brancas em camarões marinhos de cultivo em Santa Catarina.

Algumas destas ações estiveram relacionadas ao cumprimento de solicitações formuladas pelas instituições do Ministério Público em âmbito estadual e federal, Procuradoria da República e Polícia Federal.

Vários foram os entraves que dificultaram um melhor resultado, entre estes, o de maior relevância foi a interferências políticas e idiosincrasias nas ações que visaram evitar a difusão de agentes patogênicos de notificação compulsória com origem nos estabelecimentos de reprodução/recria de camarões marinhos.

Da mesma forma, as lacunas na legislação específica dificultam as ações sanitárias necessárias vinculadas, as quais precisam buscar embasamento legal em outras normas.

3.2.5 – PROGRAMA 0356 / SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS

a) Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos usuários.
Gerente do programa	Inácio Kroetz
Gerente executivo	Nelmon da Costa
Indicadores ou parâmetros utilizados	Estabelecimentos supervisionados, auditados, quantidade de análises físico-químicas e microbiológicas, certificados sanitários nacionais e internacionais emitidos, unidades produzidas e inspecionadas, e atividades de expansão e melhoria dos serviços atrelados a segurança e qualidade de alimentos e bebidas.
Público-alvo (beneficiários)	Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas e consumidor.

b) Objetivos

Garantir a segurança alimentar aos consumidores, nos aspectos de inocuidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal.

3.2.5.a – Ação 4723 – Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal

Tabela 1 – Dados gerais da ação.

Tipo	Atividade
Finalidade	Contribuir para as garantias de certificação dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal e vegetal em conformidade com os limites máximos de contaminantes químicos e biológicos, estabelecidos pela legislação nacional e internacional relativa à inocuidade dos alimentos.
Descrição	Monitoramento, fiscalização e controle dos produtos importados, exportados e de consumo interno por meio de coletas de amostras desde o produtor até o consumidor final com análises laboratoriais; e rastreamento dos produtos impróprios para o consumo, possibilitando a identificação dos infratores para possível orientação ou punição.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CCRC/SDA/MAPA
Unidades executoras	SFAs
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SIPAG/DT/SFA/SC
Coordenador nacional da ação	Leandro Diamantino Feijó
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Alex William Hofmeister

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira
Programa: 0356
Projeto/Atividade: 4723

Itens	Diárias	Material Consumo	Passagens	Serviços	Diárias Col. Event.	Material Permanente	Estagiários	Total
Elemento Despesa	3390.14	3390.30	3390.33	3390.39	3390.36	4490.52	3350.39	
RECEBIDO	21.968,65	1.216,67	20.189,51	400,00	---	---	---	43.774,83
EXECUTADO	20.879,20	1.216,57	17.992,84	400,00	---	---	---	40.488,71
%	95,04%	100,0%	89,12%	100%	---	---	---	92,49%

Comentários:

Os recursos financeiros descentralizados para essa ação à esta Unidade Federativa, foram compatíveis com a necessidade de trabalho a ser realizado.

Tabela 3: Desempenho Operacional
Programa: 0356
Projeto/Atividade: 4723

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Universo de Atuação	Atividades Desenvolvidas			Indicadores	
			2007	2008		2007 / 2008	Eficácia
			Executadas	Programadas	Executadas	% executada / Períod. Ant.	% executada / Meta Progr.
Coleta de amostras de Maça	No. Amostras	Sipag/SC	121	174	166	137,19	95,40
Cadastro de Estabelecimentos no SICASQ	No. Estab.	Sipag/SC	3	-	-	-	-
Seminários/Cursos/Reuniões	No. Eventos	Sipag/SC	2	-	6	300,00	-

Comentários

Os trabalhos referentes à Ação - Monitoramento de Resíduos e Contaminantes em Maças, iniciaram-se no ano de 2006, sob a direção da Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes – CCRC/SDA/MAPA, com o

Cadastro dos Agentes da Cadeia Produtiva de Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Vegetal – SICASQ, cujos produtos passaram a ser monitorados através de coletas mensais e encaminhadas a laboratório oficial, para verificação de conformidade.

A Ação desenvolvida neste estado atende exigências de importadores de maçã da União Européia, cobrindo também a fruta destinada ao mercado interno produzida pelos estabelecimentos cadastrados.

As 166 amostras coletadas no ano em 15 (quinze) estabelecimentos cadastrados, representaram um universo de 27.537,74 toneladas de maçãs sob a ação de monitoramento.

A participação em seminários/cursos e reuniões de nível nacional, objetivou a realização de trabalhos para a elaboração de instruções normativas de regulamentação legal dessas ações.

Como cenário esperado para esta ação, com a publicação das Instruções Normativas já trabalhadas e que deverão ser publicadas no início de 2009, deveremos incluir em nossa programação de atividades de monitoramento de resíduos de agrotóxicos e de contaminantes físicos, químicos e biológicos, além da maçã, outros produtos a serem eleitos conjuntamente com a CCRC/SDA/MAPA e a CGQV/SDA/MAPA.

3.2.5.b – Ação 4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Origem Vegetal

Tabela 1: Dados gerais da ação.

Tipo	Atividade
Finalidade	Aferir a conformidade e a qualidade dos Produtos Vegetais.
Descrição	Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de produtos vegetais; elaboração de regulamento técnico para validação de padrões; classificação dos produtos para certificação de identidade e da qualidade nas fases de preparação, embalagem e comercialização.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DIPOV/SDA/MAPA
Unidades executoras	SFAs
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SIPAG/DT/SFA/SC
Coordenador nacional da ação	Massao Tadano
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Ricardo Schmidt Petrucci / Alex Hofmeister

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira
Programa: 0356
Projeto/Atividade: 4746

Itens	Diárias	Material Consumo	Passagens	Serviços	Material Permanente	Estagiários	Total
Elemento Despesa	3390.14	3390.30	3390.33	3390.39	4490.52	3350.39	
RECEBIDO	10.556,44	4.750,00	6.000,00	5.160,00	103.698,50	-	130.164,94
EXECUTADO	10.556,44	4.750,00	6.000,00	5.160,00	54.098,00	-	80.564,44
%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	52,17%	-	61,89%

Comentários:

A descentralização de recursos financeiros para essa ação, foi adequada à capacidade de realização de tarefas desta Unidade Federativa.

Tabela 3: Desempenho Operacional
Programa: 0356
Projeto/Atividade: 4746

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Universo de Atuação	Atividades Desenvolvidas			Indicadores	
			2007	2008		2007/ 2008	Eficácia
			Executadas	Programadas	Executadas	% executada / Period. Ant.	% executada / Meta Progr.
Produto Fiscalizado	Ton.	Sipag/SC	650.198	600.000	608.594		
Fiscalização da classificação	No. Estab.	Sipag/SC	79	100	146	184,81	146,00
Inspeção de Postos de Classificação das Entidades Credenciadas	No. Postos	Sipag/SC	23	52	29	126,08	55,77
Coleta de Amostras Fiscais	No. Amostras	Sipag/SC	138	100	113	81,88	113,00

Comentários:

As atividades de padronização, classificação e fiscalização de produtos de origem vegetal foram executados prioritariamente sobre os produtos importados, exportados e de comercialização interna de maior expressão econômica para o Estado, a saber: arroz, trigo, soja, feijão, farinha de trigo, maçã e óleos de soja, canola e girassol.

Como destaque na execução física dessas atividades temos:

- a) Revisão de regulamentos técnicos de identidade e qualidade de produtos de origem vegetal destinados ao mercado interno, importação e exportação, sob responsabilidade da Coordenação Geral de Qualidade Vegetal-CGQV/DIPOV/SDA/MAPA;
- b) Credenciamento e renovação de credenciamento de empresas para execução de serviços de classificação vegetal.
- c) Inspeção aos cursos e treinamentos de habilitação à classificação de maçãs e algodão em pluma promovidos por empresas credenciadas;
- d) Fiscalização de produtos vegetais padronizados com foco especial para o arroz, feijão, maçã e óleos vegetais.

- e) Elaboração de Termo Aditivo ao contrato com a CIDASC para apoio operacional e laboratorial à classificação dos produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico importados junto aos portos e ao posto de fronteira;
- f) Classificação de Amostras de Fiscalização coletadas neste Estado, como também daquelas coletadas no Estado do Rio Grande do Sul.
- g) Participação na elaboração de 08 (oito) Instruções Normativas referentes ao Decreto nº6268/07, que regulamenta a lei 9972/00 da classificação vegetal, prestes a serem publicadas.
- h) Supervisão de estabelecimentos exportadores de maçã no sistema de cadastro dos agentes da cadeia produtiva de produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação de segurança e qualidade – SICASQ, deste Ministério;

Considerando-se as estruturas de pessoal e de apoio operacional e financeiro disponibilizados à execução dessas atividades, podemos concluir que se realizou um trabalho de importante retorno à sociedade. No entanto, observamos que tais realizações encontram espaços para um crescimento considerável em termos de inclusão de novos produtos trabalhados e de organização e aperfeiçoamento, com vistas à oferta de alimentos de qualidade para o mercado interno e à manutenção e conquista dos mercados externos.

3.2.5.c – Ação 8938 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal

Tabela 1 : Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal.
Descrição	Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção <i>ante-mortem</i> e <i>post-mortem</i> dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelhas e outros produtos apícolas, coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulam estes produtos, e a realizam de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes a aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação. Fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida. Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseados nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e seus pré-requisitos Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Procedimentos Padrão de Higiene Operacional (PPHO) e Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, supervisões, auditorias e rastreamento do sistema; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RT e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas; Classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e certificação de produtos com qualidade diferenciada.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DIPOA / SDA / MAPA
Unidades executoras	SFA/MAPA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SIPAG / DT / SFA – SC
Coordenador nacional da ação	Marcus Ribeiro de Freitas
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Alex William Hofmeister

Tabela 2: Demonstração da Execução Orçamentária e Financeira
Programa: 0356
Projeto/Atividade: 8938

Itens	Diárias	Material Consumo	Passagens	Serviços	Diárias Colaborador Eventual	Exercício anterior	Material Permanente	Total
Elemento Despesa	3390.14	3390.30	3390.33	3390.39	3390.36	3390.92	4490.52	
RECEBIDO	183.688,96	25.411,94	87.101,02	34.390,00	5.353,42	870,55	44.225,00	381.040,89
EXECUTADO	181.054,56	25.407,36	87.101,02	34.390,00	5.353,42	870,55	44.225,00	378.401,91
%	98,57%	99,98%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	99,31%

Comentários:

A manutenção do status exportador e a garantia da qualidade e da conformidade nos produtos brasileiros de origem animal, exigem do Órgão Oficial competente para a fiscalização um acompanhamento constante e programado.

Esta atividade é realizada através de fiscalizações, acompanhamentos, certificações, supervisões e auditorias na cadeia produtiva, com o objetivo de certificar a segurança, a conformidade e a inocuidade dos produtos oriundos de estabelecimentos registrados no Ministério da Agricultura.

Durante o ano de 2008 os recursos orçamentários disponibilizadas tiveram uma excelente execução (99,31% do total disponibilizado), sendo utilizado na execução das atividades de fiscalização, supervisões e acompanhamento de auditorias.

A maior parte dos recursos concentrou-se me diárias e passagens, para atender às supervisões e auditorias, bem como à capacitação profissional dos Fiscais Federais Agropecuários

Tabela 3: Desempenho Operacional
Programa: 0356
Projeto/Atividade: 8938

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Universo de Atuação	Atividades Desenvolvidas			Indicadores	
			2007	2008		2007 / 2008	Eficácia
			Executadas	Programadas	Executadas	% executada / Period. Ant.	% executada / Meta Progr.
Supervisões em Estabelecimento produtor	Supervisões	Sipag/SC	194	263	160	82,47%	60,83%
Acompanhamento de Auditorias do DIPOA	Auditorias	Sipag/SC	45	NP	40	88,89%	---
Emissão de Certificado Sanitário Internacional	Certificados	Sipag/SC	103.168	NP	91.598	88,79%	---
Coleta de amostra para análise microbiológica e físico-química.	Amostras	Sipag/SC	9.278	NP	11.708	126,19%	---
Análise e registro de rotulagem	Rótulos	Sipag/SC	3.733	NP	4.988	133,62%	---
Promoção de cursos e reuniões técnicas	reuniões	Sipag/SC	12	NP	10	83,34%	---
Habilitação de Estabelecimentos para exportação	Estabec.	Sipag/SC	26	NP	02	7,69%	---
Quantidades de Aves abatidas	1.000 un	Sipag/SC	754.799	NP	823.816	109,14%	---
Quantidades de Suínos abatidos	1.000 un	Sipag/SC	7.087	NP	7.695	108,58%	---
Quantidades de Bovinos abatidos	1.000 un	Sipag/SC	104	NP	97	93,26%	---

Comentários:

Durante o ano de 2008 não foi atingida a meta estipulada para a realização de supervisões. Foram programadas 263 supervisões, sendo que foram executadas 160, com uma eficácia de 60,8%. Tal fato pode ser explicado devido ao fato do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA) estabelecer como prioridade a revisão do Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952, que aprova o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal. Desta maneira, foram convocados vários Fiscais Federais Agropecuários do Estado de Santa Catarina durante todo ano de 2008, ocorrendo uma menor disponibilidade destes para a realização das supervisões. Também se verificou uma redução no número de Auditorias realizadas no Estado.

Também podemos destacar o número insuficiente de Fiscais Federais Agropecuários nos setores de leite e pescado, frente a quantidade de estabelecimentos destes setores registrados no Ministério da Agricultura (58% do total).

As coletas de amostras para análise laboratorial tiveram um incremento considerável, e juntamente com as supervisões e fiscalizações servem como subsídios para avaliar a conformidade dos processos industriais executados pelos estabelecimentos industriais.

Pode-se perceber uma elevação no número de registros de produtos e suas rotulagens, demonstrando que os estabelecimentos estão em busca na diversificação dos produtos para atender as necessidades/exigências dos consumidores, sejam eles no mercado nacional ou importadores.

Ocorreu uma queda drástica no número de estabelecimentos que obtiveram o status de exportador, tendo em vista que a maioria deles já possui este credenciamento. Desta maneira, torna-se ainda mais relevante a realização de auditorias e supervisões para verificar o atendimento aos requisitos higiênicos-sanitários e tecnológicos exigidos pelos países importadores.

Em relação ao volume de abates ocorridos no Estado de Santa Catarina, observou-se um pequeno acréscimo nas aves e suínos abatidos. O Estado ainda mantém a primeiro lugar no ranking nacional em exportação de aves. No caso de suínos se mantém o embargo russo a estes produtos, no entanto, Santa Catarina

ainda mantém as primeiras colocações nas exportações nacionais destes produtos, demonstrando a necessidade da busca de novos mercados importadores.

Quanto ao abate de bovinos, houve uma redução no número de animais abatidos, mesmo sendo o Estado de Santa Catarina reconhecido como livre de febre aftosa sem vacinação. De 06 estabelecimentos de abate, somente um deles possui habilitação para exportação de seus produtos (16%), demonstrando pouca tradição do Estado na criação e abate desta espécie animal.

O número de Certificados Sanitários Internacionais (CSI) emitidos para exportação apresentou uma sensível redução em relação ao ano anterior, demonstrando haver uma falha na apuração das informações dos estabelecimentos. Cabe ressaltar a destruição dos berços de atracação de navios ocorridos no Porto de Itajaí no final do ano de 2008, decorrentes da enchente na região. Este fato, sem sombra de dúvida, prejudicou as exportações brasileiras. Até a presente data a situação ainda não está totalmente normalizada.

Estabelecimentos Fiscalizados pelo SIPAG/SFA/SC

CLASSIFICAÇÃO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
Abatedouros de suínos	24
Abatedouros de aves	25
Abatedouros de bovinos	6
Entrepósitos Frigoríficos	19
Terminais de Contêiner	5
Fábricas de Conservas	10
Fábrica de Laticínios	40
Usinas de Beneficiamento de Leite	21
Postos de Resfriamento de Leite	27
Entrepósitos de Mel	9
Entrepósitos de Pescado	82
Entrepósitos de Carnes e Derivados	5

Ovos	5
Fábrica de Subprodutos	18
Fábrica de Coagulantes e Fábrica de Produtos Gordurosos	2
TOTAL	291

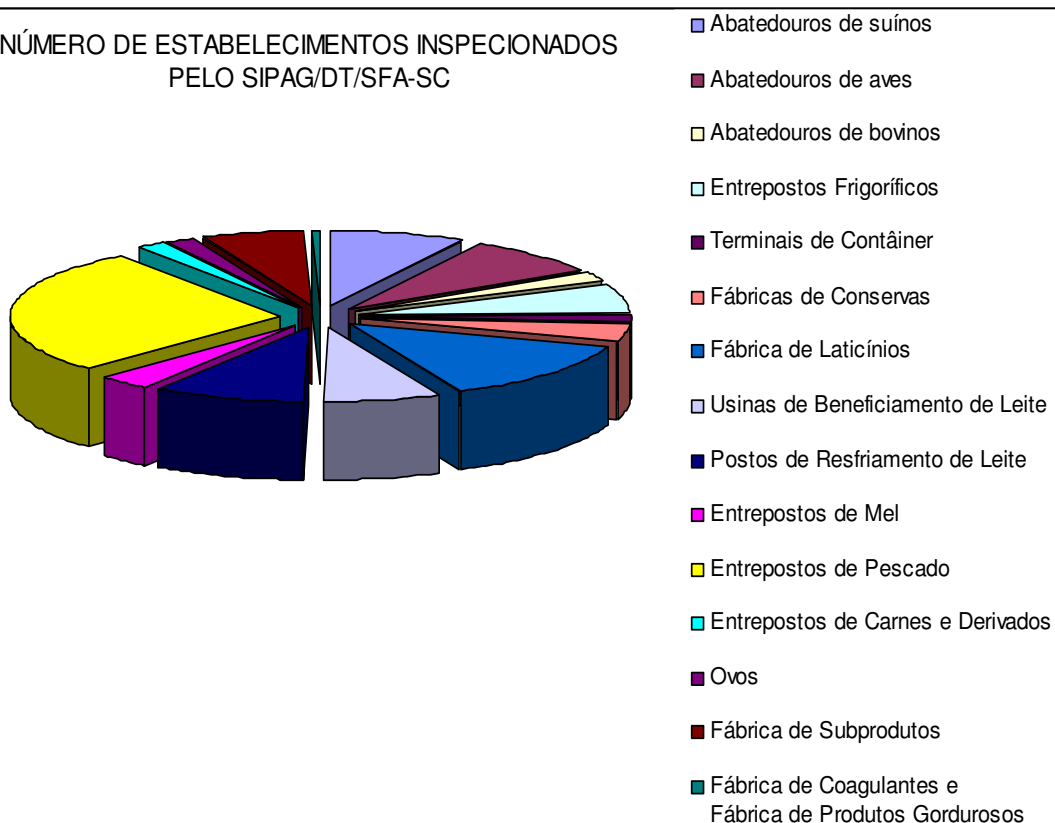
Quadro Funcional do SIPAG/SFA/SC

ÁREA	Fiscal Federal Agropecuário	Agente de Inspeção AISIPOA	Agente de Atividades Agropecuárias	Outros	TOTAL
SUÍNOS	23	16		2	41
BOVINOS	3	6	1		10
AVES	28	29	2	1	60
ENTREPOSTOS FRIGORÍFICOS	8	6			14
PESCADO	9	12	2		23
LEITE	8	9	3	2	22
FÁBRICA DE CONSERVAS	2	7			9
ENTREPOSTOS DE CARNE E DERIVADOS		1			1
UTRA				2	2
SIPAG - ÁREA ANIMAL	15	2		1	18
SIPAG - ÁREA BEBIDAS	7		2		9
SIPAG - CLASSIFICAÇÃO	4		1		5
TOTAL	107	88	11	8	214

Categorias dos servidores do SIPAG/SC



NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INSPECIONADOS PELO SIPAG/DT/SFA-SC



Comentários

O SIPAG/DT/SFA-SC conta com um quadro técnico composto por 214 servidores, sendo 107 Fiscais Federais Agropecuários com formação específica em Medicina Veterinária e Engenharia Agrônômica.

Durante o ano de 2008 ocorreu o encerramento do contrato dos Técnicos de Inspeção, tendo como consequência a redução de 14 servidores no quadro do SIPAG/DT/SFA-SC.

As atividades que demandam um número maior de servidores efetivos se concentram no Serviço de Inspeção Federal – SIF, com Fiscais Federais Agropecuários e Agentes de Inspeção distribuídos nos diversos estabelecimentos de produtos de origem animal registrados no Ministério da Agricultura, localizados no interior do Estado. As principais áreas onde estão lotados os servidores são nos abatedouros de aves e suínos, que representam um grande volume de animais abatidos, e respondem pela liderança de exportação destes segmentos, no cenário nacional, do Estado de Santa Catarina.

3.3 – DESEMPENHO OPERACIONAL

As informações relativas ao quadro de desempenho operacional estão sendo demonstradas juntamente com as ações empreendidas no cumprimento dos programas descritos às páginas 125 à 144.

3.3.1– EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS

EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS			
DESCRIÇÃO	ANOS		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	64.289,53	348.378,21	407.088,18
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	222.504,92	475.412,79	556.779,49
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	376.130,68	425.461,24	424.572,47
3.1 Publicidade	0,00	0,00	0,00
3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação.	372.589,77	413.934,75	414.987,80
3.3 Outras Terceirizações	0,00	0,00	0,00
3.4 Suprimento de fundos	3.540,91	11.526,49	9.584,67
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	3.540,91	11.526,49	9.584,67
TOTAIS.....	666.466,04	1.260.778,73	1.398.024,81

COMENTÁRIOS:

A variação de 225,52% apresentada entre os exercícios de 2006 e 2007, em gastos com cartão de crédito corporativo, deve-se ao fato de que inicialmente com a instituição do pagamento por meio de plástico, devido a carência deste tipo de liquidação no mercado, principalmente no interior catarinense, dificultou seu uso, não obstante o fato de que o agente financeiro, naquela oportunidade, manifestar-se sobre a capilaridade daquele atendimento.

A partir de 2007, iniciou-se trabalho incisivo no sentido de criar a cultura do uso do cartão corporativo.

Quanto a igualdade de valores entre suprimento de fundos e do cartão de crédito corporativo decorre do fato de que os recursos com do fundo são exclusivamente direcionados as despesas efetuadas por meio de cartão corporativo.

No que se refere a variação de 441,89%, entre os anos de 2006 e 2007, em gastos com passagens, ocasionou em face do aumento do número de servidores, o que veio a possibilitar uma maior atuação por parte do Ministério em suas várias áreas de serviços, além de exigir um maior aprimoramento de seus integrantes por meio de um trabalho efetivo de capacitação.

4 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITO OU RECURSOS

Estas informações não se aplicam a SFA/SC.

5 – RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS				RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2006	1.658.741,40	5.406,82	40.473,47	1.618.267,93	1.128.031,43	411.975,69	1.128.031,42	0,00
2007	10.778.669,11	2.274,00	89.546,38	10.689.122,73	1.420.521,88	47.464,50	1.420.521,88	0,00
2008	3.728.064,45	0,00	131.723,11	3.596.341,34	9.748.065,20	1.028.953,91	9.748.065,20	0,00
Total	16.165.474,96	7.680,82	261.742,96	15.903.732,00	12.296.618,51	1.488.394,10	12.296.618,51	0,00

Comentários:

Relativamente aos valores “À Pagar” de restos processados, os mesmos se referem as seguintes situações:

2006	Refere-se a empenhos de obras/ reformas em andamento, empenhos relativos a pagamentos de telefonia fixa, combustíveis e manutenção de veículos
2007	Trata-se de empenhos relativos a convênios saúde animal/vegetal, transito de produtos vegetais e sanidade avícola, bem como, de Obras e reformas em andamento, além de despesas de telefonia fixa e combustíveis.
2008	Despesas referente a empenhos de convênios de saúde animal/vegetal, transito de produtos vegetais e sanidade avícola, Obras e reformas em andamento, além de despesas de telefonia fixa e combustíveis.

6 – DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO

Tipo (*)	Cód. Siafi/ Siasg	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos (nº do processo e d termo, data assinatura, vigência, etc)	Objeto da avença	Dt. Publ. No DOU	Vlr. Total Pactuado	Vlr. Total recebido ou transf. No exercício	Contrapartida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, TCE sindicância, TCE S/N)
1	619052	Saúde animal / Vegetal		31.12.2007	R\$ 9.599.999,00	R\$ 7.999.999,00	R\$ 1.600.000,00	83.807.586/0001-28 / CIDASC	
1	619053	Transito de produtos vegetais		31.12.2007	R\$ 946.501,00	R\$ 788.751,00	R\$ 157.750,00	83.807.586/0001-28 / CIDASC	
1	628719	Vigilância sanitária		23.07.2008	R\$ 2.520.000,00	R\$ 2.016.000,00	R\$ 504.000,00	83.807.586/0001-28 / CIDASC	
1	628733	Sanidade avícola		23.07.2008	R\$ 1.200.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 200.000,00	83.807.586/0001-28 / CIDASC	
1	628734	Doenças virais		23.07.2008	R\$ 312.000,00	R\$ 260.000,00	R\$ 52.000,00	83.807.586/0001-28 / CIDASC	

Normenclaturas: (*) 1 - convênio; 2 - acordo; 3 - ajuste; 4 - parceria; 5 - subvenção; 6 - auxílio; 7 - contribuição; 8 - outros.

7 – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Estas informações não se aplicam a SFA/SC.

8 – FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Estas informações não se aplicam a SFA/SC.

9 – RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Estas informações não se aplicam a SFA/SC.

10 – DECLARAÇÃO SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA

Estas informações não se aplicam a SFA/SC.

11 – OPERAÇÕES DE FUNDOS

Estas informações não se aplicam a SFA/SC.

12 – DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO

Tabela de série histórica das despesas com cartão de crédito corporativo.

	FATURA		SAQUE	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
2006	05	1.773,47	01	1.767,44
2007	11	7.204,41	05	4.322,08
2008	10	9.524,67	01	60,00

Tabela sobre as definições estabelecidas pelo Ordenador de Despesas

Limite de utilização total da UG:	R\$ 9.584,67
Natureza dos gastos permitidos:	Despesas miúdas de pronto pagamento e com veículos oficiais em viagens.
Limites concedidos a cada portador:	(Vide tabela abaixo)
Portador: (Vide tabela abaixo)	Limite: (Vide tabela abaixo)
	R\$ (Vide tabela abaixo)

Tabela de detalhamento do Cartão de Crédito Corporativo:

Mês	Suprido	Vlr. concedido	Vlr. gasto
Janeiro	-----	-----	-----
Fevereiro	Clodoaldo A. Andrioli	R\$800, 00.	R\$280,38
Março	Sergio Jose da Silveira	R\$300, 00	R\$231,22
Abril	Sergio Jose da Silveira	R\$300,00	R\$250,52
Mai	Sergio Jose da Silveira	R\$575,00	R\$411,29
Junho	Sergio Jose da Silveira	R\$400, 00	R\$399, 75
	André L. R. Vallin	R\$800, 00	R\$255, 61
	Clodoaldo A. Andrioli	R\$800,00	R\$276,50
Julho	-----	-----	

	Adi M Zanuzo	R\$1200, 00	R\$507, 65
Setembro	Sergio Jose da Silveira.	R\$700, 00	R\$600, 02.
	Adi M. Zanuzo	R\$2450, 00.	R\$455, 90
	Jorge J. Calixto	R\$3700, 00.	R\$2. 987,53
	André L.R. Valin	R\$ 1000,00	R\$ 200,00
	Clodoaldo A Andrioli	R\$ 1650,00	R\$ 475,52
Outubro	Sergio Jose da Silveira	R\$ 750,00	R\$ 696,27
	Sidnei Nascimento	R\$ 2000,00	R\$ 528,42
Novembro	Sergio Jose da Silveira	R\$ 1400,00	R\$ 238,98
	Pedro A R Borges	R\$ 258,43	R\$ 107,13
Dezembro	-----	-----	-----
Total		R\$ 20.733,43	R\$ 9.584,07

13 – RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Estas informações não se aplicam a SFA/SC.

14 – DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

14.1 - Agilizar um levantamento completo dos bens armazenados na sede de Florianópolis da SFA-SC e no almoxarifado, atualizando a relação de bens com os quantitativos efetivos e providenciando o desfazimento dos bens móveis inservíveis, antieconômicos e ociosos; elaboração do inventário anual de almoxarifado.

Providência: o levantamento foi efetuado.

14.2 - Atentar para que sejam informadas aos órgãos de origem, até o final do mês seguinte ao mês de referência, as frequências dos servidores cedidos, de forma que possam ser inseridos em tempo hábil os descontos e/ou vantagens nas folhas de pagamento dos mesmos.

Providência: as frequências dos servidores cedidos estão sendo tempestivamente informadas,

14.3 - Interceder junto à DRT/SC no sentido de agilizar a emissão de novos laudos de avaliação ambiental por setor constitutivo da SFA/SC.

Providência: todos os laudos ambientais foram atualizados por intermédio da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE/MT

14.4 - Dar continuidade à comunicação aos setores com o registro dos servidores que não efetivaram a entrega dos comprovantes de embarque e dos relatórios de viagens;

Providência: continua sendo realizada pelo setor competente a solicitação de apresentação de relatório e comprovantes de embarque referentes às viagens de serviço.

14.5 - No que diz respeito aos valores da pensão dos beneficiários de matrícula nº 4812794, 4812913 e 4819501, pagar a GDATFA conforme o parecer da COGRH/MPOG que vier a ser emitido;

Providência: a Seção de Recursos Humanos tomou as providências no sentido de que as pensões sejam pagas conforme acima disposto.

15 – ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO

<i>ATOS</i>	<i>QUANTIDADE</i>	<i>REGISTRADOS NO SISAC (Quantidade)</i>
<i>Admissão</i>	5	-
<i>Desligamento</i>	1	-
<i>Aposentadoria</i>	16	-
<i>Pensão</i>	14	-

Comentários:

Sobre a divergência entre a quantidade registrada no SISAC em relação a existente junto a essa UJ, temos a esclarecer:

- a) As admissões foram incluídas por esta SFA/SC no SISAC, posteriormente excluídas, tendo em vista tratar-se de ato exarado pelo Ministro da Agricultura Pecuária e Abastecimento, não sujeito à jurisdição de Santa Catarina.
- b) No SISAC estão registrados os atos de Aposentadoria e Pensão, mas no momento estamos aguardando treinamento de servidor da Controladoria Geral da União em Santa Catarina devido a problemas no referido Sistema.
- c) No tocante a aposentadoria e pensão os atos estão igualitário, ou seja, quando efetuado os referidos atos os mesmos são registrados no sistema SISAC.
- d) A unidade recebe anualmente julgamento de atos de aposentadoria e pensão, que são devidamente arquivados neta SRH/SFA/SC.

16 – DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E E TCE CUJO O ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO

Estas informações não se aplicam a SFA/SC.

17 – INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa(R\$)	Qtde	Despesa(R\$)	Qtde	Despesa(R\$)
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	371	3.053.164,10	368	4.541.173,25	354	3.409.125,46
Servidores Inativo	270	890.761,81	257	2.058.657,99	263	1.183.503,69
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Total Pessoal Próprio	641	3.943.925,91	625	6.599.831,24	617	4.592.629,15
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculos	-	0,00	-	0,00	01	4.446,32
Contratações temporárias (Lei nº 8.745/1993)	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Pessoal Terceirizado Vigilância / Limpeza	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Pessoal Terceirizado Outras Atividades	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Estagiários	29	11.773,68	41	13.806,10	21	14.077,81
Total Pessoal Terc + Estag.	29	11.773,68	41	13.806,10	21	14.077,81
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	01	96.133,52	01	110.872,36	01	115.435,63
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	02	200.390,46	-	0,00	-	0,00
Total Pessoal Cedido pela Unidade	03	296.523,98	01	110.872,36	01	115.435,63

Descrição	2008	
	Qtde	Despesa (R\$)
Pessoal envolvido em ações finalística da Unidade	284	
Pessoal envolvido em ações de suporte da Unidade	63	
Total Geral	347	3.409.125,46

**18 – OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS
PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA
AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO
DESEMPENHO DA GESTÃO**

Não há informações a serem consideradas or esta SFA/SC.

19 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

Estas informações não se aplicam a SFA/SC.